



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V - MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

MARTA DE OLIVEIRA ARAÚJO

**ARQUIVOS HOSPITALARES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA
PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2017**

MARTA DE OLIVEIRA ARAÚJO

**ARQUIVOS HOSPITALARES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Arquivologia, do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Orientador: Dr. Josemar Henrique de Melo

**JOÃO PESSOA
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

A663a Araújo, Marta de Oliveira.
Arquivos hospitalares da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba [manuscrito] / Marta de Oliveira Araujo. - 2017
114 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."

1. Arquivos hospitalares. 2. Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. 3. Análise diplomática.

21. ed. CDD 027.662

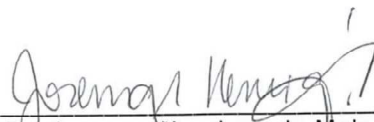
MARTA DE OLIVEIRA ARAÚJO

ARQUIVOS HOSPITALARES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA PARAÍBA

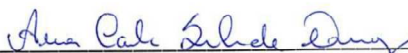
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Arquivologia, do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Aprovada em: 09 / 1 de novembro / de 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª. Ma. Anna Carla Silva de Queiroz
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª. Ma. Nereida Soares Martins da Silva
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A Deus, meu amigo fiel, e a todos que me incentivaram a prosseguir. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, o qual tem estado comigo ao longo de trinta e cinco anos, sendo fiel em todos os momentos da minha vida.

Ao meu marido, incentivador, amigo e companheiro de todas as horas.

A meus pais, os quais lutaram para que eu tivesse uma educação formal.

Ao Professor Josemar Henrique, por seu apoio e compromisso no desenvolvimento deste trabalho.

A Professora Nereida Martins, por seu auxílio e incentivo no desenvolvimento dessa pesquisa.

A Genira Santos, amiga e filha do coração, a qual vivenciou comigo os bons e maus estações da vida acadêmica.

A toda equipe administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, que me acolheram de braços abertos e, dispensaram plena confiança para o meu livre acesso ao acervo da instituição, em especial o Coordenador de Patrimônio João Batista Lucas da Silva.

A todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para que chegássemos até o final dessa etapa.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado refere-se à pesquisa realizada no Arquivo Permanente da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (APSCM-PB), a partir da análise da documentação custodiada pela instituição, tendo como objetivos identificar a estruturação das atividades hospitalares desta secular instituição de caridade, bem como reconhecer as espécies/tipologias produzidas no desenvolvimento destas funções e sua organização documental no recorte temporal entre 1858 a 1928. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou compreender o percurso histórico orgânico-administrativo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, (SCM-PB), tendo como base Relatórios dos Provedores e espécies/tipologias hospitalares encontradas na entidade. A pesquisa, classificada como de natureza básica, teve uma abordagem qualitativa, cujas finalidades foram descritivas e explicativas. O levantamento de dados fez uso do método bibliográfico e documental, sendo que a análise diplomática foi realizada em conjunto com o paradigma indiciário. O estudo apresentou como fundamentação teórica, o pensamento sistêmico para os arquivos, proposto por Silva et al (1999). Esperamos que a pesquisa venha lançar uma nova perspectiva sobre o acervo, a partir da análise proposta neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos hospitalares. Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Análise Diplomática.

ABSTRACT

The work presented here refers to the research carried out in the Santa Casa de Misericórdia Permanent Archives da Paraíba (APSCM-PB), based on an analysis of the documentation under custody by the institution, with the purpose of identifying the structuring of the hospital activities of this secular charity institution, as well as to recognize the species/typologies produced in the development of these functions and their documentary organization in the temporal cut between 1858 and 1928. In this sense, the present research sought to understand the organic-administrative history of Santa Casa de Misericórdia Archives da Paraíba (SCM-PB), based on Provider Reports and species/typologies hospitals found in the entity. The research, classified as of basic nature, had a qualitative approach, whose purposes were descriptive and explanatory. The data collection made use of the bibliographic and documentary method, and the diplomatic analysis was carried out in conjunction with the indicial paradigm. The study presented as theoretical basis, systemic thinking for archives, proposed by Silva et al (1999). We hope that the research will launch a new perspective on the collection, based on the analysis proposed in this paper.

KEYWORDS: Hospital Archives. Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Diplomatic analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Organograma da estrutura administrativa da SCM-PB de 1858 a 1870.....	38
Figura 2 - Organograma da estrutura administrativa da SCM-PB de 1871 a 1886.....	39
Figura 3 - Organograma da estrutura administrativa da SCM-PB de 1887 a 1897.....	42
Figura 4 - Organograma da estrutura administrativa da SCM-PB de 1898 a 1905.....	43
Figura 5 - Organograma da estrutura administrativa da SCM-PB de 1906 a 1925.....	46
Figura 6 - Organograma da estrutura administrativa da SCM-PB de 1926 a 1928.....	47
Figura 7 - 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	55
Figura 8 - Termo de abertura do 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	55
Figura 9 - Documento do 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	57
Figura 10 - 2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	59
Figura 11 - Termo de abertura do 2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	59
Figura 12 - Documento do 2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	61
Figura 13 - 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (de 1889).....	63
Figura 14 - Termo de abertura do 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (de 1889).....	63
Figura 15 - Documento do 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (de 1889).....	65
Figura 16 - 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de víveres Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	67
Figura 17 - Termo de abertura do 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de víveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	67
Figura 18 - Documento do 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de víveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	69
Figura 19 - 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensílios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	71
Figura 20 - Termo de abertura do 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensílios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	71
Figura 21 e 22 - Documento do 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensílios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).....	73

Figura 23 - 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)	75
Figura 24 - Termo de abertura do 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)	75
Figura 25 - Documento do 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)	77
Figura 26 - 8º volume de Registro de Officios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex ^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)	79
Figura 27 - Termo de abertura do 8º volume de Registro de Officios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex ^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)	79
Figura 28 - Officio nº 8	81
Figura 29 - Officio nº 34	83
Figura 30 - Caderno para Registro de Officios	85
Figura 31 - Termo de abertura do Caderno para Registro de Officios	85
Figura 32 - Circular nº 1	87
Figura 33 - Portaria nº 1	89
Figura 34 - Officio nº 1	91
Figura 35 - Circular nº 2	93
Figura 36 - Officio nº 2	95
Figura 37 - Officio nº 3	97
Figura 38 - Officio nº 4	99
Figura 39 - Officio nº 5	101
Figura 40 - Officio nº 6	103
Figura 41 - Officio nº7	105
Figura 42 - Lista conferida dos aparelhos cirúrgicos	107
Quadro 1 - As Obras de Caridade	15
Quadro 2 - Hospitais administrados pela SCM-PB desde sua fundação até o ano de 1928	52
Quadro 3 - 1º volume de Receituarios Medicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	54
Quadro 4 - Documento do 1º volume de Receituarios Medicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	56
Quadro 5 - 2º volume de Receituario Medico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	58
Quadro 6 - Documento do 2º volume de Receituario Medico da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	60
Quadro 7 - 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (de 1889)	62
Quadro 8 - Documento do 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (de 1889)	64
Quadro 9 - 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	66
Quadro 10 - Documento do 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	68

Quadro 11 - 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensilios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	70
Quadro 12 - Documento do 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensilios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	72
Quadro 13 - 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)	74
Quadro 14 - Documento do 9º volume do Livro de Pedidos dos gêneros fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)	76
Quadro 15 - 8º volume de Registro de Officios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex ^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisório, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)	78
Quadro 16 - Officio nº 8 do 8º volume de Registro de Officios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex ^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)	80
Quadro 17 - Officio nº 34 do 8º volume de Registro de Officios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex ^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)	82
Quadro 18 - Caderno para Registro de Officios	84
Quadro 19 - Circular nº 1 do Caderno para Registro de Officios	86
Quadro 20 - Portaria nº 1 do Caderno para Registro de Officios	88
Quadro 21 - Officio nº 1 do Caderno para Registro de Officios	90
Quadro 22 - Circular nº 2 do Caderno para Registro de Officios	92
Quadro 23 - Officio nº 2 do Caderno para Registro de Officios	94
Quadro 24 - Officio nº 3 do Caderno para Registro de Officios	96
Quadro 25 - Officio nº 4 do Caderno para Registro de Officios	98
Quadro 26 - Officio nº 5 do Caderno para Registro de Officios	100
Quadro 27 - Officio nº 6 do Caderno para Registro de Officios	102
Quadro 28 - Officio nº 7 do Caderno para Registro de Officios	104
Quadro 29 - Lista conferida dos aparelhos cirugicos	106

LISTA DE SIGLAS

APSCM-PB - Arquivo Permanente da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.....	06
SCM-PB - Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.....	06

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESE.....	17
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.2.1 Objetivo Geral.....	19
1.2.2 Objetivos Específicos.....	19
2 METODOLOGIA.....	21
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	37
4.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SCM-PB DE 1858 A 1928.....	37
4.2 ANÁLISE DAS ESPÉCIES/TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS HOSPITALARES DA SCM-PB DE 1858 A 1928.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	110

1 INTRODUÇÃO

No contexto da sociedade da informação do século XXI, embora muitos avanços tenham sido alcançados quanto à disponibilização da informação, a difusão das funções arquivísticas ainda é essencial para que se cumpra o acesso à informação, a divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental (MENEZES, 2012). Tal fato pode ser justificado pela difusão precária que muitas instituições oferecem acerca das atividades produzidas, as quais poderiam gerar uma gama de informações que serviriam para interligar o arquivo à sociedade.

Compreender como o arquivo pode contribuir para o desenvolvimento social de um país ou região, é um trabalho árduo que exigirá a interação entre arquivistas e diversos profissionais que atuam em áreas distintas do conhecimento.

Os arquivos, por serem pouco reconhecidos ou vistos como fonte de pesquisa perene e acessível a grande parte da população, não têm ainda, despertado a preocupação para o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e divulgação dos registros documentais existentes, disponibilizando-os para o cidadão comum.

Os arquivistas têm como um dos seus objetivos primordiais, estudar a gestão documental e propor os melhores procedimentos para a organização de massas documentais produzidas pelas instituições. Sendo assim, os profissionais arquivistas imbuídos dos estudos da Arquivologia, serão capazes de proporcionar uma organização e disponibilização eficiente de toda informação produzida ou recebida em sua área. Caso essa organização seja desenvolvida de acordo com os parâmetros arquivísticos adequados, ocorrerá a percepção de que, para cada função administrativa, sempre haverá um documento correspondente, o qual constituirá referência na representação dessa atividade perante a entidade. Além disso, o conhecimento da estrutura orgânico-administrativa da instituição, e a reconstrução da ordem interna em que os documentos foram configurados, serão propiciados.

Esta pesquisa, cujo objeto de estudo é o Arquivo Permanente da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, se propõe, através do levantamento e análise do acervo custodiado pela instituição, e de pesquisa bibliográfica e documental, analisar o contexto de produção documental das atividades de assistência hospitalar desenvolvidas nessa entidade, visando entender a relação entre atividade/função no cuidado dos enfermos do Estado e a produção das espécies/tipologias documentais, desenvolvidas durante o exercício das mesmas.

As irmandades das Santas Casas de Misericórdia tiveram como modelo a instituição de caridade de mesmo nome, criada em Portugal, para prestar assistência social através das obras de caridade espirituais e corporais aos pobres e desamparados. Seixas (1987, p.21) afirma que, “para atender a tantas necessidades é que surgiram por toda parte as numerosas instituições de caridade, cujo objetivo não era outro senão a prática das obras de misericórdia”, e no Brasil não foi diferente.

Na cidade de João Pessoa, nos seus primórdios, além da igreja, as Misericórdias administravam o Hospital da Caridade ou da Misericórdia (depois nomeado como Santa Isabel) e o seu próprio cemitério, interligado à igreja. Até o século XIX, instituições como esta, centralizavam e detinham poderes religiosos, administrativos e políticos. Nomes da elite paraibana da época estavam presentes na administração dessa instituição, atuando, em grande parte, no cargo de provedor¹.

As Santas Casas no Brasil, exerciam suas funções pautadas no Estatuto de 1516, chamado de Compromisso, o qual continha modificações mínimas ditadas pelas condições locais. Em âmbito nacional, foi somente a partir do século XVIII, que as Santas Casas de Misericórdia brasileiras começaram a laborar seus próprios compromissos. Ao se tornar um império, o Brasil manteve suas Santas Casas, as quais, na maioria das vezes, eram o único lugar onde a sociedade menos favorecida desse período poderia ser socorrida.

Na Paraíba, a Santa Casa de Misericórdia foi fundada ainda no século XVI por Duarte Gomes da Silveira (um dos principais signatários da conquista e consolidação da Capitania Real da Paraíba, ainda em fins do século XV), encarregado de escolher o sítio para a construção da Igreja da Misericórdia, como descreve Menezes (1985, p.19):

Segue-se a Misericórdia. Está quase acabada; os portugueses servem-se dela em lugar de matriz. O seu fundador foi Duarte Gomes da Silveira, Senhor de Engenho, que a construiu às suas custas, assim como tem promovido a edificação desta cidade, auxiliando com dinheiro a muitos moradores que desejavam construir casas. Ele próprio levantou um magnífico prédio do lado ocidental do convento de São Bento para lhe servir de casa.

Não se sabe exatamente o ano em que começou a edificação da Igreja da Misericórdia na Paraíba, entretanto Seixas (1987, p.2-26) afirma que:

[...] a Santa Casa já existia em 1595 [...], época em que a Paraíba recebeu a mencionada VISITAÇÃO, a 6 de janeiro daquele ano; e que logo no dia 8 do

¹ **Provedor:** Cargo máximo na hierarquia das Santas Casas. Era pessoa de reconhecida posição social e financeira; deste se exigia o requisito de ser fidalgo ou nobre (Seixas 1987, p.12).

mesmo mês, se instalou o AUTO DA SANTA INQUISIÇÃO, quando então se realizou “uma procissão solemne, partindo da Igreja da Misericórdia até a igreja Matriz.

Como citado, a Santa Casa de Misericórdia em João Pessoa, exercia suas funções pautadas no Estatuto, chamado de Compromisso, o qual organizava-se em torno das chamadas 14 obras de caridade, sete espirituais e sete corporais, inspiradas pelo Evangelho segundo São Mateus, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1: As Obras de Caridade

ESPIRTUAIS	CORPORAIS
1 Ensinar os ignorantes	1 Resgatar cativos e visitar prisioneiros
2 Dar bons conselhos	2 Tratar dos doentes
3 Punir os transgressores com compreensão	3 Vestir os nus
4 Consolar infelizes	4 Alimentar os famintos
5 Perdoar as injúrias recebidas	5 Dar de beber aos sedentos
6 Suportar as deficiências do próximo	6 Abrigar os viajantes e os pobres
7 Orar a Deus pelos vivos e pelos mortos	7 Sepultar os mortos

Fonte: Baseado em Seixas (1987)

Conforme Silva (2016, p.2-3) a administração da instituição:

Seguia os padrões de um sistema construído ao longo dos anos precedentes e funcionava com base nas “mordormias” que dividia o trabalho de administração em “setores” de assistência, submetidos à supervisão geral de um provedor. As diretrizes que regiam as funcionalidade e regulamentações da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, tal como nas demais pertencentes a estas irmandades, eram estabelecidas pelos “Compromissos”, reformados de tempos em tempos. O primeiro compromisso firmado por esta instituição se perdeu, tal como a maior parte dos documentos produzidos nos séculos XVI e XVII. Embora muitos documentos façam referências ao compromisso anterior de 1723, atualmente, no arquivo da Stª Casa da Paraíba, o regulamento mais antigo encontrado é o de 1850.

A implementação dos hospitais era financiada por doações da sociedade civil, e contava com o apoio do governo da província. É importante destacar que a própria história dos hospitais da Paraíba, assim, como, qualquer mapeamento que for feito sobre a história da saúde nesta província, irá se direcionar obrigatoriamente para a história da Santa Casa de Misericórdia.

Ao realizar as atividades hospitalares, estas irmandades tiveram a necessidade de construir espaços específicos para alojar os doentes. Inicialmente o primeiro local destinado para atender os enfermos e os desvalidos, foi ao lado da Igreja. Neste caso, a elite não usufruía diretamente do serviço da irmandade, visto que “o correto e de bom tom era que o paciente esperasse por seu médico em casa” (ALVES, 2006, p.7). Era o hospital uma das funções mais importantes da instituição na área da assistência pública (ABREU, 2001; SEIXAS, 1987), pois antes da construção do Hospital da Santa

Casa, “o atendimento aos doentes e pobres, operários e soldados, era feito em casas particulares onde os Irmãos da Misericórdia levavam o lenitivo à dor, o pouso, o pão, a roupa e os remédios nas pequenas choupanas que habitavam” (SEIXAS, 1987, p.65). A criação e a manutenção dos hospitais, transformou-se em um dos maiores símbolos de poder do período colonial.

Outro fato interessante nesta imbricação das administrações hospitalares era que “[...] o médico da província, ou seja, o médico contratado pelo governo exercia suas funções no Hospital da Santa Casa e sua escolha era motivo de divergência entre as diversas autoridades locais, por se tratar de um cargo de destaque e de relevância política” (ALVES, 2006, p.7).

De acordo com os diversos Relatórios dos Provedores da SCM-PB, o hospital atendia a todos os tipos de doenças, inclusive mentais; acolhia homens, mulheres (que tiveram enfermarias separadas a partir da década de 1860, mas nem sempre em boas condições), crianças e idosos. Em alguns momentos o Hospital da Caridade, recebeu a nomenclatura de Hospital de Sangue, quando tratava dos feridos de guerras e revoltas e, em algumas ocasiões, servia para confinar os doentes contagiosos das epidemias que assolaram a Paraíba, em momentos diversos.

Estes documentos também ressaltam, que entre as queixas mais comuns, estavam a falta de leitos, os quais eram rapidamente ocupados quando ficavam disponíveis, sendo estes espaços muitas vezes divididos com alguns “loucos”, que causavam transtornos entre os pacientes. Nestes relatórios, a falta de recursos financeiros é frequentemente apontada como um grave problema para o melhor desenvolvimento das atividades caritativas.

A Santa Casa de Misericórdia auxiliava não apenas nos males do corpo e do espírito, mas também, nas questões sociais, pois caso a instituição não existisse, muitos ficariam nas ruas e pelos becos, sem um lugar para onde ir e descansar em paz. Desde o princípio as Misericórdias foram destinadas não só aos ofícios religiosos como também ao cuidado com os doentes, com as crianças “expostas” (órfãs, frutos de relações extraconjugais, abandonadas etc.), com as pessoas de extrema necessidade, com os presos e com o sepultamento de escravos e condenados a morte. Para realizar estas funções as Santas Casas de Misericórdia apresentavam fontes de rendimentos variáveis. Em João Pessoa, por exemplo, a Irmandade era proprietária de diversos imóveis no centro da cidade, além de sítios e fazendas. A grande maioria dessas propriedades eram alugadas ou arrendadas para gerar

recursos a fim de auxiliar com as despesas das suas atividades de caridade. Destacam-se no trecho do Relatório da Santa Casa de 1906, os seguintes dados:

O patrimônio da S. Casa consta de nove prédios situados nesta cidade; de uma propriedade, também na Capital, a principiar do rio Sanhauá e estendendo-se até o rio Jaguaribe; o domínio útil do Sítio Cruz do Peixe, com suas terras e prédios um pequeno lote denominado Araçá, na praia de Lucena. (Relatório da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, 1906, p. 18).

À vista do exposto, consideramos relevante o papel exercido pelas mordomias² da SCM-PB, principalmente no que se refere aos hospitais, tendo em vista que para entender a formação hospitalar do Estado e a sua produção documental faz-se necessário compreender o contexto de produção. Neste sentido, tal contexto insere-se na própria história da instituição. Desta forma, é relevante o estudo de uma instituição a partir do olhar de diversas áreas (História, Medicina, Administração Pública, etc.), e a Arquivologia se faz presente para apoiar a (re) construção da organicidade dos documentos, a fim de permitir a disponibilização do acervo dentro da lógica específica da nossa área.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E HIPÓTESE

Consoante informações contidas no “Projeto Arquivo da Santa Casa de Misericórdia: organização e preservação”, coordenado pelos professores Nereida Soares Martins da Silva (Doutoranda - UFPE) e Josemar Henrique de Melo (Doutor - UEPB), o Arquivo da SCM-PB encontra-se atualmente localizado no andar superior da Igreja da Misericórdia, Centro de João Pessoa. O ambiente, assemelha-se mais a um depósito de documentos permanentes, dividido em três grandes salas em condições inadequadas de armazenamento, e sem a estrutura organizacional e informacional necessárias. Não há arquivista, e aqueles que decidem pesquisar o acervo, contam apenas com a amabilidade do Coordenador de Patrimônio do Arquivo, o senhor João Batista Lucas da Silva. Não obstante tais condições, o projeto tem se desenvolvido neste local desde o segundo semestre de 2014, visando a organização, conservação e restauração documental, e conta ainda, com a participação voluntária de alunos do curso de Arquivologia do Campus V da Universidade Estadual da Paraíba.

²**Mordomias:** cargo administrativo exercido em setores específicos da Santa Casa. As pessoas que exerciam essas funções setoriais eram denominadas de mordomos.

O acervo, possui uma grande variedade tipológica que testemunha a rotina administrativa da instituição ao longo dos séculos, e serve aos estudos arquivísticos e históricos em vários campos. Em um levantamento inicial, observou-se que a maior parte dos documentos foi se perdendo com o passar do tempo, num processo muitas vezes registrado em relatórios de provedores. Existe um número reduzido de documentos referentes ao período colonial, tendo um acúmulo significativo de documentos datados dos tempos do Império e da República.

É necessário, reconhecer o valor do documento como um instrumento colaborador direto na reconstrução de acontecimentos históricos, sejam eles de cunho político, econômico ou social. Por sua vez, a Arquivologia surge como importante área de conhecimento para a organização do material documental, visando à universalização científica do acervo, possibilitando uma melhor disposição da documentação em análise, tendo em vista que, sem o correto entendimento da produção dos documentos, fica difícil um entendimento mais holístico e sistêmico da massa documental.

Na busca desses documentos como fonte de informação, muitas vezes os pesquisadores encontram dificuldades no que concerne as tentativas de relacionar os acontecimentos à uma sequência que por vezes, se encontra totalmente desarticulada e desconjuntada da ordem em que foi criada, seja pela ação do tempo ou do próprio ser humano.

Assim, sabendo-se que os arquivos vêm ganhando maior espaço na chamada sociedade informacional, visando auxiliar os diversos usuários que os buscam, proporcionando aos mesmos, segurança, praticidade e acessibilidade completas a informação arquivística, questionamos: qual era o contexto de produção documental das atividades de assistência hospitalar existentes na SCM-PB, a partir da análise das espécies/tipologias disponíveis no atual acervo da instituição?

Como hipótese, acreditamos que será possível identificar o contexto de produção documental, descrevendo as funções hospitalares dessa instituição, cujo acervo encontra-se sem nenhuma organização arquivística.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

- Analisar o contexto de produção documental das atividades de assistência hospitalar da Santa Casa de Misericórdia.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os elementos que compõem a estrutura administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba;
- Identificar o contexto de produção documental das atividades hospitalares e as espécies/tipologias desenvolvidas pelos hospitais da SCM-PB;
- Analisar as espécies/tipologias documentais da assistência hospitalar, detalhando o processo de produção documental.

A presente pesquisa objetivou extrair informações detalhadas acerca da estrutura orgânico-administrativa da SCM-PB, através da leitura dos Relatórios dos Provedores, de 1858 a 1928, e de posse dos dados levantados, construímos organogramas que representassem a estrutura organizativa da instituição. Além disso, foi realizado um levantamento das espécies/tipologias hospitalares encontradas no acervo, e feita uma posterior análise diplomática, visando a compreensão do contexto e do processo de produção documental.

No segundo capítulo, dedicado à metodologia, apresentamos a finalidade da pesquisa, seus objetivos, procedimentos e sua natureza. A mesma foi baseada na análise diplomática em conjunto com o paradigma indiciário.

No terceiro capítulo desenvolvemos a fundamentação teórica, baseada no pensamento sistêmico para os arquivos, proposto por Silva et al (1999).

O quarto capítulo, foi dedicado a apresentação e análise dos dados, no qual fizemos uso de organogramas e quadros, com a finalidade de tornar a interpretação das informações coletas, mais claras e objetivas. Ressaltamos que os Relatórios dos Provedores, por conterem informações úteis à análise diplomática, também foram utilizados nesse processo.

Concluimos que a pesquisa representou um registro valioso da memória social e institucional de uma entidade que, atualmente, exerce atividades predominantemente de cunho religioso, embora seu acervo hospitalar, revele um passado administrativo que atingiu e influenciou de forma direta, a assistência médica

no Estado da Paraíba. Esperamos que as informações contidas nesse estudo, possibilitem outros tipos de estudos, seja de natureza histórica, social ou hospitalar, consolidando a análise diplomática, como instrumento substancial na compreensão da ordem interna e da gestão documental das instituições.

2 METODOLOGIA

O conhecimento é fruto da curiosidade, inquietação e atividade investigativa dos indivíduos. A pesquisa é assim, a estrada a se percorrer para auxiliar o ser humano a apropriar-se do conhecimento e satisfazer essa gama de curiosidade natural. É uma atividade de interesse imediato e continuado e se insere numa corrente de pensamento acumulado. Nesse contexto Gil (2007, p.17), defini pesquisa como o:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Sendo assim, com o intuito de realizar uma pesquisa que atenda a esse propósito de forma íntegra e autêntica, a sistematização de ações metódico-científicas se faz inevitável. Rudio (1999, p.9) atesta que “[...] a pesquisa deve ser feita de modo sistematizado, utilizando para isto método próprio e técnicas específicas e procurando um conhecimento que se refira à realidade empírica”. Com essa concepção, o autor ainda afirma que:

A pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (GIL, 2008, p.46)

Com relação aos tipos de pesquisa, Moretti (2008, p.11) aponta que “a pesquisa pode ser classificada quanto à natureza, aos objetivos, aos procedimentos e ao objeto”. Portanto, seguindo essa classificação, o presente estudo, com relação à natureza se constitui como uma pesquisa básica. Moresi (2003, p.8) relata que ela “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. Sendo assim, optamos por esse ramo de estudo, com o intuito de entender e/ ou descobrir o contexto de produção documental das atividades de assistência hospitalar desenvolvidas pela SCM-PB, através da busca, localização e análise dos documentos custodiados pela instituição, com possibilidades futuras de gerar e divulgar novos conhecimentos acerca do tema pesquisado.

Quanto aos objetivos, ainda de acordo com Moretti (2008, p.12), “pode-se classificá-los em exploratórios, descritivos e explicativos”. Para a realização dessa pesquisa, o fenômeno empírico a ser estudado, foi o acervo documental da SCM-PB. Rudio (1999, p.11) afirma que:

[...] o termo “fenômeno” indica apenas um sinônimo para “fato”. [...] os fatos acontecem na realidade, independentemente de haver ou não quem os conheça. Mas, quando existe um observador, a percepção que este tem do fato é o que se chama fenômeno.

Para a elaboração de uma pesquisa acerca desse fenômeno, esse trabalho abordou dois tipos de estudo: o descritivo e o explicativo. Conforme Moresi (2003, p.9), o tipo de pesquisa descritiva:

Expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Já a pesquisa explicativa, ainda citando Moresi (2003, p.9), tem como principal objetivo “tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno”. Sendo assim, pode-se afirmar que esse tipo de pesquisa aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o motivo das coisas.

Esses dois tipos de estudo, descritivo e explicativo, foram escolhidos para o desenvolvimento da nossa pesquisa por serem capazes de fornecerem subsídios para o alcance da identificação do contexto de produção documental das atividades hospitalares e das tipologias desenvolvidas durante esse processo, auxiliando no estudo, na análise, no registro e na interpretação dos fatos a serem investigados, explicando a razão das coisas, através do levantamento de dados contidos nos documentos que estão sob a guarda do arquivo.

A abordagem utilizada nesse estudo foi à qualitativa que para Moresi (2003, p.9) oferece:

Uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Ressalte-se que o trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados.

Por se tratar de uma instituição que possui um acervo secular, a Arquivística se apresenta como instrumento norteador da análise dos dados coletados. Dessa forma, para a realização e coleta desses dados, indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho proposto, utilizamos o método da pesquisa documental e bibliográfica. Fonseca (2002, p.32) esclarece que o método bibliográfico desenvolve-se:

A partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Gil (2007, p.44) observa que “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações, sobre ideologias, ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

Sobre a pesquisa documental, Gil (2008, p.45) alega que a mesma:

Assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica, a diferença essencial entre ambas é a natureza das fontes. “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

O uso da pesquisa documental se fez fundamental nesse trabalho, já que esse estudo, realizou um levantamento das espécies e tipologias documentais das atividades hospitalares da SCM-PB, identificando os elementos que compuseram a estrutura administrativa da instituição, analisando as espécies/tipologias documentais da assistência hospitalar e detalhando o processo de produção documental, portanto a coleta desses dados foi realizada, através de documentos que se encontram no interior do Arquivo da SCM-PB.

Fonseca (2002, p.32) ainda declara que:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Sendo assim, reafirmamos que o uso desses dois tipos de pesquisa, bibliográfica e documental, foram fundamentais para o nosso estudo, uma vez que a primeira, forneceu os conhecimentos teórico-empíricos, os quais nortearam o trabalho desenvolvido, e a segunda, através dos documentos fornecidos pelo arquivo da instituição pesquisada, possibilitou a análise dos dados que auxiliaram o alcance dos objetivos propostos nesse estudo.

A SCM-PB ainda é uma instituição em atividade, porém algumas das suas competências³ foram extintas ou transferidas para outras instituições; as atividades hospitalares, foco dessa pesquisa, foi uma delas. A igreja, única parte remanescente do conjunto de edifícios construídos pela instituição, guarda em parte a imagem do que foi no passado, no entanto, “as perdas mais significativas foram mesmo às atividades hospitalares e o sepultamento dos mortos” (MOURA FILHA, 2011, p.452).

Esclarecemos ainda, que os documentos que foram analisados no Arquivo da SCM-PB, se valeram da análise diplomática, a qual surgiu ligada ao direito patrimonial, desenvolvendo um estudo sistematizado do documento escrito para provar a autenticidade de títulos de terras da Igreja. As guerras diplomáticas⁴, no século XVII, travadas dentro da Igreja Católica pelos bolandistas e dominicanos, levaram ao nascimento de disciplinas técnicas modernas para determinar a confiabilidade, entre elas a Paleografia e a Diplomática. De acordo com Bellotto (2008, p.1), a Diplomática, por definição

ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validação, à sistematização, imposta pelo direito. Tomam-se estes documentos, por isso mesmo, eivado de fé pública, o que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo direito.

E acrescenta que esta disciplina

não se preocupa apenas com a parte externa do documento como: o espaço[...]; o volume[...]; sua quantidade; o suporte material sobre o qual as informações são registradas, o formato[...]; a forma ou a tradição documental, que é o estágio de preparação e transmissão de um documento[...]; o gênero[...], mas também com as características internas que o documento arquivístico deve apresentar, tais como a proveniência[...]; o conteúdo substantivo[...]; a data tópica[...] e a data cronológica - ano, mês, dia -, que, juntamente à data tópica, situa o documento no tempo e no espaço (BELLOTTO 2001, p. 25-26).

Elementos como produção, tramitação, guardas seguras e preservação das informações registradas no ato da produção do documento (sem alterações, complementações, ou qualquer tipo de alteração não autorizada) garantirão a autenticidade documental, além de componentes como fidedignidade, integridade, confidencialidade, organicidade, proveniência e unicidade (BELLOTTO, 2008; DURANTI, 1995; RODRIGUES, 2008).

³ Michel Duchein. O Respeito aos Fundos em Arquivística: Princípios Teóricos e Problemas Práticos.

⁴ Natália Bolfarini Tognoli. A construção teórica da diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos.

A princípio, a diplomática, tinha sua função limitada a resolver uma disputa legal servindo de suporte à pesquisa histórica, como também

fornecia instrumentação para chegar-se à autenticidade e à fidedignidade de documento, verdadeira obsessão dos historiadores da época, a diplomática, naturalmente, incorporou-se aos estudos arquivísticos, quando estes se tornaram sistemáticos, no mesmo século XIX, sobretudo na Itália, França e Alemanha. Entretanto, sua vinculação dava-se, mais que tudo, através da paleografia, mas, [...] na ampliação de sua esfera de ação, a diplomática viria, pouco a pouco, distanciar-se da paleografia (BELLOTTO, 2001, p.20).

Nos anos 80 a Diplomática ressurgiu adaptada com a intervenção dos modernos estudos arquivísticos, com a finalidade de aplicar os princípios teóricos e práticos aos documentos de arquivo. Com o crescimento da Arquivística, surge uma visão do documento em todo o seu ciclo de vida e as necessidades de desenvolvimento de procedimentos para sustentar os novos programas arquivísticos, incluindo a avaliação e o planejamento da produção documental. Dessa forma “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e volta à diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos” (DURANTI, 1995, p.36).

A finalidade desta análise é a de revelar os vínculos de proveniência e organicidade que o documento apresenta com sua origem, base de sustentação e perspectiva crítica para a Arquivística. Para os interesses diplomáticos o que importa é a estrutura do documento e o seu discurso, porém para a tipologia documental o interesse diz respeito às relações que apresentam os documentos dentro do seu conjunto, em seu contexto de produção. De acordo com Rodrigues (2008, p.5) "a diplomática, como ciência, existe pelo fato de atestar, através do seu método de análise, a autenticidade dos documentos arquivísticos. Autenticidade atribuída a vários ambientes e a características diversas que apresenta o documento".

Dessa forma, a presente pesquisa utilizou o acervo dos registros da SCM-PB, como fonte informacional, onde identificou e analisou o inter-relacionamento entre as tipologias das unidades arquivísticas e as atividades desenvolvidas, obtendo assim uma compreensão de como se configurava a ordem interna administrativa da instituição, em relação à assistência hospitalar.

Associada à análise diplomática, utilizamos o método paradigma indiciário, sistematizado pelo historiador e antropólogo Carlo Ginzburg, o qual se destacou como um dos principais nomes da micro-história (gênero historiográfico surgido na Itália). O historiador em seu ensaio, “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”, alega que:

[...] por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico (caso prefira paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção. A análise desse paradigma, amplamente operante de fato, ainda que não teorizado explicitamente, talvez possa ajudar a sair dos incômodos da contraposição entre racionalismo e irracionalismo. (GINZBURG, 1989, p.143)

O método de Ginzburg utiliza de inferências sobre as informações, o que significa que “as deduções dependerão da boa qualidade dos indícios e da habilidade de observação, interpretação e conexão entre os indícios por parte do pesquisador” (ROCKEMBACH, 2015, p.54).

Em nosso entendimento a escolha do método se configurou como base adequada para uma investigação minuciosa da nossa pesquisa, pois este processo possibilita ao pesquisador vivenciar e interpretar novos procedimentos na pesquisa metodológica, compreendendo e atribuindo múltiplos sentidos na interação da produção do saber. Nesse contexto o pesquisador torna-se uma espécie de “detetive metodológico”, ao utilizar-se das maneiras múltiplas de investigação pautadas nas pistas, nas sintonias e indícios entre o observador e o objeto a ser analisado, sendo relevante o exame destes elementos para a pesquisa arquivística, por estes fornecerem sustentação a conclusões mais amplas da realidade do objeto de estudo.

Além disso, entendemos o paradigma indiciário como um auxiliar na análise diplomática, pois ambos trabalham elementos existentes nos documentos para a compreensão do objeto no todo, e a nossa pesquisa parte não apenas do arquivo em seu conjunto, mas como um todo orgânico, constituído de elementos menores inseridos nos documentos a exemplo dos termos de abertura e encerramento dos livros da Santa Casa ou mesmo de informações colocadas e espalhadas nos diversos documentos que compõem esse rico acervo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O nosso trabalho terá como base teórica o Sistemismo ou, como é conhecida, a Teoria Geral dos Sistemas. Os sistemas fazem parte da história da humanidade e estão presentes por toda parte, ou seja, podemos abordar diversas matérias sob o olhar sistêmico. Dessa forma, temos como primeiro sistema o nosso corpo, que por sua vez encontra-se formado por outros subsistemas, como por exemplo, o sistema digestório.

A sistematização deste estudo ocorre na década de 20 a partir das análises feitas pelo pesquisador Ludwig Von Bertalanffy que, insatisfeito com as lacunas existentes nas pesquisas biológicas, critica a visão de um mundo dividido e isolado em diferentes áreas como física, química, psicologia, biologia entre outras e, oposto ao enfoque mecanicista. O pesquisador sugere um estudo sistêmico e globalizado dessas diversas especialidades, o qual envolvesse todas as suas interdependências, com a finalidade de proporcionar princípios e modelos gerais capazes de resolver os problemas encontrados na organização e na ordem que as unificava, permitindo maior aproximação entre suas fronteiras e o preenchimento dos espaços vazios entre elas.

É importante ressaltar a preocupação do autor com a aplicação da Teoria Geral do Sistema nas ciências humanas, examinando a aplicação da concepção sistêmica às perspectivas mais amplas, isto é, aos grandes grupos humanos, sociedades e à própria humanidade em sua totalidade. Essa nova visão do mundo, aplicada a princípio nas ciências biológicas, foi apresentada em sua principal obra, “Teoria Geral dos Sistemas”, a qual causou considerável impacto na sociedade acadêmica da época. Apesar das objeções iniciais, as quais consideraram a teoria “frívola” e “presunçosa”, estas foram aos poucos sendo derrubadas e muitos cientistas sociais estudaram, compreenderam e utilizaram e ainda utilizam a Teoria dos Sistemas em suas especialidades. Acerca disso o próprio Bertalanffy (1977, p.25) declara:

Nas últimas duas décadas nós testemunhamos à emergência do “sistema” como conceito chave da pesquisa científica. Evidentemente, os sistemas já eram estudados há séculos, mas algo novo foi agora acrescentado... A tendência a estudar os sistemas como uma entidade e não como um aglomerado de partes está de acordo com a tendência da ciência contemporânea que não isola mais os fenômenos em contextos estreitamente confinados, mas abre-se ao exame das interações e investiga setores da natureza cada vez maiores. Sob a égide da pesquisa dos sistemas (e seus numerosos sinônimos) assistimos também à convergência de muitas criações mais especializadas da ciência contemporânea. [...] Esta pesquisa prossegue e muitas outras estão sendo entrelaçadas em um esforço conjunto de investigação, que envolve um espectro cada vez mais amplo de disciplinas científicas e tecnológicas. Estamos participando do que é, provavelmente, o

mais amplo esforço para chegar a uma síntese do conhecimento científico como jamais foi feita.

Kasper (2000, p.2) concorda com as afirmações do pesquisador e ainda acrescenta:

O pensamento sistêmico, começou a se constituir como movimento no âmbito ciência em consequência de três mudanças fundamentais associadas à sociedade industrial, consolidadas ou decorridas durante esse século: a emergência de uma nova percepção e compreensão da natureza em razão dos desdobramentos na ciência; os desenvolvimentos tecnológicos impulsionados pela Segunda Guerra Mundial e a necessidade de administrar estruturas organizacionais cada vez mais complexas, especialmente, a partir dos pós-guerra.

Acerca dessas novas percepções e necessidades apontadas por Kasper, Bertalanffy em seus estudos já declarava que:

A aplicação prática, na análise e engenharia de sistemas, da teoria dos sistemas aos problemas que surgem nos negócios, governo, política internacional demonstra que este enfoque “funciona”, conduzindo ao mesmo tempo à compreensão e a predição. Mostra especialmente que o enfoque dos sistemas não se limita às entidades materiais em física, biologia e outras ciências naturais, mas é aplicável a entidades que são parcialmente imateriais e altamente heterogêneas. A análise dos sistemas, por exemplo, de uma empresa industrial abrange homens, máquinas, edifícios, entrada de matérias-primas, saída de produtos, valores monetários, boa vontade e outros imponderáveis. Pode dar respostas definidas e indicações práticas (BERTALANFFY, 1977, p.261).

Sendo assim, na percepção do biólogo, o organismo passa a ser entendido como “um complexo de elementos em interação, interação essa de natureza ordenada e não fortuita” (Bertalanffy, 1977, p.53). Neste contexto, Churchman (1972, p.50) defini sistema como “[...] um conjunto de partes coordenadas para realizar um conjunto de finalidades”. Dessa maneira se unirmos as duas definições teremos uma mais completa: Sistema é um conjunto de partes que interagem de forma a alcançar um objetivo.

Percebemos que a interação desse conjunto resulta na maioria das vezes em algo complexo, no entanto essa complexidade apresenta-se de forma organizada, com suas partes ou elementos harmonicamente inter-relacionados.

Verificamos assim, que o pensamento sistêmico é uma abordagem auxiliar nesse contexto de mudanças técnicas e sociais, existentes no ambiente no qual estão inseridas, já que fornece a possibilidade de mudar a maneira de analisar os problemas que as instituições enfrentam.

A teoria fornece uma visão “do todo” ao invés “das partes”; dos relacionamentos e não dos objetos isoladamente; do ambiente e de suas influências

no desenvolvimento organizacional, provendo uma base comum entre diversos campos sociais e científicos, tornando clara a visão de conjunto a partir da qual as alterações necessárias à melhoria da instituição seriam identificadas, facilitando o processo de tomada de decisão e a interação das partes integrantes, favorecendo, portanto, seu desempenho conjunto.

Dessa maneira o modelo sistêmico surge não como solução, porém como uma nova proposta de como lidar com as complexidades institucionais, de forma contínua, permanente e integrante, e não mais separadamente e isolada.

Diversos autores compartilham dessa opinião, definindo o conceito de sistema da seguinte forma:

“Sistema é um agrupamento de partes que operam juntas para um propósito comum” (Forester, 1961, p.1).

“Sistema é um todo que funciona como um todo em virtude da interdependência de suas partes” (Rapoport, 1968, p. 23).

“Sistema é um complexo de elementos ou componentes direta ou indiretamente relacionados em uma rede causal, de modo tal que no mínimo alguns de seus componentes estejam relacionados a alguns outros de um modo mais ou menos estável em qualquer tempo” (Buckley, 1968, p.493).

“Sistema é um todo com partes relacionadas” (Ackoff, 1974, p.3).

Seng (1995, p.84) concorda com os autores citados ao conceituar sistema como um “todo percebido, cujos elementos se mantêm juntos porque afetam continuamente uns aos outros ao longo do tempo, e atuam para um propósito comum”.

Sendo que o próprio Bertalanffy ao explicar o significado da expressão “o todo é mais que a soma das partes”, afirmou que esta consistia

[...] simplesmente em que as características constitutivas não são explicáveis a partir das características das partes isoladas [...]. Se, porém conhecermos o total das partes contidas em um sistema e as relações entre elas o comportamento do sistema pode ser derivado do comportamento das partes. Podemos também dizer: enquanto podemos conceber uma soma como sendo composta gradualmente, um sistema, enquanto total de partes com suas inter-relações, tem de ser concebido como constituído instantaneamente (BERTALANFFY, 1977, p.83).

Ou seja, o conceito de sistema proporciona uma visão compreensiva, abrangente, holística (as totalidades representam mais que a soma de suas partes) e gestáltica (o todo é maior que a soma das partes) de um conjunto de coisas complexas, dando-lhes uma configuração e identidade total.

Ainda é necessário lembrar que todo sistema pode possuir subsistemas, e faz parte de um sistema maior, denominado ecossistema ou macro sistema que pode ser entendido como o ambiente em que está inserido e de quem recebe influências e influencia também. A importância dos subsistemas consiste no fato de facilitarem, mais eficiente e eficazmente possível, o alcance dos objetivos institucionais, posto que todo sistema tem uma natureza organizada que sofrerá alteração caso uma das suas unidades apresente mudanças.

Além disso, dependendo da maneira como se relacionam com seu ambiente, os sistemas, quanto a natureza, podem ser classificados em fechados ou abertos. A respeito dos sistemas fechados e abertos, Bertalanffy aborda o assunto, elucidando que:

[...] sistemas fechados são aqueles considerados isolados do seu ambiente, como, por exemplo, o movimento de um sistema planetário cujas posições dos planetas são determinadas por suas condições no tempo; e sistemas abertos são aqueles que possuem, continuamente, fluxos de entrada e de saída e que se conservam “mediante a construção e a decomposição de componentes (BERTALANFFY 1977, p. 64-65).

O exemplo de sistema aberto citado pelo autor é o dos organismos vivos que, por sua própria natureza e definição, são essencialmente sistemas abertos, uma vez que estão em constante interação com o ambiente, mediante a troca de energia, de matéria e de informação. O escritor afirma que um sistema é fechado quando não há nenhuma entrada ou saída de material dele, e é aberto se houver importação e exportação de matéria.

O sistema aberto “define-se como um sistema em troca de matéria com seu ambiente, apresentando importação e exportação, construção e demolição dos materiais que o compõem” (Bertalanffy, 1977, p.162-205). O autor refere-se ainda aos componentes dos organismos vivos que, como sistemas abertos, conservam-se em troca contínua com o meio.

Mariotti (2007, p.88) refere-se aos estudos de Bertalanffy para apresentar os conceitos de sistemas fechados e abertos, segundo o qual, os sistemas fechados “não têm entradas nem saídas para o ambiente”, e tudo o que acontece nesses sistemas é restringido aos seus próprios componentes. Já nos sistemas abertos, há uma dependência entre estes e o ambiente para manterem suas autonomias. Para Mariotti, os sistemas abertos, embora dependentes do ambiente com o qual mantêm intercâmbio, bem como com outros sistemas “iguais, superiores ou subordinados”, são

autônomos e auto-sustentáveis. O que se verifica é que os sistemas abertos são, ao mesmo tempo, autônomos e dependentes do ambiente do qual fazem parte.

A visão sistêmica, como anteriormente mencionado, foi aplicada inicialmente às ciências biológicas, mas posteriormente acaba influenciando vários ramos do conhecimento humano, como Economia, Pedagogia, Administração entre outras. Nesse contexto, destacamos a administração, devido a estreita relação existente entre esta e os arquivos desde os primórdios da humanidade. Sobre esse tema Melo (1999, p.47) esclarece:

Esta estreita relação entre o que é produzido pela administração e os arquivos se estabelece através da gestão de documentos, ou da informação, buscando uma economia e uma eficácia na forma de se produzir e se manter, como também o uso e destinação final dos documentos, inaugurando assim, todo o seu ciclo de vida. Este processo demonstra uma maior amplitude do domínio da arquivística, dando-lhe um caráter mais acrescido de importância em todas as atividades administrativas, melhorando a organização e a recuperação dos documentos, proporcionando um cuidado adequado e a guarda permanente com baixos custos.

A Administração, no seu desenvolvimento como área científica, abraçou a Teoria Geral dos Sistemas a partir da década de 1960, tornando-se parte integrante da ciência administrativa, fazendo essa pensar não apenas em máquinas isoladas realizando tarefas, mas sim em forma de sistema, em totalidade. Nas teorias anteriores dominava o conceito de organização como sistema fechado e isolado do meio ambiente onde se inseria. Deste modo, a análise e os projetos de intervenção baseavam-se somente nas variáveis internas (tarefas, estruturas, métodos de trabalho, indivíduos, grupos, etc.) com uma tendência de manter inalterados os objetivos, critérios e estruturas organizacionais, pois tratava-se de uma estrutura fechada a mudanças.

A perspectiva sistêmica mostra a extrema importância das constantes interações entre a organização e o ambiente, pois um sistema organizacional rígido não pode sobreviver na medida que não consegue responder eficazmente às mudanças contínuas e rápidas do ambiente. A administração segue o caminho da interação com o ambiente para alcançar os objetivos da organização e atingir suas metas.

Assim sendo, observamos que a organização passa a ser primeiramente pensada na sua função global para depois ser analisada nos seus componentes, passando a atuar como um sistema, em que o estudo do geral se sobrepuja ao particular, privilegiando um olhar mais abrangente e permitindo uma análise, ao

mesmo tempo profunda e mais ampla das organizações, contribuindo para uma ampliação na visão dos problemas organizacionais, contrapondo-se às abordagens mais antigas de sistemas fechados. A concepção de homem funcional, com desempenho de vários papéis e seus conflitos somados aos da organização (mistos) compõem o quadro organizacional dessa abordagem, que necessita de melhor sistematização e possui pouca aplicação prática.

Constatamos dessa maneira que a visão sistêmica é importante para a Ciência Administrativa, uma vez que toda organização está inserida em um ambiente e que este é quem propicia as interferências na maneira de administrar.

A Teoria Geral dos Sistemas foi um divisor de águas para esse campo, devido ao grau de relevância que ela apresenta na melhor compreensão do fenômeno organizacional, sendo que todas as teorias surgidas após a Teoria sistêmica, nela se apoiam, explícita ou implicitamente (CHIAVENATO, 2000; MAXIMIANO, 2004; KAST E ROSENZWEIG, 1970).

Ainda no campo das ciências sociais aplicadas, a Arquivologia apropria-se dessa teoria na abordagem pós-custodial, em lugar da perspectiva clássica ou custodial, e passa a compreender os arquivos “como sistema e já não como fundo, noção operatória e incorporacionista intimamente associada e datada do princípio da proveniência”, (Silva, 2000, p.27). De acordo com Masson (2006, p.99),

O conceito de fundo, nascido para o tratamento do documento a posteriori, deixaria de ser útil, uma vez que o próprio conceito de informação arquivística ou de documento arquivístico determina que são aqueles produzidos em decorrência das funções e das relações orgânicas, nas atividades de seus produtores visando alcançar os objetivos a que esses produtores se propõem. Portanto, se a gestão de documentos acontece, concomitantemente à produção, trâmite até a destinação final, está garantida a proveniência e o respeito à ordem original e a individualidade do conjunto, com a manutenção da estrutura orgânico-funcional que produz a informação ou o documento e o conceito de fundo seria uma redundância.

Assim, em consonância com essa perspectiva o arquivo passa a ser conceituado como “um sistema (semi-) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nas anteriores” (SILVA et al., 2002, p.2).

E o autor ainda justifica que

se Arquivo passa a ser concebido e estudado como um sistema (semi) fechado de informação, a Arquivística foi definida [...] como uma ciência da informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação semi-fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer

na interação com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente.

Conforme as características apresentadas pela Teoria Geral dos Sistemas, percebemos que os arquivos são verdadeiros sistemas por apresentarem como características um conjunto de elementos e de subsistemas que se relacionam, possuindo objetivos comuns e finalidades específicas. Os atributos de autenticidade, naturalidade, inter-relação e unicidade presentes em um documento de arquivo, já asseveram essa ideia, pois um documento arquivístico “perde o sentido quando dissociado do conjunto documental a que pertence” (MELO, 1999, p.53).

A respeito dessa questão, Melo (1999, p.54) considera que as,

características próprias dos documentos de arquivo, por se agruparem de forma natural em decorrência das atividades dos indivíduos ou das instituições, eles mantêm entre si uma interface orgânica e organizada, formando um todo com sentido e significado. Iremos identificar, assim, que a Arquivologia compartilha o pensamento sistêmico: todo, inter-relação, organização são palavras-chave, conceitos que sustentam o universo sistêmico.

E ainda clarifica que a teoria sistêmica foi utilizada pelos arquivos pela necessidade de regular e apoiar todo “o processo concernente à gestão dos documentos públicos, pois desde o século XIX, vários discursos jurídicos procuraram dar uma organicidade no sentido de produzir e preservar os documentos elaborados em órgãos públicos” (MELO, 1999, p.54).

Analisando as características do modelo histórico-tecnicista ainda hoje vigente na Arquivística, Ribeiro (2002, p.102) afirma:

O chamado “arquivo histórico”, com função de serviço incorporado de “fundos” de interesse patrimonial, cuja utilidade para a própria entidade produtora é considerada nula, já provou que não consegue assegurar a necessária articulação em termos sistêmicos com o contexto gerador da informação e, por isso mesmo, cria rupturas nefastas em termos de conhecimento e conseqüente representação dos sistemas de informação arquivística que incorpora; além disso, a função serviço/uso- um dos fatores que configuram o arquivo, entendido numa perspectiva sistêmica- tem-se sobreposto, nos arquivos ditos “históricos” ou “definitivos”, de forma asfixiante, à estrutura orgânica dos sistemas incorporados, revelada tal asfixia na desviante representação dos arquivos veiculada através de instrumentos de pesquisa pobres em conhecimento, apesar de tecnicamente apurados.

E acresce:

A noção de “fundo”, tal como foi formulada em 1841, tem um caráter meramente operativo e não se ajusta obviamente a um conhecimento científico tal como hoje o concebemos, apesar de alguns autores [...] procurarem adaptá-la a novas realidades e dar-lhes novos contornos que lhe assegurem uma sobrevivência, fatalmente efêmera. (RIBEIRO, 2002, p.102).

Ressaltamos que esforços têm sido feitos para que ocorra mudanças de paradigma na arquivística, e que um deles tem sido a tendência para conceber o arquivo como “sistema”, dispensando a este uma visão integrada de suas várias idades (corrente, intermediária e permanente).

Pressupomos, que por estar inserido em um contexto dinâmico e informacional, as instituições arquivísticas não devem ser compreendidas apenas enquanto um “lugar”, onde se armazena, preserva e disponibiliza documentos, ou unicamente como um ‘amontoado’ de papéis.

Inseridas em um ambiente organizacional, consideramos a ideia de que as instituições arquivísticas são constituídas por informações (conteúdos documentais que ao serem produzidos, acumulados, organizados e disponibilizados sugerem uma informação em potencial contextualizada) que asseguram a inteligibilidade do conteúdo informativo do documento.

Salientamos que o fato de um arquivo pertencer a um sistema, significa que qualquer decisão ou intervenção que envolva o mesmo, poderá influenciar outras partes que o constituem, uma vez que existe a relação de interação e interdependência entre as atividades dos outros setores da organização, e as atividades do arquivo. Assim, o bom desempenho de um arquivo dependerá do relacionamento deste com a organização, e qualquer decisão relacionada ao cumprimento das suas finalidades diante da organização, devem ser bem planejadas.

De acordo com Aguiar (2008, p.143-144), apresentamos alguns pontos-chave que aproximam as instituições arquivísticas, da Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy.

Propósito ou objetivo – a missão institucional arquivística: acumular/armazenar, organizar, representar e recuperar das instituições, informações orgânicas para responder uma demanda de informações requisitadas pelos usuários e pelas instituições, ou seja, processar informação para o uso social através de mecanismos de comunicação, de modo a garantir a difusão e transferência de conteúdos documentais para usuários em potencial;

Organicidade/relação todo/partes – a informação arquivística por natureza apresenta-se orgânica, ou seja, há uma relação entre todo e conjunto de informações acumuladas no sistema, partes independentes e inter-relacionadas; resulta uma ação de seu produtor; tem como característica a estrutura orgânico-funcional/ estrutural; reflete a estrutura, as funções e as atividades do organismo que o produziu;

Tipos de sistemas arquivísticos – arquivos pessoais, arquivos técnicos, arquivos empresariais, arquivos públicos, arquivos escolares etc - dependendo do sistema ou da organização a qual está relacionado;

Ambiente (Arquivos como subsistema de um sistema) – meio que envolve (micro e macro- ambiente), o primeiro está relacionado com o contexto e a cultura organizacional na qual estão inseridas as instituições arquivísticas, incluindo nesse ambiente os utilizadores da informação, a estrutura, instalações, tecnologias, recursos materiais, financeiros e humanos, as políticas, normas, procedimentos, produtos e serviços; a segunda de modo geral diz respeito às variáveis políticas, econômicas, tecnológicas, sociais, jurídicas, e culturais que compõem o macro-ambiente;

Entrada – informação arquivística como objeto intangível e o documento como objeto material;

Processamento (subsistema técnico) – processo de análise documentária; classificação; descrição e representação da informação arquivística e indexação, além da construção das linguagens documentárias ou instrumentos de pesquisa;

Saída – representação da informação arquivística contida nos documentos arquivísticos mediados por índices ou resumos (linguagens documentárias);

Subsistema de indivíduos – composto por profissionais da informação e os usuários do sistema de informação arquivístico;

Estrutura orgânica das Instituições Arquivísticas – diz respeito se o sistema de arquivos atua de forma centralizada ou descentralizada;

Produtos – elaboração de produtos documentários como instrumentos de pesquisa, inventários, catálogos, guias, vocabulários controlados, tesouros funcionais, planos de classificação, bases com dados para orientar atividades e processos de análise documentária e principalmente para dotar o acervo de inteligibilidade comunicativa e informacional.

Todos os elementos apontados acima possuem múltiplas relações entre si, e com elementos de outros sistemas, seja no ambiente micro ou macro das instituições. A compreensão de que as instituições arquivísticas são sistemas, e não simplesmente instituições preocupadas em custodiar e preservar volumes documentais, pressupõem avançar na compreensão dos seus princípios fundamentais, conceitos e métodos, acerca de elementos que compõem um sistema de informação arquivístico orgânico-funcional.

Desse modo, tem-se a possibilidade de fazer intervenções pragmáticas, para ampliar a sua atuação no sistema social de um modo geral. Consideramos, portanto, que a visão sistêmica apresenta-se como uma alternativa para orientar a atuação dos arquivos, diante das necessidades e demandas exigidas pela sociedade da informação.

Diante do exposto, a pesquisa identificou e analisou a rotina administrativa e as atividades de assistência hospitalar desenvolvidas pela SCM-PB, utilizando-se dos registros documentais nela custodiados. Nessa investigação, a SCM-PB foi estudada como um sistema, e suas mordomias, divisões dos setores por atividades, como subsistemas inter-relacionados, cujo objetivo comum, era auxiliar e cuidar da população carente.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SCM-PB DE 1858 A 1928

As Santas Casas de Misericórdias eram instituições fundamentais de assistência pública, atuando como núcleos de poder local. Desde o início da colonização portuguesa na América, instalaram-se nas capitais reais e outros centros de importância estratégica, acumulando diversas obrigações de caridade (ALVES 2006; MOURA FILHA, 2011). É neste contexto que se insere a SCM-PB, criada nos primeiros anos de formação da capitania.

A Santa Casa de Misericórdia em João Pessoa, exercia suas funções pautada no Estatuto, chamado de Compromisso, seguindo o modelo da Misericórdia de Lisboa. Esse Compromisso de 1516, organizava-se em torno de 14 obras de caridade, as quais são especificadas no quadro 1, da página 15, dessa pesquisa.

A cada ano, exatamente no dia 02 de julho, era realizada uma reunião da chamada Mesa Conjuncta Administrativa, nessa mesma ocasião, ocorria uma votação onde os Irmãos Mesários⁵ e a Junta Definitória⁶ decidiam acerca da escolha do novo Provedor e dos indicados para servir como Mordomos na SCM-PB.

Em 1850, entrou em vigor um novo Compromisso, o qual regeu a irmandade e a forma de escolha do corpo administrativo até o ano de 1913, onde:

A administração da Santa Casa da Paraíba ficou dividida em duas partes, a legislativa e a consultiva confiada a uma Junta de vinte Definidores, e a propriamente executiva, delegada à Mesa Administrativa, composta do Provedor, Escrivão, Tesoureiro, Procurador Geral, Mordomos do Hospital e Expostos, de Prédios e Terras, da Igreja e Cemitério, dos Presos e Visitador, todos nomeados pelo Presidente da Província. (SEIXAS, 1987, p.122).

Observamos que os membros administradores da SCM-PB, até o ano de 1913 eram nomeados pelo Presidente da Província, porém com a reforma do Compromisso vigente até 1913, além da inserção do cargo de Vice-Provedor e de mais quatro membros na Junta Definitória, a escolha dos administradores da entidade passou a ser realizada por eleição e não mais por nomeação. Essa mudança explica-se pelo fato do Governador da Paraíba em exercício, ter “declinado da missão de nomear o Provedor e os demais diretores da Santa Casa, por força da Constituição Federal, segundo a qual lhe vedava a interferência do governo na administração dessa pia Instituição de caridade”, (SEIXAS, 1987, p.123).

⁵ **Mesários:** Irmãos responsáveis por administrar a realização da votação do novo Provedor e dos Mordomos.

⁶ **Junta Definitória:** Espécie de Conselho Consultivo da Santa Casa.

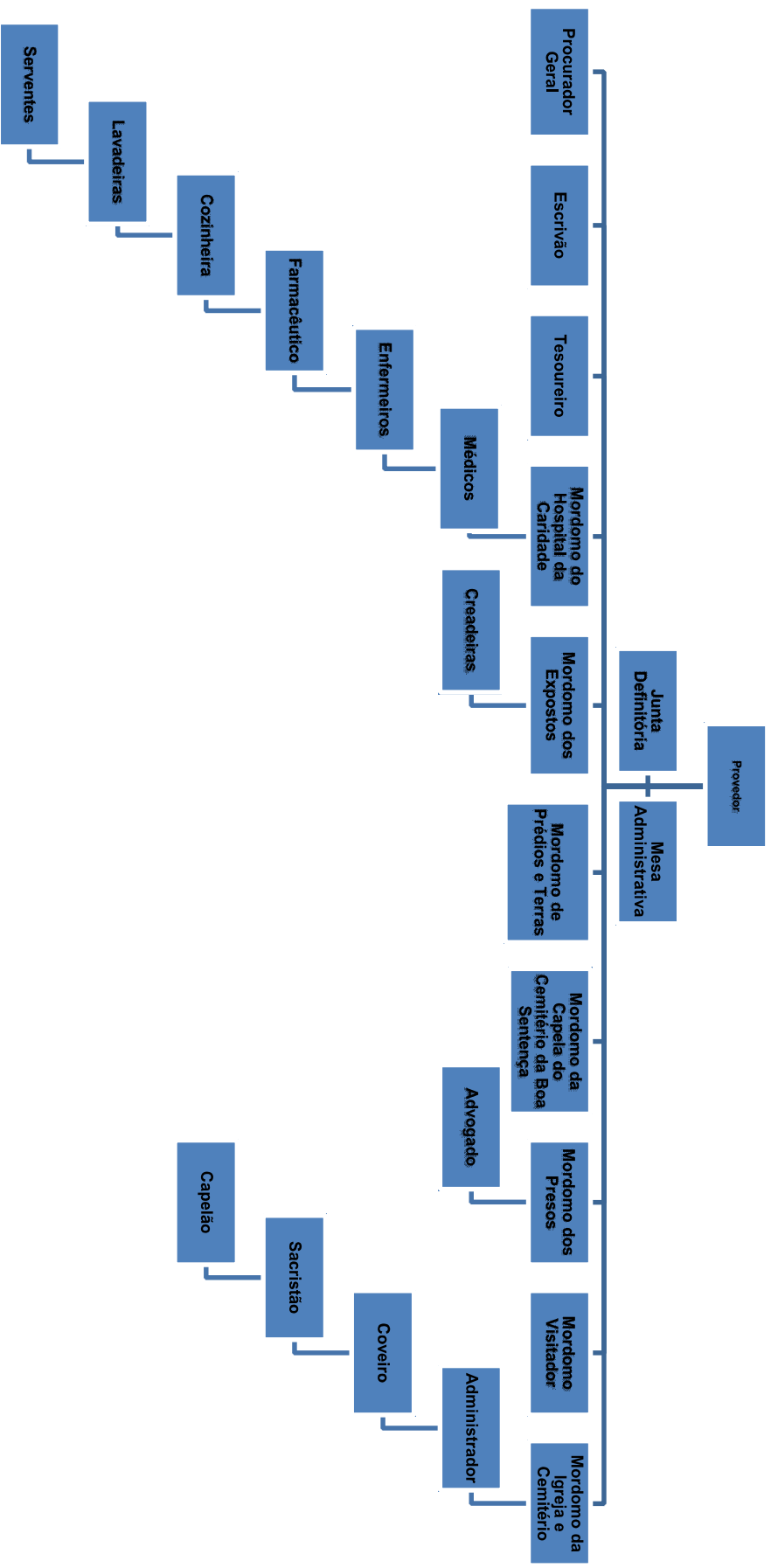
No referencial teórico desse trabalho, esclarecemos que o Arquivo Permanente da SCM-PB seria estudado como um sistema, e suas mordomias, divisões dos setores por atividades, como subsistemas inter-relacionados, cujo objetivo comum, era auxiliar e cuidar da população carente.

O Sistemismo, foi escolhido como base teórica da pesquisa, por entendermos que esse modelo apresenta uma nova proposta de lidar com as complexidades específicas de uma entidade secular, de forma contínua, permanente e integrante, ampliando a sua atuação no sistema social de modo geral, e não mais separadamente e de forma isolada. Encontramos em Melo (1999), citado no terceiro capítulo desse estudo (página 33), e em Alvarez (1990, p.17), respaldo para nossa afirmação, quando este esclarece que:

Sistema é um conjunto de elementos interdependentes que interagem com objetivos comuns formando um todo, e onde cada um dos elementos componentes comporta-se como um sistema cujo resultado é maior do que o resultado que as unidades poderiam ter se funcionassem isoladamente. Qualquer conjunto de partes unidas entre si pode ser considerado um sistema, desde que as relações entre as partes e o comportamento do todo sejam o foco de atenção.

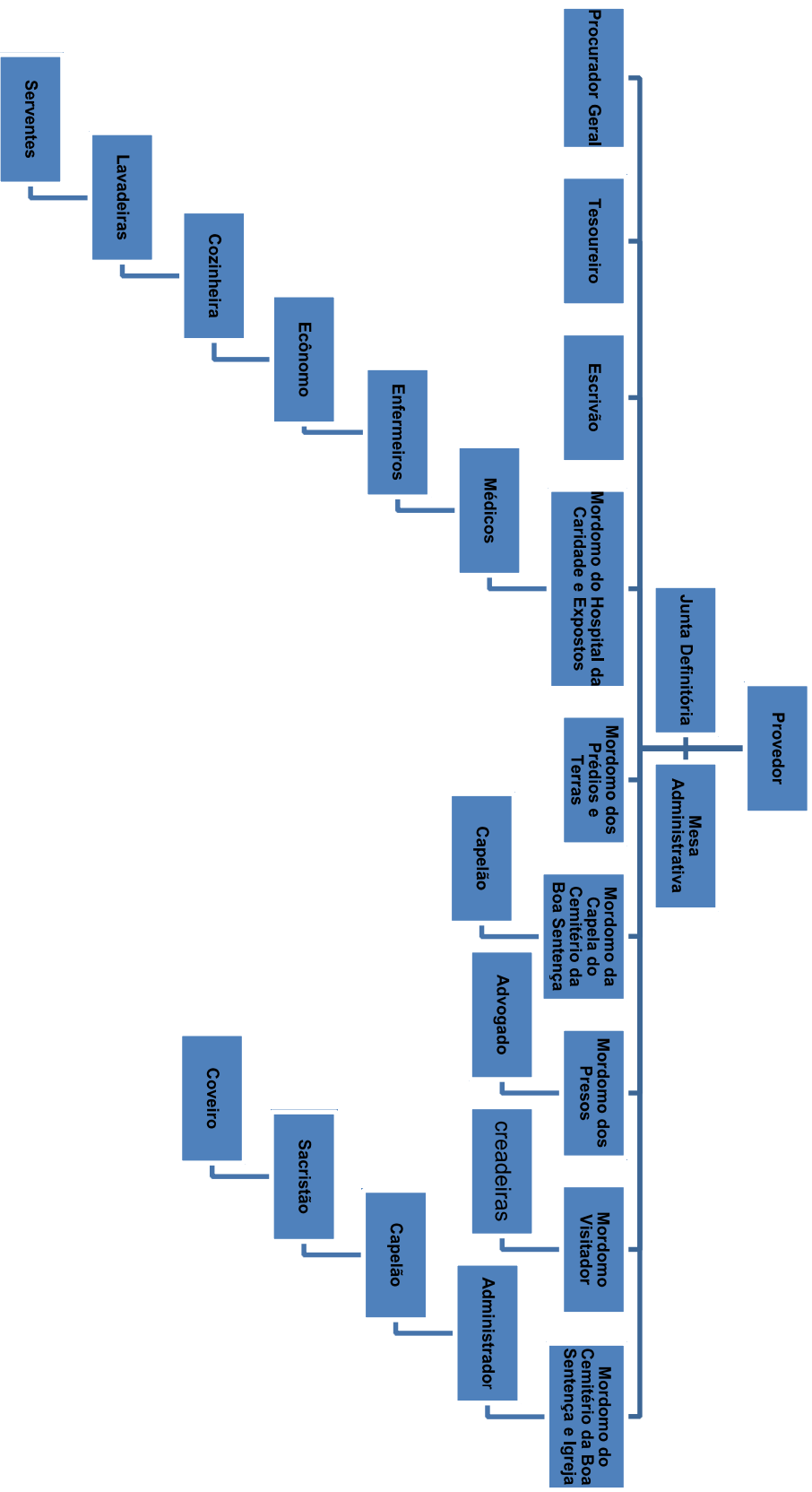
Para uma melhor compreensão das mordomias e cargos existentes na instituição, elaboramos seis organogramas baseados no recorte temporal proposto, como forma de apresentar a estrutura administrativa da SCM-PB. Esclarecemos que a estrutura administrativa representada por organograma é atual, ou seja, é uma perspectiva da administração sobre a estrutura organizativa da SCM-PB, pois naquela época não havia estudos baseados em organogramas. Portanto, os mesmos foram fundamentados na análise dos documentos da instituição pesquisada, em especial, nos Relatórios dos Provedores produzidos na delimitação temporal idealizada nessa pesquisa.

Figura 1: Organograma da Estrutura Administrativa da SCM-PB de 1858 a 1870



Fonte: Autora (2017, baseado nos Relatórios dos Provedores do Arquivo da SCM-PB)

Figura 2 – Organograma da SCM-PB de 1871 a 1886



Fonte: Autora (2017, baseado nos Relatórios dos Provedores do Arquivo da SCM-PB)

Analisando a estrutura dos organogramas, referentes à figura 1 e 2, observamos que ocorreu uma alteração nas mordomias da instituição. O Mordomo do Hospital da Caridade, no período de 1871-1886, passou a ser responsável pelos expostos, extinguindo-se, portanto, o cargo específico de Mordomo dos Expostos⁷. O cargo de creadeiras⁸, tonou-se responsabilidade conferida ao Mordomo Visitador⁹ (apesar dos expostos serem responsabilidade da Mordomia do Hospital da Caridade).

No mesmo período percebemos alterações de cargos. Esse é o caso do cargo de farmacêutico que no organograma estrutural de 1870-1886, aparece relacionado à Mordomia Hospitalar, no entanto, essa posição no período de 1871-1886 foi substituída pelo encargo de ecônomo (responsável pelo levantamento e manutenção da ordem dos bens do hospital tais como: roupas, medicamentos, víveres alimentícios etc.).

O Provedor Toscano de Brito com o intuito de aumentar a renda do hospital, criou uma farmácia e contratou um farmacêutico para administrá-la, declarando que “Bastará que os lucros da botica cheguem para que os remédios para o hospital saham grátis, e ter-se-ha obtido uma vantajosa verba de receitas” (Relatório de 1865, p.2). Entretanto, o propósito almejado, não foi alcançado. O Dr. Antônio de Souza Gouveia que assumiu a Provedoria posteriormente, extinguiu a farmácia e conseqüentemente a posição de farmacêutico, pois de acordo com o Provedor, o funcionário,

teve a infelicidade hir no desagrado do povo d’esta cid^e. de sorte que alheou da botica quase todos os consumidores [...] e tenho o dissabor de dizer-vos que deixou-nos uma dívida de R\$. 3:154:510 que estamos obrigados a pagar aos pharmacêuticos Bartholomeu e Comp^a. na praça de Pernambuco (Relatório da SCM-PB, 1868, p.6).

Posteriormente, de acordo com o Relatório dos Provedores (1894, p.342), a farmácia do hospital foi instalada na Rua Duque de Caxias nº 54, e administrada pelo prático de farmácia Rosendo Tavares da Costa; no Relatório do Provedor Antonio Soares de Pinho (1901 a 1902, p.408) temos a informação de que a farmácia foi transferida para o hospital, “cujos medicamentos eram preparados pela Drogaria

⁷**Mordomo dos Expostos:** Responsável por indicar creadeiras, para que tomassem conta das crianças abandonadas, bem como destinar uma pensão referente as despesas com o custeio das crianças.

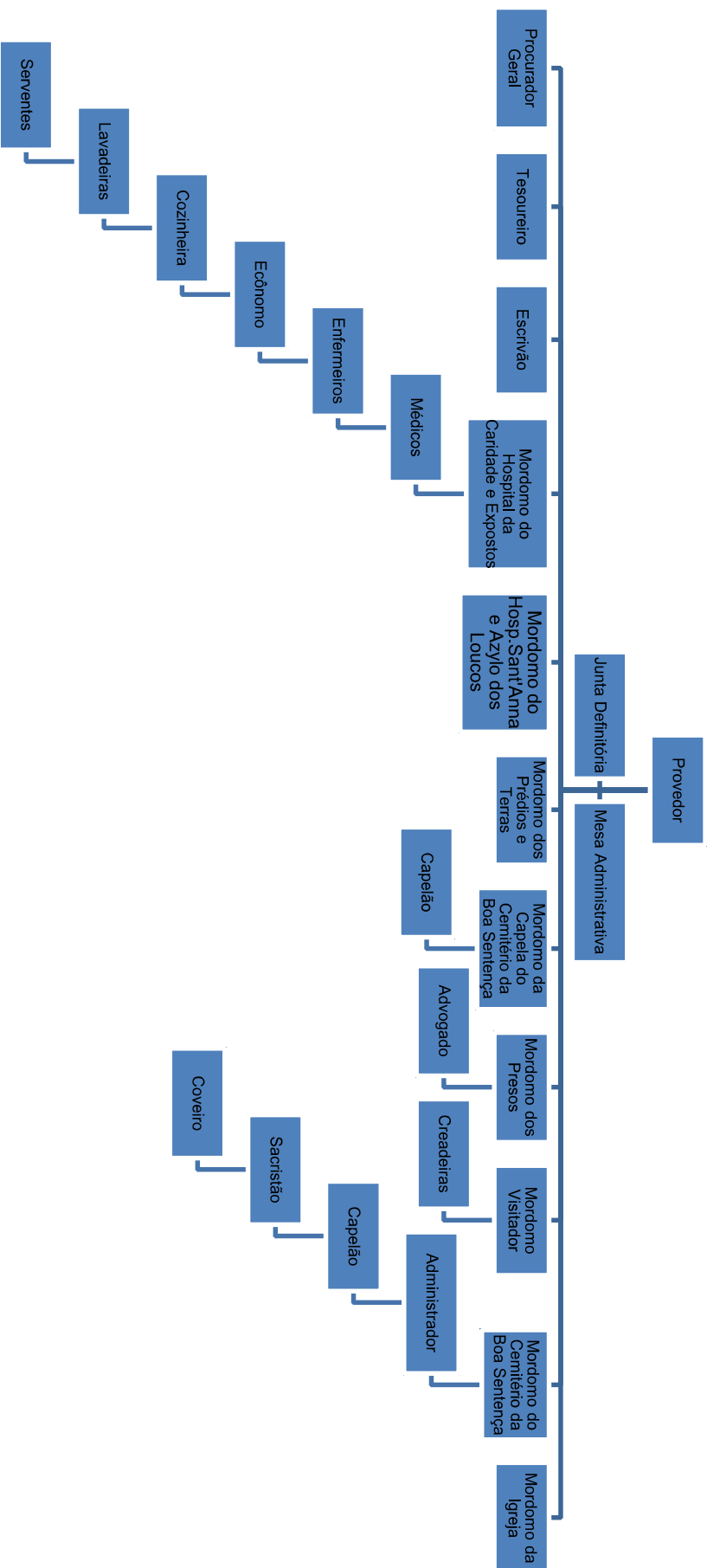
⁸ **Creadeiras:** Mulheres que recebiam uma pensão de 7.000(sete mil réis, mensais) para serem responsáveis pela educação, alimentação e demais cuidados essenciais na criação dos menores abandonados. SEIXAS, W. N. (1987).

⁹ **Mordomo Visitador:** Competia ao Mordomo Visitador, visitar famílias carentes que por meio de requerimentos, solicitavam a Santa Casa a doação de uma pensão mensal gratuita. Ele confirmava se as famílias realmente eram merecedoras desse auxílio. Além disso fiscalizava o tratamento recebido pelos expostos, tratados pelas creadeiras. Relatório do Provedor Interino José Lucas de Sousa Rangel, (1861, p. 6).

Rabello, estabelecimento situado no comércio local”.

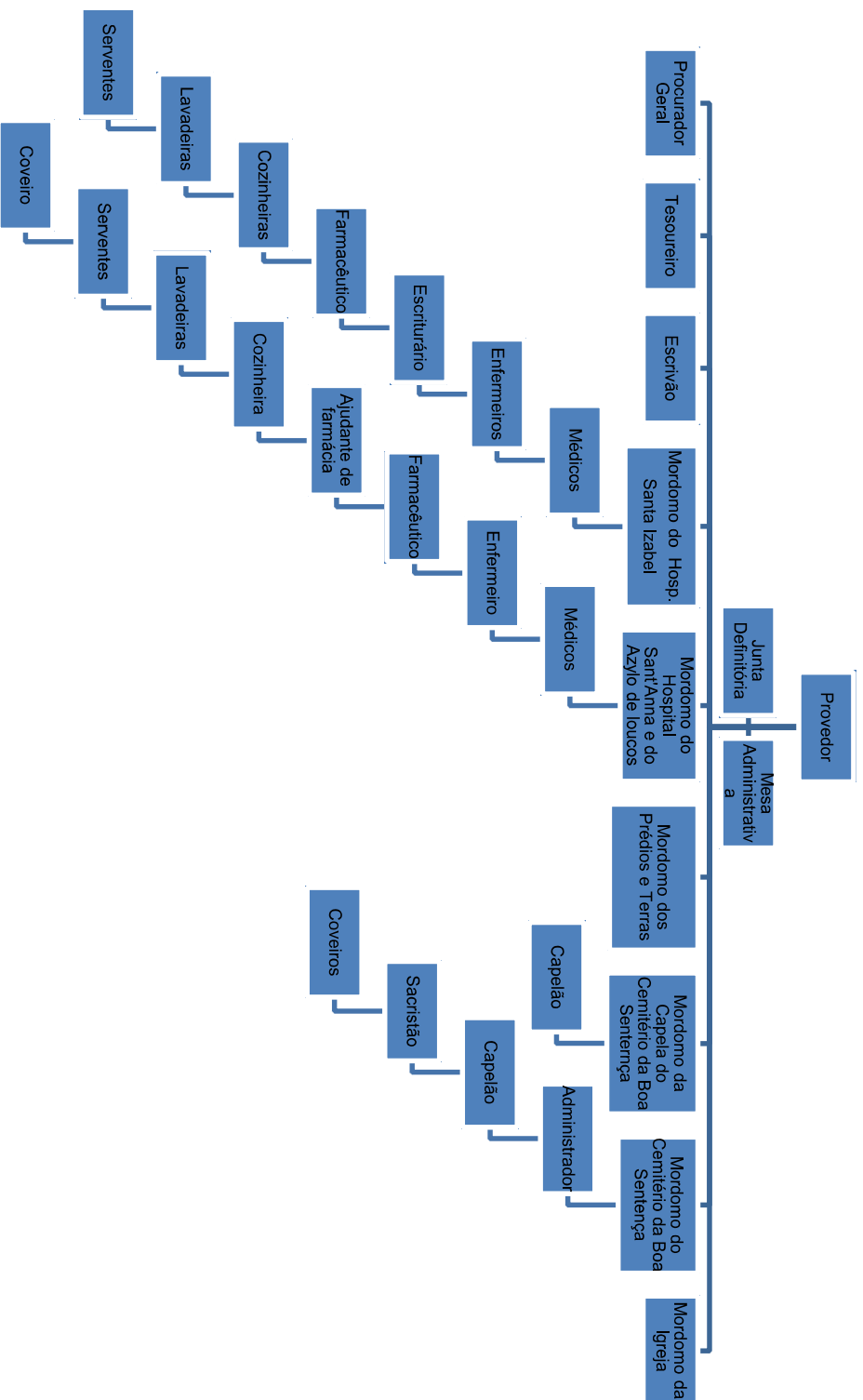
Em um exame geral da estrutura administrativa da SCM-PB, ocorridas entre 1858-1886, verificamos a supressão de mordomias e a transferência ou encerramento de atribuições entre seus setores. Michel Duchein, citado na metodologia desse estudo (página 23), discute em seu trabalho “O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos” (1986), sobre essas mudanças administrativas, as quais podem ocorrer em qualquer instituição pública ou privada. Os organogramas que seguem, também apontam situações parecidas.

Figura: 3 – Organograma da SCM-PB de 1887 a 1897



Fonte: Autora (2017, baseado nos Relatórios dos Provedores do Arquivo da SCM-PB)

Figura: 4 – Organograma da SCM-PB de 1898 a 1905



Fonte: Autora (2017, baseado nos Relatórios dos Provedores do Arquivo da SCM-PB)

Equiparando os dois organogramas dos períodos entre 1887-1897 e 1898-1905, ressaltamos que a gerência da Mordomia do Cemitério da Boa Sentença sofreu mudanças importantes. O cemitério deixou de ser administrado pela SCM-PB quando foi estabelecido o Governo Provisório, que vigorou de 1889 a 1891 (após a Proclamação da República), passando a partir dessa data, a ser responsabilidade da intendência municipal. Os cargos de mordomo, administrador, coveiro e capelão foram extintos neste período, permanecendo apenas o cargo de sacristão. Entretanto, a administração do cemitério foi devolvida à instituição em 1893, e os cargos extintos foram recriados; à vista disto, os cargos citados constam nos dois organogramas. Acerca desse fato temos o relato do Provedor Dr. Antonio Meira que declarou:

Tendo o Presidente do Estado, por Decreto número dezenove de dezeseis de Maio do anno próximo passado, feito voltar á administração d'esta Irmandade o Cemiterio público do Senhor da Bôa Sentença, que se achava entregue á Intendência Municipal, rebemol-o em mau estado de conservação, achando-se desmoronada uma das duas casas situadas a entrada do mesmo, e a outra quase a desabar (Relatório do Provedor da SCM-PB de 1893, p.338).

Outro fato marcante ocorrido em meados de 1891, foi a construção, no Sítio da Cruz do Peixe, do Hospital Sant'Anna (também denominado como Hospital dos Variolosos) e do Azylo de Loucos ou Alineados, um anexo do hospital. A construção desse nosocômio, resultou na criação de uma mordomia responsável pelo hospital e seu anexo, assim como, de diversos cargos necessários ao funcionamento desse novo estabelecimento. Sobre esta ocorrência o Provedor Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão declarou que

Tendo-me o benemérito governador do Estado, em officio de 8 de novembro do anno próximo passado que se achava prompta a nova enfermaria mandada preparar no hospital da Cruz do Peixe e em condições de receber os enfermos existentes no deste pio Estabelecimento, por deliberação da Mesa fil-os transferir, a 15 do mesmo mês, para aquella enfermaria, com exceção dos loucos que ali não tinham compartimento para a sua residência e tratamento (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1890-1891, p.147).

Entretanto, no final do mesmo relatório, o Provedor assegurou a existência de um edifício para albergar os loucos, e acrescentou: “É pena que o edifício destinado aos loucos tenha somente 12 compartimentos, que já se acham todos ocupados [...]” (Relatório do Provedor da SCMPB, 1891, p 151).

Convém elucidar que o Hospital da Caridade, localizado no Centro da cidade e anexo à Igreja da Misericórdia, assistia a vários tipos de enfermos provenientes de todo o Estado: variolosos, doentes de câmaras de sangue (refere-se a disenteria, a qual era designada como: crônica, maligna, violenta, alarmante, aguda e sangrenta),

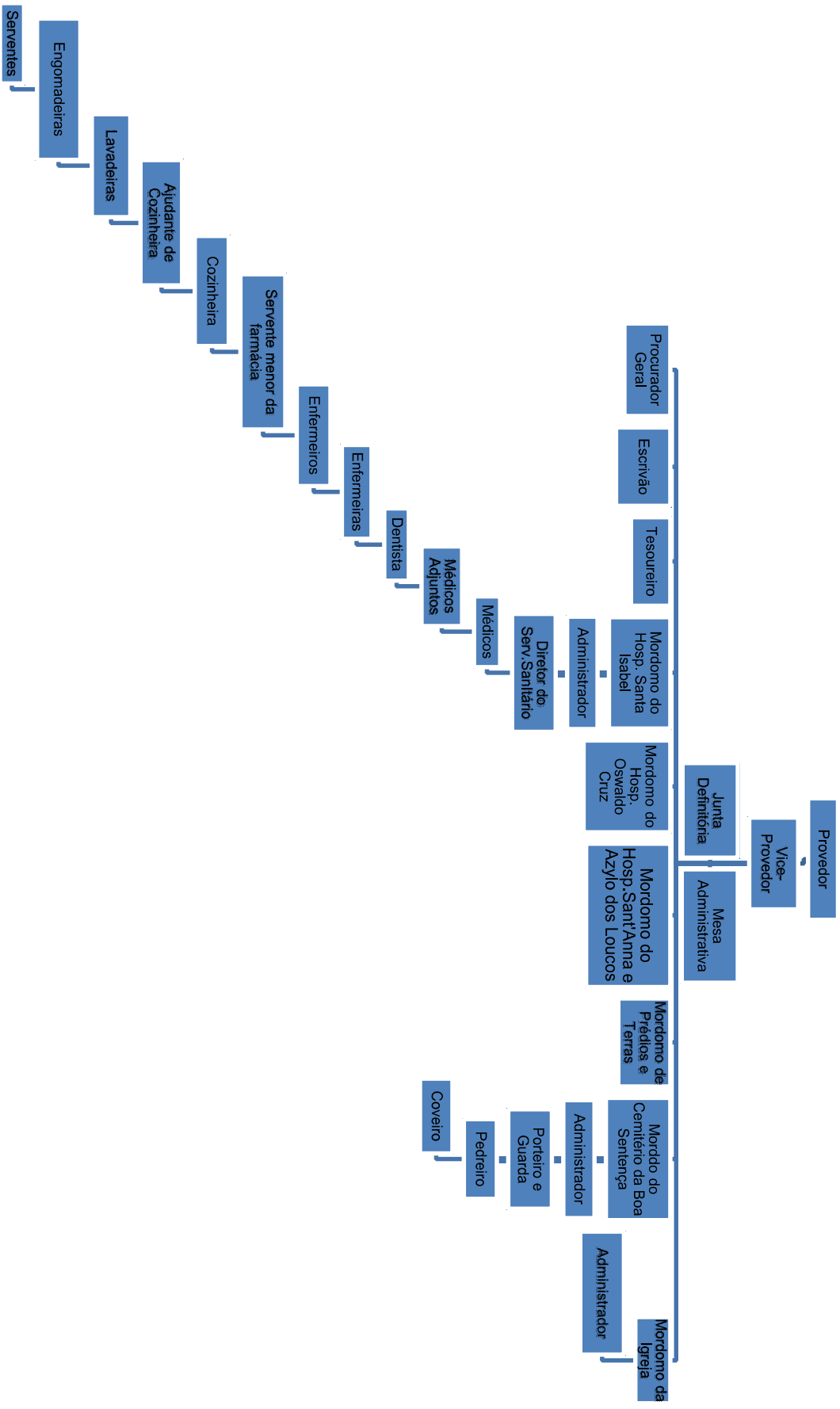
febre amarela e moléstias infecciosas das mais variadas. A construção do nosocômio Sant'Anna, em lugar remoto e isolado, tinha por finalidade afastar do Centro da cidade, lugar onde residia as elites locais, aqueles que eram considerados uma ameaça constante à saúde e segurança das camadas sociais mais abastadas. O Provedor Pedro da Cunha Pedrosa acerca desses fatos relatou que ao Hospital da Caridade “são recolhidos e tratados os enfermos indigentes, pensionistas [...], os affectados de moléstia **curável** [...]” (Relatório do Provedoria da SCM-PB, 1906, p.11, grifo nosso).

Em nosso entendimento, a transferência dos enfermos acometidos de doenças infecto contagiosas para o Hospital de Sant'Anna, se caracterizava como uma prática de exclusão muito utilizada nos meios urbanos: excluía-se os leprosos, os coléricos, os febris, os loucos, os defuntos. Medicalizar alguém, era mandar para fora do espaço urbano, a fim de purificar os outros corpos, os ditos saudáveis. Era mandar construir leprosários e cemitérios, hospitais, manicômios e orfanatos distantes dos centros das cidades.

O pobre representava um grande perigo para a sociedade, e por isso, a medicina passou a direcionar os olhos para os pobres, pois dar-lhes um destino seria uma medida fundamental para realizar o processo de higienização e profilaxia na cidade da Paraíba, o qual seria fator determinante para a construção de um novo nosocômio em arrabaldes distantes do centro da capital e desativação definitiva do existente no centro da capital.

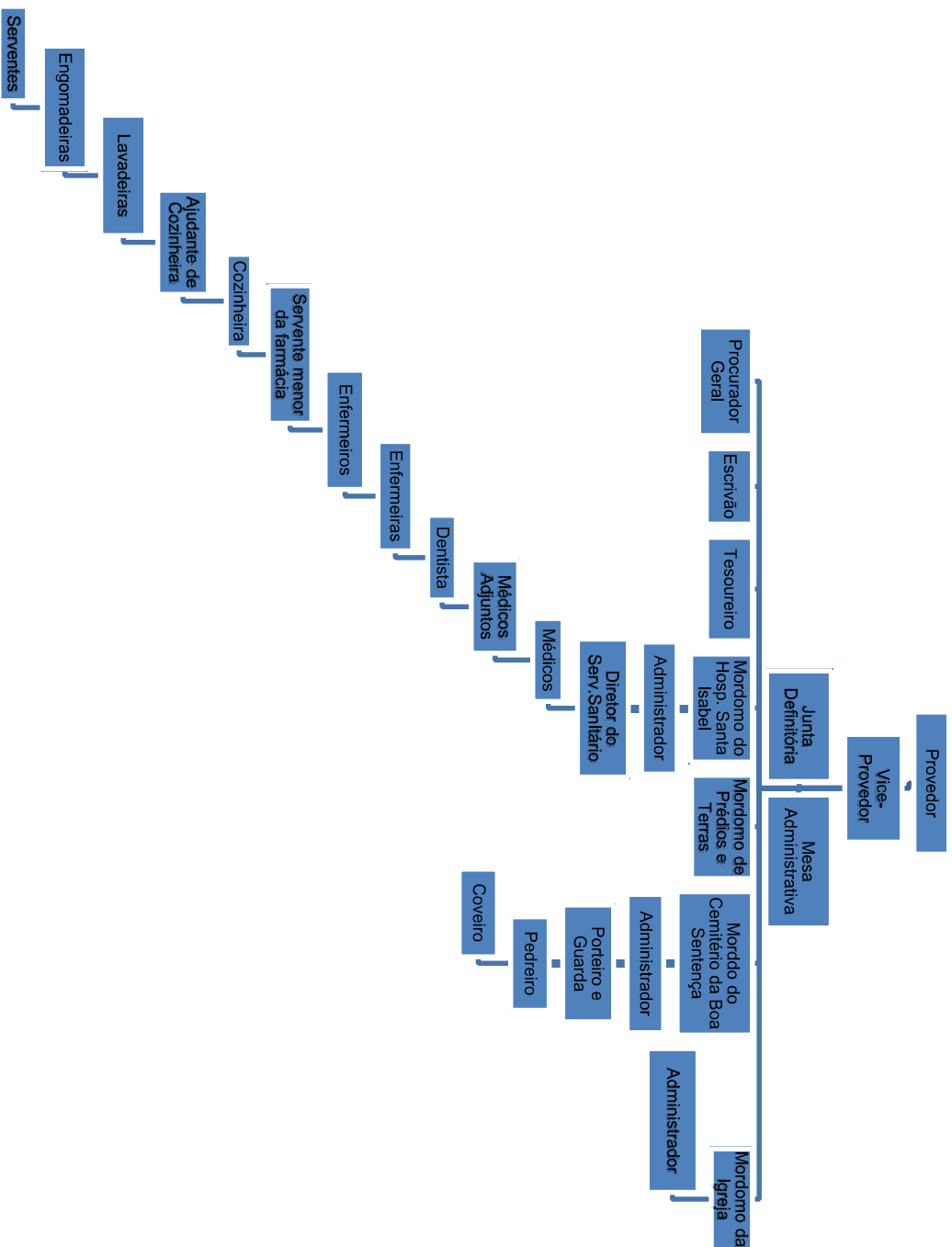
Além disto, inferimos que a Mordomia dos Expostos foi extinta entre 1890 e 1901, posto que os Relatórios dos Provedores analisados depois dessa data, não fazem menção as crianças abandonadas. A última referência acerca dos expostos, encontrou-se no Relatório do Provedor Dr. Maximiano José de Inojosa Vasconcelos, o qual afirmou “existir apenas dois expostos sob os cuidados da SCM-PB” (Relatório dos Provedores da SCM-PB, 1891, p.251). Além dessa mordomia, deduzimos que igualmente foram extintas a Mordomia dos Presos em 1899, e a do Visitador em 1905, pois não há referência acerca das mesmas, em relatórios estudados com datas posteriores as citadas.

Figura 5: - Organograma da SCM-PB de 1906 a 1925



Fonte: Autora (2017, baseado nos Relatórios dos Provedores do Arquivo da SCM-PB)

Figura: 6 - Organograma da SCM-PB de 1926 a 1928



Fonte: Autora (2017, baseado nos Relatórios dos Provedores do Arquivo da SCM-PB)

No início de nossas análises, destacamos que em 1913 ocorreu a reforma do Compromisso de 1850 e que apesar da reorganização ocorrida na entidade, os administradores continuaram com as referidas denominações. A SCM-PB passou a ter um Vice-Provedor e vinte e quatro Definidores (anterior a este período, os Definidores eram em número de 20), por essa causa, o cargo de Vice-Provedor aparece nos organogramas a partir dessa data. Destacamos ainda, a criação e supressão de mordomias, e das funções a elas vinculadas, durante o período de 1906 a 1928. A inauguração do novo Hospital da Santa Casa, em novembro de 1914, foi um fato marcante. Acerca desse acontecimento, o Provedor Caldas Brandão declara:

O facto mais importante ocorrido no anno administrativo da Santa Casa foi incontestavelmente a inauguração do novo hospital [...] no sítio Cruz do Peixe, no bairro do Tambiá d'esta cidade. E' natural que a Meza administrativa se regozige com a realização deste tentamen [...] considerado [...] por outros como acto de loucura, [...] recebido com sorriso irônico da indiferença e da incredulidade (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1915, p.12).

Para a concretização desse feito, o Provedor mencionado, teve o auxílio do Diretor do Serviço Sanitário Flávio Maroja, que em forma de relatórios anuais apresentados à Mesa Administrativa da Santa Casa, sempre discorreu sobre a necessidade de novos preceitos higiênicos e profiláticos para a Paraíba, e defendendo a construção de um novo hospital, que satisfizesse as necessidades higiênicas e de salubridade do Estado. Sobre a inauguração do hospital o Dr. Maroja reconheceu que:

[...] foi esse auspicioso acontecimento, inesquecível para quantos o testemunharam, vós bem o sabeis, todos nós o sabemos, conhece a Parahyba inteira que não se cansa de admirar o esforço dos que emprehenderam e realizaram [...] aquella grande obra (Relatório do Diretor Sanitarista da SCM-PB, 1915, p.32).

Esclarecemos que o antigo Hospital da Caridade, continuou a funcionar no Centro da cidade, cujos pacientes ali curados, eram transferidos para o Azylo da Mendicidade, inaugurado em 1913 e com o qual a SCM-PB mantinha “relações de mutuo auxilio” (Relatório da Provedoria da SCM-PB, 1918, p.10). Isso acontecia quando os pacientes curados, não tinham condições próprias de subsistência. O mesmo acontecia com os pacientes do novo hospital, inaugurado na Cruz do Peixe.

A criação do Azylo da Mendicidade, sempre foi almejada pela Santa Casa, devido ao grande número de mendigos que vagavam pelas ruas do centro da cidade, os quais buscavam na irmandade, auxílio para seus infortúnios. O Provedor Caldas Brandão descreveu sua satisfação diante desse fato com as seguintes palavras:

Já é uma realidade entre nós o Asylo de Mendicidade e como, por encanto, desapareceu o espectáculo deprimente da mendicidade nas ruas e praças desta Capital. Um grupo de distintos cavalheiros de nosso meio tomou a iniciativa do grande empreendimento que é hoje uma bela realidade a prestar serviços à sociedade parahybana (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1913, p.20).

Por motivos financeiros, em 1918 o Hospital Sant' Anna e seu anexo, o Azylo de Loucos, encontravam-se em estado deplorável de funcionamento, com os pacientes vivendo promiscuamente em meio a várias moléstias terríveis. Acerca desses estabelecimentos, o Provedor em vigência, José Ferreira Novaes informa:

Segundo autorização da Junta Definitória em 14 de maio último tiveram início os trabalhos da construção do primeiro pavilhão dos três destinados a substituírem o pardião em que se aloja o Sant' Anna" (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1918, p.5).

E a respeito do Azylo de Alienados, asseverou que:

[...] é antes uma prisão de loucos, do que um estabelecimento adequado ao curativo dos infelizes que perderam a luz da razão. Será uma obra a executar-se de futuro a construção de um asylo com os requisitos que a sciencia medica prescreve (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1916, p.11).

Em 1921 foi iniciado o serviço da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural na Paraíba, devido as epidemias que frequentemente assolavam o Estado, o qual passou a funcionar no único pavilhão que a Santa Casa conseguiu construir em 1918, anexo ao novo hospital inaugurado no sítio Cruz do Peixe, conforme citação acima. Por falta de verbas, os outros pavilhões não foram edificados.

A Comissão estava a cargo do Governo Federal e serviu de apoio à assistência hospitalar da SCM-PB. Achamos relevante citar esse fato, pois a Comissão faria "um hospital modelar, o que redundará em benefício da S. Casa" (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1921, p.17). Esse hospital foi denominado de Oswaldo Cruz, e em 1924 ainda estava sob a direção da referida Comissão (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1924, p.10). Muitos pacientes do Hospital Sant'Anna e do Azylo dos Loucos foram transferidos para o Oswaldo Cruz, pois o objetivo da Santa Casa era demolir o Hospital Sant'Anna e o Azylo dos Alienados. O Relatório dos Provedores, acerca do hospital Sant'Anna esclarece:

A administração da Santa Casa, no começo do corrente anno, de 1922, agiu no sentido de fechar esse hospital, e, para isso positivar, o interdictou, não tendo conseguido porem o seu intento, de modo que ele continua a permanecer cheio de doentes. (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1922, p.5).

Foi apenas em março de 1926 que "a Meza Administrativa [...] deu elle por extinto [...]" (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1926, p.7). Em um dos relatórios

tomamos conhecimento que o Hospital Oswaldo Cruz, que recebeu os pacientes do Sant'Anna e do Azylo, por falta de verbas,

funcionou até setembro de 1926, [...] ficou suspenso o seu funcionamento, e fechado o respectivo prédio [...]. O Azylo de Sant'Anna, e a secção restante do hospital Sant'Anna a ele anexados, passaram a ser dependências do hospital S. Isabel. Aguarda a administração da S. Casa a oportunidade para reinstaurar o serviço hospitalar desse estabelecimento (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1926, p.7).

Essa pretensão de reabrir o Hospital Oswaldo Cruz não se concretizou, e por esse motivo, os pacientes acometidos de moléstias infecto contagiosas e os alienados, permaneceram no Hospital Santa Isabel; estes últimos foram transferidos para o Hospital-Colônia Juliano Moreira em 1928, o qual foi edificado na antiga Estrada dos Macacos, hoje conhecida como Avenida João Machado. Os doentes com patologias infecciosas permaneceram no Hospital Santa Isabel.

Em relatório apresentado à Mesa Administrativa da SCM-PB, o Provedor José Ferreira de Novaes, informou que era “[...] motivo de jubilo para a Santa Casa haver sido inaugurada a Colonia de Alienados aonde os pacientes [...] encontrarão o tratamento de que precisam [...]” (Relatório da Provedoria da SCM-PB, 1928, p.8). Finalmente, o novo hospício faria cessar as críticas à forma como a SCM-PB cuidava dos alienados. De acordo com o Provedor Novaes Ferreira,

desde 1908 que a administração da S. Casa [...] vem se ocupando desse assumpto, clamando contra o que lhe entregaram, por lhe não permitirem os seus minguados recursos melhorar esse serviço. Felizmente, está próximo o termino desse serviço para a S. Casa, e para os loucos, que irão ter um tratamento ditado pelos últimos ensinamentos da sciencia medica (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1925, p.11).

Em nosso entendimento, fica claro que o “júbilo” do Provedor Ferreira de Novaes, e conseqüentemente da Santa Casa, foram motivados pelo fato da instituição, finalmente, conseguir livrar-se de uma atribuição da qual sempre se queixou, e não pelo fato dos pacientes, a partir daquele momento, serem tratados de acordo com a “sciencia medica”. Além disso, destacamos que os espaços destinados aos loucos e mendigos, deveriam ser edificados distantes da cidade, buscando-se tornar invisível a existência daqueles personagens malsoantes a cidade que se modernizava, e que lutava com as questões de salubridade, na tentativa de combater epidemias e embelezar a cidade, superando o atraso colonial.

Resta esclarecer que a demolição do Hospital da Caridade, iniciada em 1924, foi finalizada em 1928. Sobre esse acontecimento o Provedor José Ferreira de Novaes

relatou que o Mordomo de Prédios e Terras “assistiu [...] ao início da demolição do antigo prédio do Hospital S. Isabel, à rua Visconde de Pelotas, em o anno de 1924, e ao término dessa demolição em 1928” (Relatório do Provedor da SCM-PB, 1928, p.3).

Diante dos fatos evidenciados, identificou-se que as mudanças elencadas resultaram na extinção da Mordomia do Hospital Sant’Anna e do Azylo dos Alienados, assim como na do Hospital Oswaldo Cruz e dos cargos integrados a estes nosocômios, ficando a cargo da SCM-PB administrar a partir desse período, apenas o novo Hospital Santa Isabel, o Cemitério da Boa Sentença, a Igreja da Misericórdia no Centro da cidade e alguns imóveis e terrenos pertencentes à irmandade.

Utilizando os registros da SCM-PB como fonte informacional, e o método paradigma indiciário como um auxiliar na análise diplomática, conseguimos identificar que a administração da instituição se configurava como um verdadeiro sistema, vivo e dinâmico, o qual buscava equilíbrio e meios de subsistência com a finalidade maior de prestar serviços de assistência aos pobres e desamparados.

O Sistemismo ou a Teoria Geral dos Sistemas, base teórica de nosso trabalho, foi reconhecido em nossos estudos, já que a documentação analisada, apresentava características de um conjunto de elementos e de subsistemas inter-relacionados e interdependentes, os quais apresentavam objetivos comuns e finalidades específicas. Nesse sentido, a afirmação vai ao encontro do pensamento sistêmico, proposto por Silva et al (1999), citado no referencial teórico dessa pesquisa.

Além disso, percebemos a existência de uma interligação na estrutura administrativa da instituição, que para manter sua missão e valores, reorganizava cargos e funções, procurando distribuir de forma igualitária seus recursos materiais e financeiros, de forma a atender as demandas de cada uma de suas mordomias, elevando assim, seus bons resultados. Nos diversos Relatórios dos Provedores, percebemos que as atividades hospitalares, consistiam o foco principal das atividades desenvolvidas pela instituição, cuja administração, embora complexa, apresentava-se de forma organizada, com suas partes harmonicamente inter-relacionadas, buscando sua finalidade primordial: assistir, da melhor forma possível, os pobres carentes.

Segue um quadro sintético dos hospitais administrados pela SCM-PB entre 1858 a 1928.

Quadro 2: Hospitais administrados pela SCM-PB desde sua fundação até o ano de 1928

HOSPITAIS	FUNDAÇÃO	EXTINÇÃO OU DENOMINAÇÃO DADA A PARTIR DE 1928
Hospital da Caridade ou da Misericórdia. Oficialmente era denominado de Hospital Santa Izabel, mas popularmente era conhecido com os nomes citados. Inclusive, em vários documentos da SCM-PB, são usados os nomes populares.	O primeiro prédio do hospital foi destruído durante a invasão holandesa. Conforme Seixas (1987, p.67-68) em 1754 começou a ser reedificado. Foi desativado definitivamente em 1928, devido a inauguração, em 1914, do novo hospital. A SCM-PB continuou a administrá-lo até 2007, quando o mesmo, devido a dívidas da entidade, foi arrematado em leilão pela Prefeitura de João Pessoa. Essa e outras informações estão disponíveis no seguinte link: https://www.trt13.jus.br/informe-se/noticias/2007/09/prefeitura-fecha-acordo-no-trt-e-legaliza-santa-isabel)	Hospital Santa Isabel. Obs: Conforme Junqueira (2016, p.203-204). A SCM-PB, em tempos de guerra, de grandes epidemias e secas, por determinação médica, criavam hospitais provisórios.
Hospital Sant'Anna e o Asylo dos Alienados (anexado ao hospital)	Em 1891 foram construídas as primeiras acomodações para os pacientes com doenças infecciosas e para os alienados.	As atividades desse hospital foram encerradas em 1926.
Hospital Oswaldo Cruz	1921	Passou a absorver sistematicamente os pacientes do Hospital Sant'Anna e do Asylo dos alienados, mas foi fechado em 1926 por falta de recursos financeiros. A intenção de ser posteriormente aberto, não se concretizou. Os pacientes nele internados, foram transferidos para o Hospital Santa Isabel. Posteriormente, os doentes alienados, foram transferidos para o Hospital Juliano Moreira, inaugurado em 1928.

Fonte: A autora (2017)

4.2. ANÁLISE DIPLOMÁTICA DAS TIPOLOGIAS HOSPITALARES DE 1858 A 1928

O arquivo de qualquer instituição é o lugar onde está guardada toda a sua memória institucional, fatos e acontecimentos que ocorrem ou ocorreram nas diversas fases em que a entidade, exerce ou exerceu, sua função de prestação de serviços à sociedade. Sua produção documental está relacionada às atividades do meio que o produziu, justificando a sua existência. A análise diplomática, em nossa compreensão, torna-se parte fundante para o conhecimento do conjunto documental de determinada instituição.

Como citado anteriormente, o acervo documental pertencente ao Arquivo da SCM-PB, possui uma grande variedade tipológica que testemunha a rotina administrativa da instituição ao longo dos séculos. Em um levantamento inicial, observamos que a maior parte dos documentos foi se perdendo ao passar do tempo. Atualmente, existe um número reduzido de documentos referentes ao período colonial, tendo um acúmulo significativo de documentos datados dos tempos do Império e da República.

A realização da análise diplomática das tipologias hospitalares encontradas no arquivo, ocorreu a partir de leitura minuciosa. A maior parte desses documentos estão em bom estado de conservação, e são todos manuscritos. Além disso, como mencionamos na metodologia dessa pesquisa, usamos o método paradigma indiciário como um auxiliar na análise diplomática.

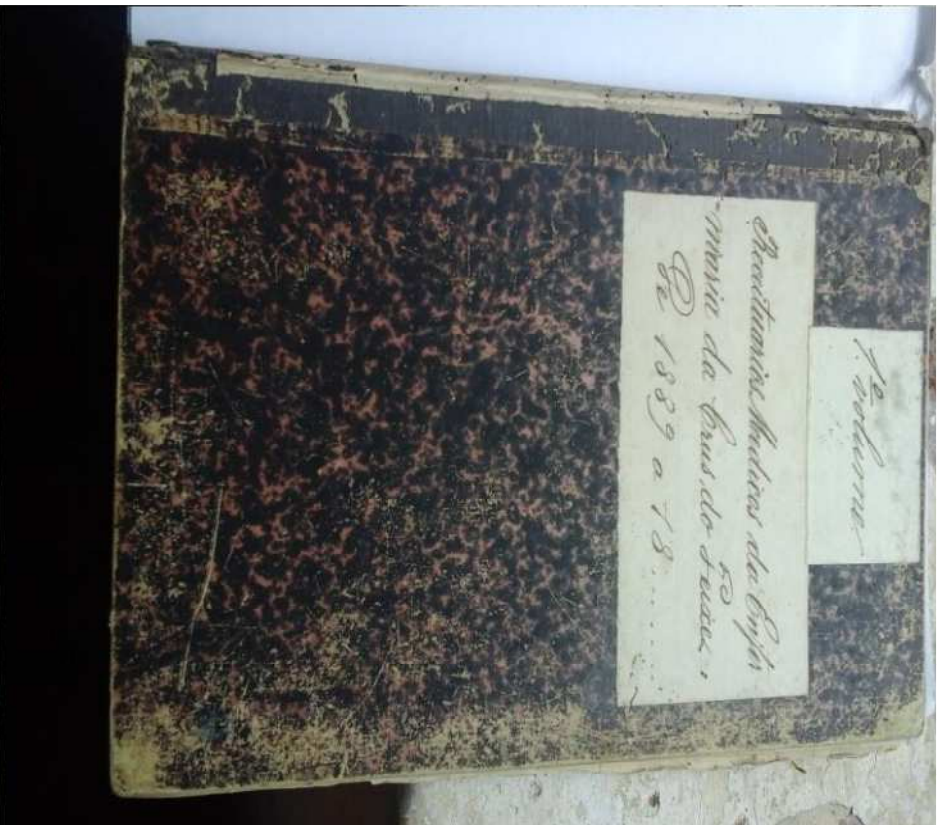
A seguir, apresentamos a análise dessas tipologias, baseada no método da Prof.^a Dr.^a Natália Bolfarini Tognoli, apresentado em seu trabalho “Tipologia e Diplomática contemporânea: aspectos forenses e de gerenciamento” (2016). Ressaltamos que nem todas as partes diplomáticas surgem em todas as espécies documentais, pois “isso dependerá da natureza jurídica do instrumento, que por sua vez é determinada pelo objetivo visado” Bellotto (2002, p.41). Destacamos que nas análises realizadas, são citados alguns Relatórios dos Provedores, por estes conterem informações úteis às mesmas.

Quadro 3: 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL Termo de abertura Servirá este livro para se transcrever receituários médicos desta Enfermaria. E para constar faço este termo de abertura. Enfermaria da Cruz do Peixe em 01 de junho de 1889. O Administrador Francisco de Sá Pereira.</p> <p>Corpo do texto O corpo do texto, é formado por receitas aviadas para os pacientes da Enfermaria da Cruz do Peixe, pelo médico de plantão do dia. O livro contém 97 páginas, mas apenas 94 foram usadas para registro dos receituários médicos.</p> <p>PROTOCOLO FINAL O Administrador Francisco de Sá Pereira.</p>	<p>Supporte: papel em bom estado Formato: códice Tradição Documental: original Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições de conservação, sem manchas, e no geral a escrita é legível.</p>	<p>Ao observarmos o livro de Receituários Médicos, identificamos que seu contexto de produção envolvia, não apenas o Mordomo do Hospital da Cruz do Peixe, mas também seu corpo médico. Verificamos também que o receituário fazia parte da atividade fim do hospital, sendo seu corpo médico responsável pela mesma, enquanto que as atividades meio (atividades administrativas) eram executadas pela mordomia hospitalar.</p>

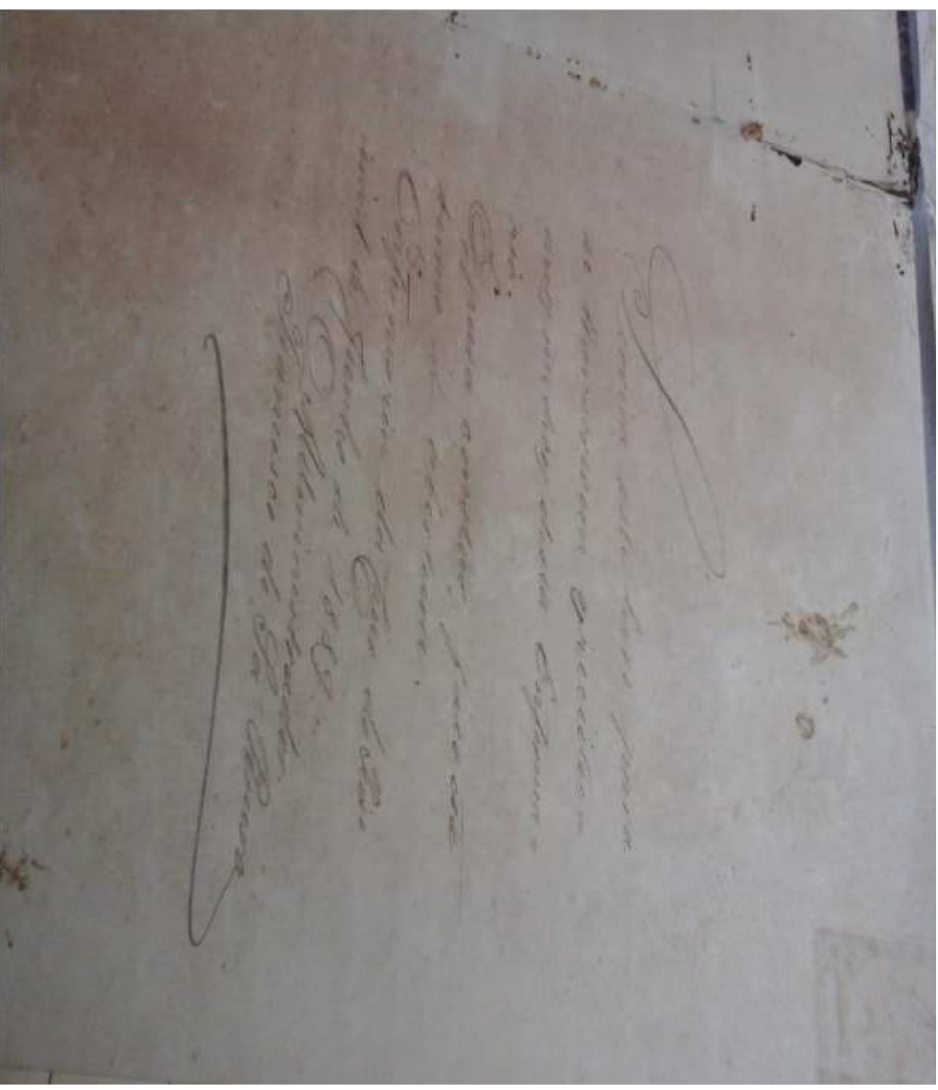
Fonte: Autora (2017)

Figura 7: 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 8: Termo de abertura do 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 4: Documento do 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe, de 1889 a 18..., que formam o “1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe” (de 1889 a 18...).</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura</p> <p>Receita aviada para os doentes da Enfermaria da Cruz do Peixe desta cidade pelos farmacêuticos Baptista Junior Cº desta praça. - 1889 Junho 3.- Médico do dia Drº Flavio Ferrª da Sª Maroja</p> <p>Corpo do texto</p> <p>O documento é formado por tabela, dividida em cinco colunas, distribuídas da seguinte forma: nº de papeletas, internos (medicamentos administrados), externos (medicamentos administrados), quantidade e importância.</p> <p>PROTOCOLO FINAL</p> <p>Os receituários eram assinados pelo médico que estivesse de plantão, os quais poderiam ser: Drº Flavio Ferrª da Sª Maroja, Agnello C. Lima Fialho e Drº Manuel Carlos de Gouveia.</p>	<p>Suporte: papel em bom estado.</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual.</p> <p>Encontra-se em boas condições de conservação, sem manchas, e no geral a escrita é legível.</p>	<p>Ao observarmos os Receituários Médicos, identificamos que seu contexto de produção envolvia o Mordomo do Hospital da Cruz do Peixe, assim como o corpo médico do hospital. Percebemos que o nome do médico de plantão, constava no termo de abertura do documento. Verificamos ainda, que o receituário fazia parte da atividade fim do hospital, sendo seu corpo médico responsável pela mesma, enquanto que as atividades meio (produção de Relatórios, Contratos, etc.) eram executadas pela mordomia hospitalar.</p> <p>Nos relatórios mais antigos dos provedores, constatamos que o Hospital da Caridade, não possuía uma farmácia (chamada de botica) e nem farmacêutico. Os medicamentos eram comprados na cidade do Recife, havendo também contratações de farmacêuticos provenientes desta cidade. Quando analisamos a estrutura administrativa da SCM-PB, fizemos referência a estes fatos, entretanto, o Termo de abertura do documento, ora analisado, revela que em 1889 as receitas já eram aviadas por farmacêuticos do comércio local.</p>

Fonte: Autora (2017)

Figura 9: Documento do 1º volume de Receituários Médicos da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

Léguas

N.º Receta anicada para os doentes da Enfermaria da Cruz do Peixe desta Cidade pelos pharmaceuticos Baptista Juana & C. desta praça. 1889 Junho 3. Medico do dia D. Nuno Ten. da S.º Moragem

N.º de Copião	Internos	Externos	Quantidade e importancia
7	Abrenido de botico	Extrato de junco	<p>Linco pastilha</p> <p>Discos granud.</p> <p>Sua. thoms. s.ii</p> <p>3.600</p> <p>plulas duas partes</p>
10		<p>Agua destilada com granud.</p> <p>Laudan. or</p> <p>Sperber</p> <p>Winte gottal</p> <p>Waise brico</p> <p>Quinis delijm</p> <p>1.880</p> <p>Estabilis. v. v.</p>	
22	<p>Socorro de ptanico</p> <p>Hooga de lompas amaga</p>	<p>De granud.</p> <p>Quete granud</p> <p>Quil colhos de</p> <p>3.500</p> <p>veja por dia</p> <p>com granud.</p>	
19	Wacha quimada	<p>Quil colhos de</p> <p>900</p> <p>veja por dia</p> <p>com granud.</p>	
9	<p>Agua destilada</p> <p>Colicido de simmutho</p> <p>Glacior</p> <p>Hooga de...</p>	<p>De granud.</p> <p>De granud.</p> <p>De granud.</p> <p>De granud.</p>	

(Continua)

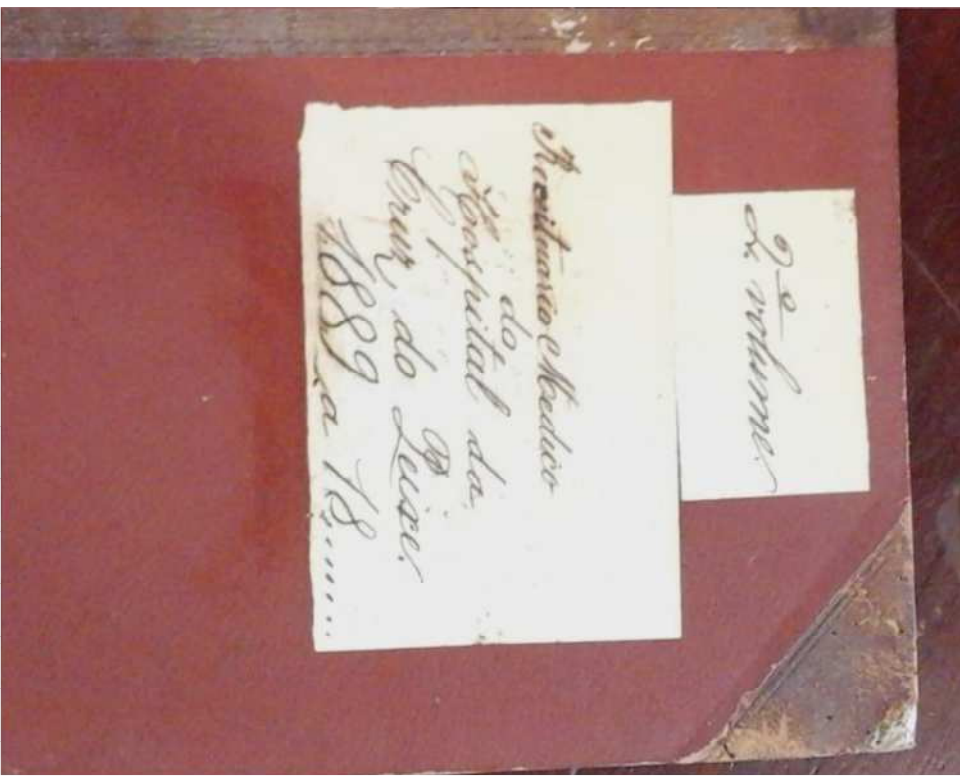
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 5: 2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura:</p> <p>Servirá este livro para se transcrever os receituários médicos deste Hospital, e para constar mandei fazer o termo de abertura. Hospital da Cruz do Peixe, 17 de Dezembro de 1889. O Secretario Antonio Alexandrino da Silva.</p> <p>O Director Drº Francisco Alves de Lima Filho.</p> <p>Corpo do texto</p> <p>O corpo do texto, trata das receitas aviadas para os pacientes da Enfermaria da Cruz do Peixe, pelo médico de plantão do dia. O livro contém 150 páginas, mas apenas 90 foram usadas para registro dos receituários médicos.</p> <p>PROTOCOLO FINAL</p> <p>O livro não possui termo de encerramento.</p>	<p>Supporte: papel em bom estado.</p> <p>Formato: código</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições de conservação, sem manchas, e no geral a escrita é legível</p>	<p>Ao observarmos o livro de Receituários Médicos, identificamos que seu contexto de produção envolvia, não apenas o Mordomo do Hospital da Cruz do Peixe, mas também seu corpo médico. Verificamos também que o receituário fazia parte da atividade fim do hospital, sendo seu corpo médico responsável pela mesma, enquanto que as atividades meio (atividades administrativas) eram executadas pela mordomia hospitalar.</p>

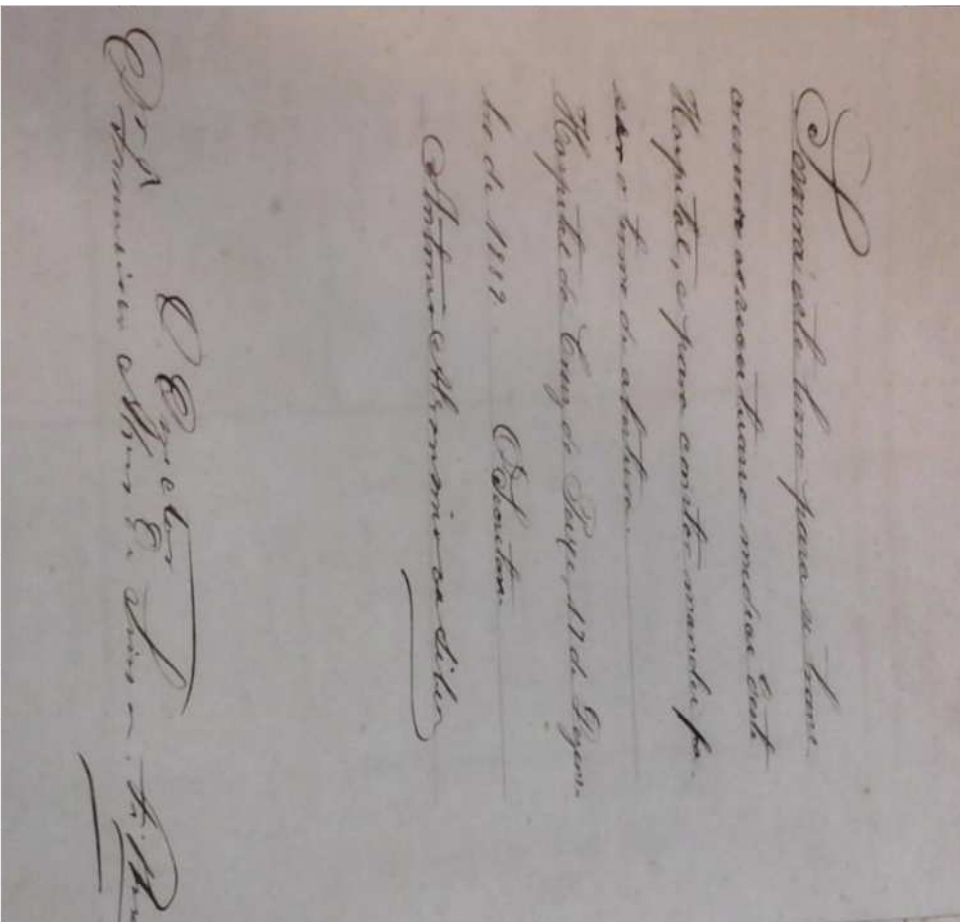
Fonte: Autora (2017)

Figura 10: 2º volume do Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 11: Termo de abertura do 2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 6: Documento do 2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Receituários Médicos do Hospital da Cruz do Peixe, que formam o 2º volume de Receituário Médico do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...).	<p>PROTÓCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura</p> <p>Receitas aviadas pelos Pharmaceuticos Baptista Junior Cº para o Hospital da Cruz do Peixe em 5 de Novembro de 1889. Médico do dia Drº Agnello Fialho.</p> <p>Corpo do texto</p> <p>O corpo do texto do documento é formado por tabela, dividida em cinco colunas distribuídas da seguinte forma: nº de papeletas, internos (medicamentos administrados), externos (medicamentos administrados), quantidade e importância.</p> <p>PROTÓCOLO FINAL</p> <p>Os receituários eram assinados pelo médico que estivesse de plantão, os quais poderiam ser: Drº Flavio Ferrª da Sª Maroja, Agnello C. Lima Fialho e Drº Manuel Carlos de Gouveia.</p>	<p>Suporte: papel em bom estado.</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições de conservação, apesar de apresentar pequenos rasgos e manchas. No geral a escrita é legível.</p>	<p>Ao observarmos os Receituários Médicos, identificamos que seu contexto de produção envolvia o Mordomo do Hospital da Cruz do Peixe, assim como o corpo médico do hospital.</p> <p>O nome do médico que estava de plantão, constava no termo de abertura do documento. Verificamos também que o receituário fazia parte da atividade fim do hospital, sendo seu corpo médico responsável pela mesma, enquanto que as atividades meio (produção de Relatórios, Contratos, Portarias, etc.) eram executadas pela mordomia hospitalar.</p> <p>Nos relatórios mais antigos dos provedores, constatamos a inexistência de uma farmácia (chamada de botica) e de um farmacêutico no Hospital da Caridade. Os medicamentos eram comprados na cidade do Recife, havendo também contratações de farmacêuticos provenientes desta cidade. Quando analisamos a estrutura administrativa da instituição, fizemos referência a estes fatos, entretanto, o Termo de abertura do documento ora analisado, revela que em 1889 as receitas já eram aviadas por farmacêuticos do comércio local.</p>

Fonte: Autora (2017)

Figura 12: Documento do 2º volume de Receituário Médico da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

Receituário

Receitas curadas pelas Pharmaceuticas
Preparadas por 66ª para o Hospital da Cruz do Peixe, em
5 de Setembro de 1889.
Médico Sr. Dr. Di. Aguiar Tralhe

<i>N.º de</i> <i>folhas</i>	<i>Intensio</i>	<i>Extr.</i> <i>no</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Preparação</i>
<i>80</i>	<i>Stomato de coque</i>		<i>5 centigrammas</i>	
	<i>Agua destillada</i>		<i>250 grammas</i>	
	<i>Tomar uma colher de sopa em cada refeição</i>			
<i>81</i>	<i>Phosphato de gesso</i>		<i>10 centigrammas</i>	
	<i>Sulfato de etychemna</i>		<i>5 centigrammas</i>	
	<i>Extrato de amora</i>		<i>2 grammas</i>	
	<i>5 3/4 p. l. de gesso e 1/2 de amora</i>			
<i>82</i>	<i>N.º de Foyot</i>		<i>Dois frascos</i>	
<i>83</i>	<i>Furta de horma original original</i>		<i>Uma syzygia</i>	
<i>674</i>	<i>Chitos de Bland</i>		<i>Um frasco</i>	
<i>663</i>	<i>937</i>		<i>A formula</i>	
<i>665</i>	<i>938</i>	<i>200</i>	<i>"</i>	
	<i>Um frasco p.</i>			
<i>689</i>	<i>Extr. de papava de Albatro</i>			
<i>532</i>	<i>Vinho chalybeado</i>		<i>500 grammas</i>	
<i>639</i>	<i>lilaba</i>		<i>A formula</i>	
<i>641</i>	<i>910</i>			
<i>677</i>	<i>916</i>			
<i>673</i>	<i>397</i>			
<i>623</i>	<i>916</i>			
<i>513</i>	<i>Vinho de papava de Albatro</i>		<i>Dois frascos</i>	
<i>533</i>	<i>937</i>		<i>A formula</i>	
<i>591</i>	<i>990</i>			
<i>411</i>	<i>N.º de Lammourant</i>		<i>Dois frascos</i>	
<i>330</i>	<i>N.º de Carter</i>		<i>Um frasco</i>	
<i>332</i>	<i>916</i>		<i>A formula</i>	

Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 7 – 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (1889)

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (1889).</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL Termo de abertura: Este Livro servirá ao Hospital da Cruz do Peixe para Balanços, e será escripturado pelo Cidadão Mordomo do mesmo. Hosp^{al} Cruz do Peixe, 19 de Dezembro de 1889. Drº Lima Filho.</p> <p>Corpo do Texto O corpo do texto deste livro, trata do balanço geral de móveis, utensílios, gêneros e outros artigos encontrados no hospital, e observações acerca dos mesmos. Contém ainda, Registro de Correspondência Oficial: Transcrição para pedidos de diversos utensílios e Lançamentos de receiptários dos médicos. Possui, ainda, informações acerca da entrada, do consumo, da existência e do total dos móveis e utensílios do hospital. O livro contém 50 páginas, porém apenas 26 foram usadas para os diversos registros.</p> <p>PROTOCOLO FINAL O Mordomo Antonio Ribeiro de Albuquerque Montenegro.</p>	<p>Suporte: papel em bom estado. Formato: códice. Tradição Documental: original. Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições de conservação, sem manchas, e no geral a escrita é legível.</p>	<p>Analisando o 1º volume de Balanços, observamos que a sua produção envolvia, não apenas o Diretor do Hospital Lima Filho, mas também o Gerente Augusto Chaves que trabalhava naquele hospital, assim como o Mordomo Antonio Montenegro. A assinatura do Enfermeiro Angelo Antunes também consta no livro, mas não podemos afirmar se esse profissional tinha participação na produção do livro, ou apenas atuasse como testemunha.</p>

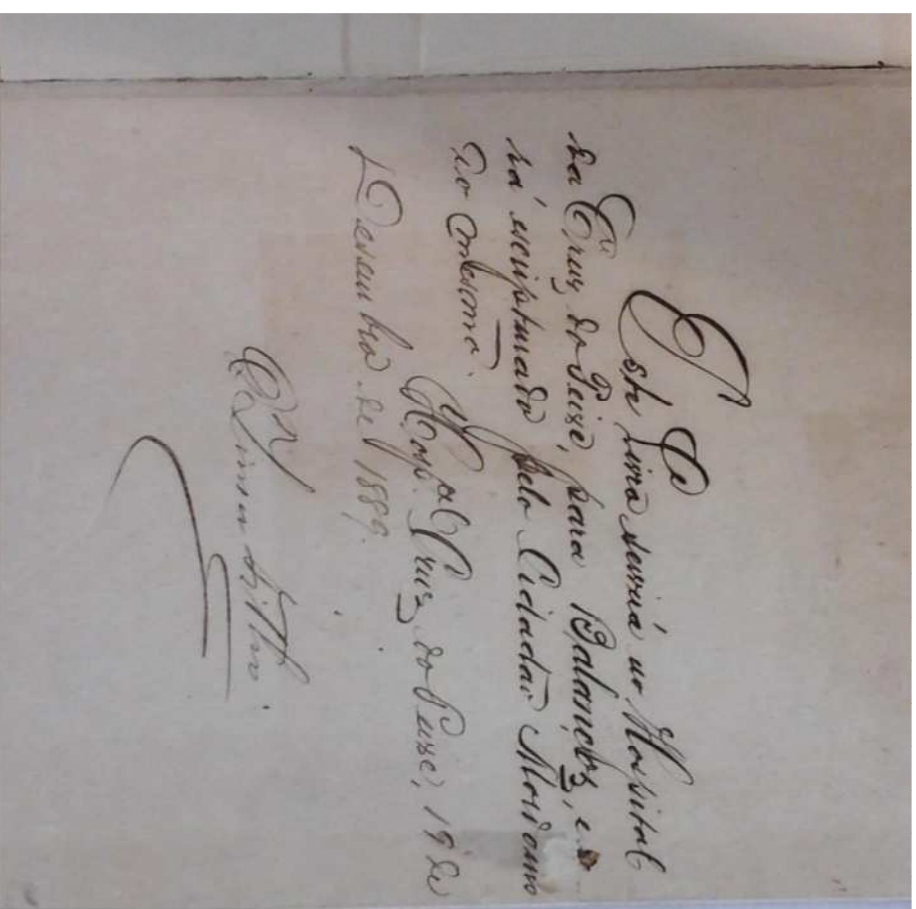
Fonte: A autora (2017)

Figura 13: 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (1889)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 14: Termo de abertura do 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (1889)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 8 – Documento do 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (1889)

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANALISE
Balanços do Hospital da Cruz do Peixe, que formam o 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (1889).	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura</p> <p>Balanco geral de Moveis e Utensilios, Generos e outros artigos encontrados no Hospital da Cruz do Peixe a cargo do Director Medico Dr Francisco Alvez de Lima Filho,procedido em 19 de Dezembro de 1889</p> <p>O corpo do texto</p> <p>O corpo do texto desse documento não é continuado, ele está dividido em nove seções, com abertura e fechamento.</p> <p>1ª seção- Formada por uma tabela dividida em três colunas, as quais são: Quantidade, Móveis e Utensilios e Observações.</p> <p>2ª seção- Formada pelo registro da quantidade de fazendas (tecidos).</p> <p>3ª seção- Formada pelo registro da quantidade de mercadorias diversas.</p> <p>4ª seção- Formada pelo registro da quantidade de drogas (medicamentos).</p> <p>5ª seção- Formada pelo registro da quantidade de livros.</p> <p>6ª- Formada pelo registro da quantidade de objetos de: enfermaria, cozinha e objetos mortuários.</p> <p>7ª seção- Formada pelo registro de objetos da farmácia.</p> <p>8ª seção- Formada por uma tabela dividida em quatro colunas, as quais são: Entradas, Consumo, Existência e Total.</p> <p>9ª seção- Formada por uma tabela dividida em quatro colunas, as quais são : Entradas e Saídas de todos os móveis e utensilios do hospital; Registro de Correspondência Oficial; Transcrição para pedidos de diversos utensilios e Lançamentos de receituários dos médicos dos hospitais.</p> <p>PROTOCOLO FINAL</p> <p>O documento foi assinado pelo Mordomo Gerente Augusto Chaves ,pelo Enfermeiro Angelo Antunes Farias Torre e conferido pelo Mordomo do hospital Antonio Ribeiro de Albuquerque Montenegro. Benjamin Avelino Magalhães também assina o documento, mas seu cargo não é mencionado.</p>	<p>Suporte: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em ótima forma de conservação, não tem manchas ou rasgos, porém a escrita, em algumas das seções, é de difícil compreensão.</p>	<p>Analisando os documentos que formam o Livro de Balanços do Hospital da Cruz do Peixe, inferimos que existia uma preocupação do Mordomo em informar sobre a situação precária do Hospital Sant'Anna e de seu anexo, o Asylo dos Loucos, e dos seus esforços em administrá-los da melhor maneira que os recursos financeiros e materiais existentes lhe permitiam.</p> <p>Refletimos se a produção documental, não teria como finalidade, além de informar sobre a situação dos hospitais, exercer também função probatória, atestando a veracidade da real situação na qual o hospital se encontrava, justificando as preocupações do Diretor Médico, Drº. Francisco A. de Lima Filho.</p> <p>O desejo de informar e provar a situação precária pela qual passava aquele nosocômio, pode ter gerado a necessidade da produção dos seguintes documentos: Tabelas que listavam a existência e a falta de vários bens materiais, incluindo medicamentos; Registro de Correspondência Oficial entre o Mordomo e o Provedor, mencionando as necessidades do Hospital Sant'Anna e do Asylo dos Loucos; Transcrição para pedidos de diversos utensilios; e Lançamentos de receituários dos médicos dos hospitais.</p> <p>Ressaltamos que o Protocolo Final, não é assinado apenas pelo Mordomo do Hospital, Antonio Montenegro, mas inclui outras pessoas. Cogitamos, se esse fato, não seria uma forma de asseverar a veracidade das informações contidas nos documentos, através da assinatura de testemunhas.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 15: Documento do 1º volume de Balanços do Hospital Cruz do Peixe (1889)

Balanço geral, de Móveis e Utensílios, de
móveis, e outros artigos, encontrados no Hospital
da Guarda, para a Praça do Rocio, de
dica de Francisco Alves de Lima Filho, que
cedido em 19 de Novembro de 1889.

A saber

Qntd	Móveis e Utensílios	Observação
1	Mesa para escrever nº 2 gavetas	
1	Poltrona	
20	Poltronas pequenas de madeira nº 1 inferior	
1	Poltrona para jantar	
2	Levatórios com bacia branca	
6	Cadeiras em madeira estada	
3	Capas vidro ou vidro	
2	Recepções de madeira	
1	Frutadeira	
1	Botão de madeira	
1	Trinco de madeira	
1	Poltrona de madeira	
6	Tamboretes de madeira	
58	Cadeiras de madeira, em madeira estada	
20	Armações de madeira	
27	Estreiras de madeira	
47	Colchões de madeira	
25	Travesseiros de madeira	
50	Travesseiros de madeira	
50	Travesseiros de madeira e de algodão	
45	Escarradeiras de madeira, retas	
1	Machado com cabo	

Continua

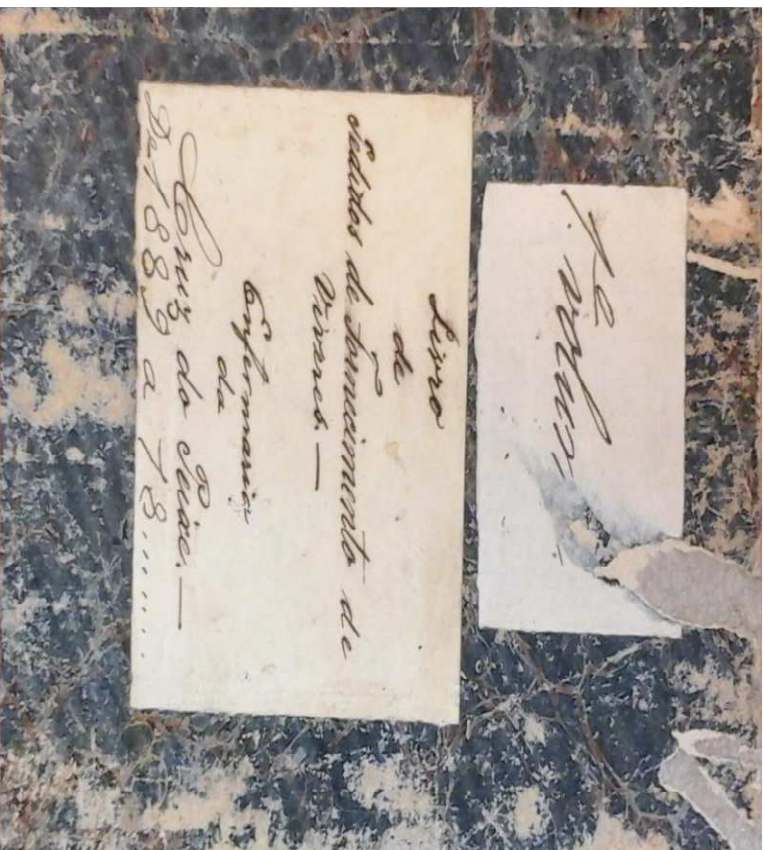
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 9 - 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL Termo de abertura: Servirá este livro para se transcreverem os pedidos de fornecimentos de viveres para esse estabelecimento. - E, para constar, faço o prezente termo de abertura. Enfermaria da Cruz do Peixe em 1 de Junho de 1889. O Administrador Francisco de Sá Pereira. Corpo do texto O corpo do texto do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres para a Enfermaria da Cruz do Peixe apresenta 199 páginas, todas usadas, e segue uma estrutura uniforme, onde são listados os diversos gêneros alimentícios adquiridos pelo hospital. PROTOCOLO FINAL O Administrador Francisco de Sá Pereira.</p>	<p>Supporte: papel Formato: código Tradução Documental: original Gênero: textual A capa do livro encontra-se descastada, mas o interior do mesmo, está em boas condições de conservação; não possui manchas e a escrita é legível.</p>	<p>A Santa de Casa de Misericórdia, incluindo a da Paraíba, possuía diversas mordomias das quais se esperava uma administração eficaz, com o intuito de atingir os ideais caritativos da instituição. O Mordomo da Cruz do Peixe era responsável pela administração do Hospital Sant'Anna e de seu anexo, o Asylo dos Loucos. O número de pacientes nestes hospitais, segundo os Relatórios dos Proveedores, era crescente, principalmente no Hospital Sant'Anna que albergava os pacientes infectos contagiosos. O mordomo expressava uma constante preocupação, em como alimentar um número crescente de enfermos. A tarefa era difícil e exigia dessa mordomia relatórios produzidos com transparência e detalhes, os quais eram apresentados pelo Provedor, a Mesa Coniuncta da instituição, com a finalidade de justificar os gastos nos nosocômios da Cruz do Peixe. Além disso, o mordomo reivindicava junto ao setor financeiro da SCM-PB melhorias, não só em relação a dieta dos pacientes, mas também solicitava condições mais adequadas para uma melhor prestação de serviços, os quais incluíam: um número maior de funcionários (médicos, enfermeiros, serventes, etc.); de medicamentos e estruturas físicas mais adequadas. Para tal, fazia uso de ofícios a várias autoridades, expressando suas preocupações e solicitando auxílio para os nosocômios mencionados. O "Caderno para Registros de Offícios" possui vários documentos tratando dos temas referidos. Os mesmos encontram-se nas páginas.....-dessa pesquisa.</p>

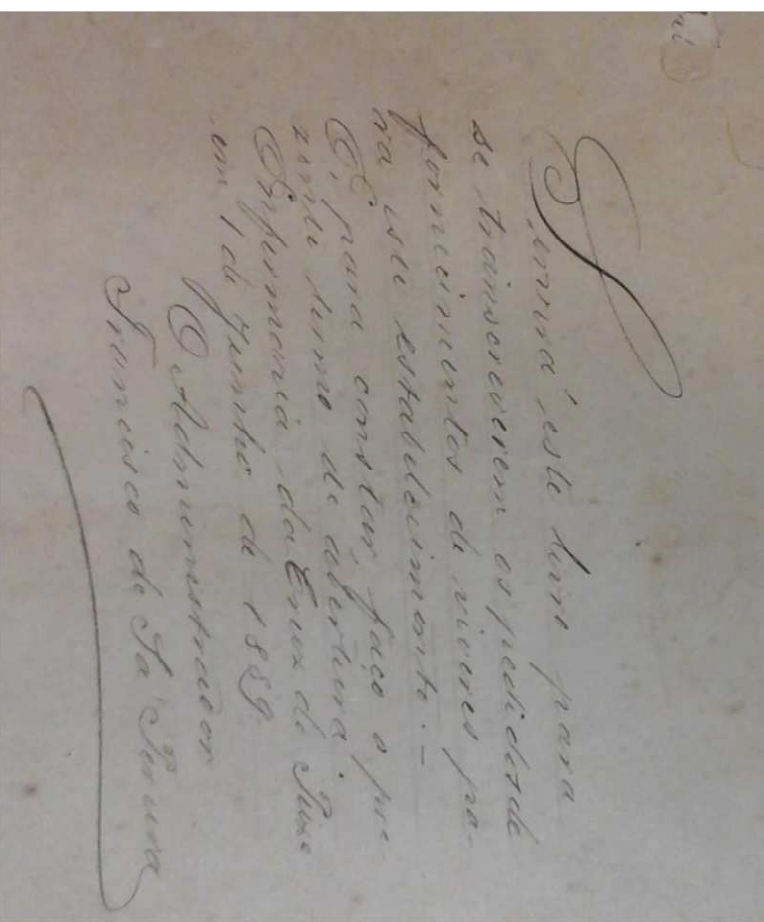
Fonte: A autora (2017)

Figura 16: 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 17: Termo de abertura do 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 10: Documento do 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...))

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Pedidos para fornecimento de viveres, que formam o 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres da Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura</p> <p>Fornecimento de viveres para a Enfermaria da Cruz do Peixe pela casa comercial de Antonio Glz de Lima Pinheiro, desta praça.</p> <p>O corpo do texto</p> <p>O corpo do texto é formado por tabela, formada por cinco colunas, distribuídas da seguinte forma: Mês, Dia, Qualidade, Quantidade e Peso.</p> <p>PROTOCOLO FINAL</p> <p>O Administrador Francisco de Sá Pereira.</p>	<p>Suporte: papel em boa forma</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em bom estado de conservação; mas com mancha de tinta e rasgos pequenos. A escrita, as vezes é difícil de ser compreendida.</p>	<p>Os tipos de alimentos que são listados nesse documento são variados. Alguns exemplos são: carne verde, alho, cebolas, bolachas, pães, vinagre, entre muitos outros. Havia uma preocupação da mordomia em alimentar adequadamente os pacientes e de não deixar faltar os viveres necessários. No 8º volume de Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (1889 a 1891), verificamos que o Ofício nº8, na página 83 dessa pesquisa, aborda esse assunto.</p>

Fonte: Autora (2017)

Figura 18: Documento do 1º volume do Livro de Pedidos de Fornecimento de viveres. Enfermaria da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

Fornecimento de viveres para a Enfermaria da Cruz do Peixe pela casa construída de Antonio G. de Lima Pinheiro, desta prouca.

<i>Data</i>	<i>Dia</i>	<i>Qualidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Preço</i>
1889	1	Carne seca		14 Titas
		Peda de carne		11 "
		Carne		12 "
		Costas		12 "
		Almôndegas		3 "
		Almôndegas		3 "
		Fari. de mandioca	5 Litros	
		Feijão	25 "	
		Café moído		3 Titas
		Leiteira	200 peças	
		Sabão	25 "	
		Alho	1 coltho	
		Arroz		250 grammas
		Torrão	1 sacca	
	2	Carne seca		12 Titas
		Peda de carne		12 Titas
		Carne		12 "
		Costas		12 "
		Almôndegas		4 "
		Almôndegas		3 "
		Leiteira	45 Litros	
		Feijão	5 "	
		Café moído		1 "
		Sabão		2 "
		Alho moído		250 grammas

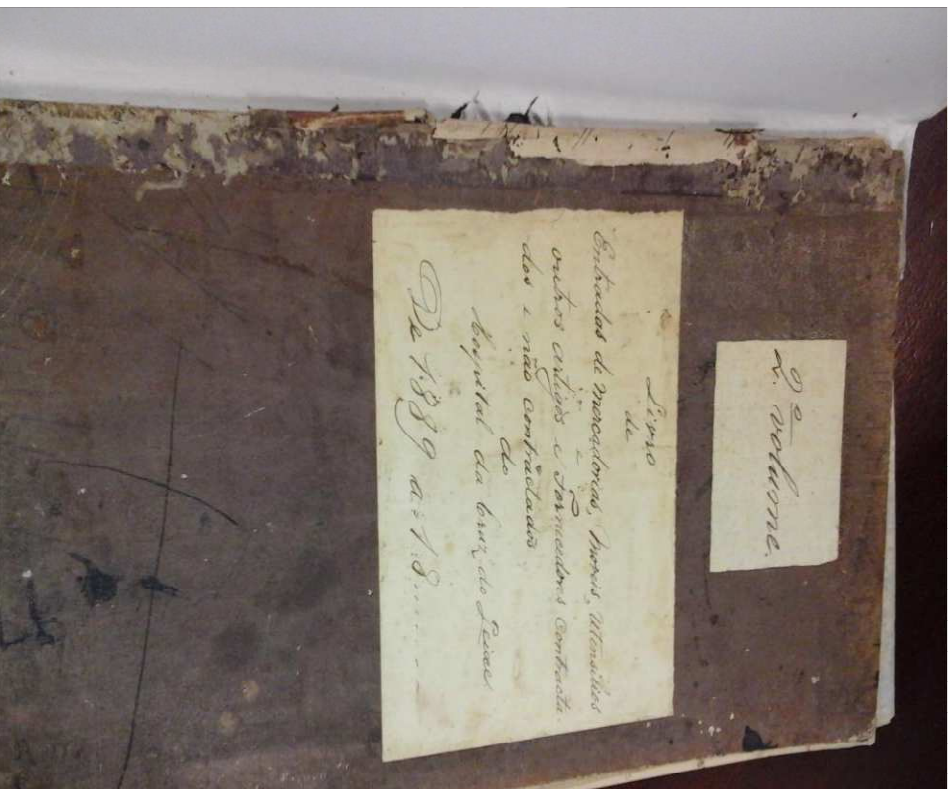
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 11 - 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensílios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

Livro	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensílios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura: Este livro servirá para entradas de mercadorias, moveis e utensílios e outros artigos fornecidos p^a. o Hospital Cruz do Peixe – Estado da Par^a Cruz do Peixe. 19 Dezb. 1889. Esta escripturação ficará a cargo do Cidadão Mordomo Aug^{to} Chaves. Data supra -</p> <p>Corpo do texto O corpo do texto do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensílios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe, apresenta 38 páginas, porém apenas 8 foram utilizadas e segue uma estrutura uniforme, onde são listados um número de contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe, apresenta 38 páginas, porém apenas 8 foram utilizadas e segue uma estrutura uniforme, onde são listados um número de materiais diversificados adquiridos pelo hospital.</p> <p>PROTOCOLO FINAL O Cidadão Mordomo Augusto Chaves.</p>	<p>Suporte: papel em ótimo estado Formato: códice Tradição Documental: original Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em ótimas condições de conservação; não contém manchas e a escrita é legível.</p>	<p>Observamos que as Mercadorias, Móveis, Utensílios e outros artigos adquiridos pelo Hospital Sant'Anna eram comprados no comércio local, por fornecedores contratados e não contratados pela SCM-PB. Nos documentos que formam o livro, constam os nomes dos fornecedores que tinham contratos comerciais com a instituição e aqueles que não tinham.</p> <p>Inferimos que os contratados, eram aqueles, que possuíam relações comerciais formais com a instituição, por meio de contratos, e que estes eram executados pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais vigentes da época. Quanto aos não contratados, cogitamos que os mesmos eram fornecedores esporádicos daquela entidade. No entanto, não encontramos no Arquivo documentos específicos da mordomia hospitalar que comprovassem nossas suposições.</p> <p>Esse livro auxiliava à administração a ter o controle do estoque desses itens, possibilitando a aquisição dos materiais essenciais e de maior urgência, os quais eram necessários ao atendimento dos pacientes internados nos dois hospitais.</p> <p>Como o Hospital Sant'Anna tratava dos doentes infecto contagiosos, era importante que itens básicos e medicações essenciais não faltassem no estoque do nosocômio, o que agravaria as dificuldades que a instituição enfrentava, no tratamento dos pacientes sob a sua responsabilidade.</p>

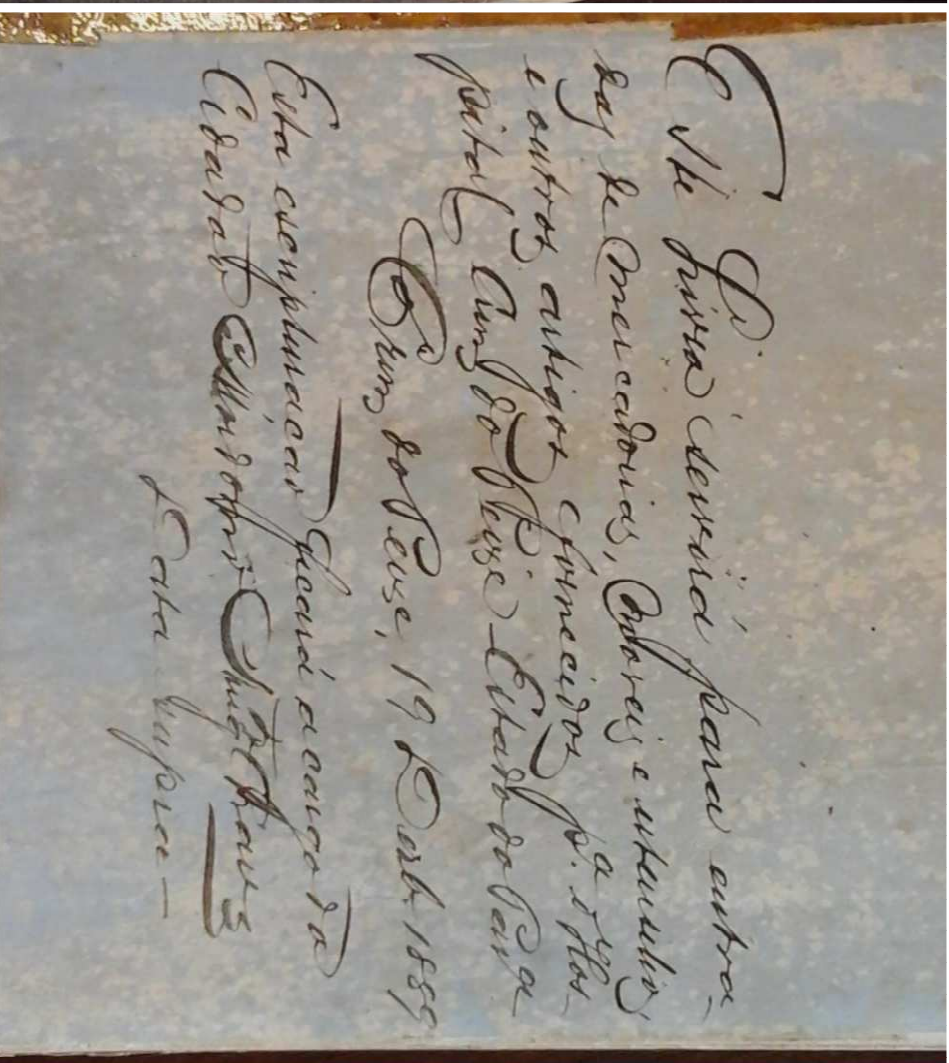
Fonte: A autora (2017)

Figura 19: 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensilios outros artigos e Fornecedoros contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 20: Termo de abertura do 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensilios outros artigos e Fornecedoros contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

QUADRO 12 - Documento do 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensilios outros artigos Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe” (de 1889 a 18...)

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANALISE
Entradas de mercadorias, móveis, utensilios e outros artigos, que formam o 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensilios outros artigos e Fornecedores contractados e não contractados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18..).	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura</p> <p>O documento não tem termo de abertura. No alto da página do mesmo, consta apenas o nome do Drº Lima Filho e dos fornecedores das diversas mercadorias, com a informação de que os mesmos tinham ou não, contrato com a Santa Casa.</p> <p>O corpo do texto</p> <p>O corpo do texto é formado por tabela, dividida em quatro colunas, e distribuídas da seguinte forma: Ano e Mês; Dia, Quantidade e uma última coluna, onde consta todas as mercadorias, móveis, utensilios e outros artigos fornecidos.</p> <p>PROTOCOLO FINAL</p> <p>O Cidadão Mordomo Augusto Chaves.</p>	<p>Supporte: papel em bom estado</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições de conservação, sem manchas, e no geral a escrita é legível.</p>	<p>Os documentos que formam o livro mencionado, mostram que a SCM-PB mantém relações comerciais com diversos estabelecimentos existentes no comércio local. O nome desses fornecedores, estão especificados nos documentos que compõem o livro, o que comprova o cuidado da administração em registrar a organização interna desse trabalho.</p> <p>Inferimos que apesar do documento só apresentar o nome do Mordomo do Hospital no protocolo final, provavelmente, existiriam outras pessoas com competências e habilidades variadas, atuando em conjunto, para que os contratos fossem cumpridos nos prazos definidos.</p> <p>O cuidado em produzir essa documentação, espelham o esforço dessa mordomia em atingir seus objetivos, de acordo com as exigências do Compromisso com o qual estava juramentada.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 21 e 22: - Documento do 2º volume do Livro de Entradas de Mercadorias, Moveis, Utensilios outros artigos e Fornecedoros contratados e não contratados do Hospital da Cruz do Peixe (de 1889 a 18...)

Contractado

Contractado

100	100	100	100
101	102	103	104
105	106	107	108
109	110	111	112
113	114	115	116
117	118	119	120
121	122	123	124
125	126	127	128
129	130	131	132
133	134	135	136
137	138	139	140
141	142	143	144
145	146	147	148
149	150	151	152
153	154	155	156
157	158	159	160
161	162	163	164
165	166	167	168
169	170	171	172
173	174	175	176
177	178	179	180
181	182	183	184
185	186	187	188
189	190	191	192
193	194	195	196
197	198	199	200

Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Sem contracto

Sem contracto

100	100	100	100
101	102	103	104
105	106	107	108
109	110	111	112
113	114	115	116
117	118	119	120
121	122	123	124
125	126	127	128
129	130	131	132
133	134	135	136
137	138	139	140
141	142	143	144
145	146	147	148
149	150	151	152
153	154	155	156
157	158	159	160
161	162	163	164
165	166	167	168
169	170	171	172
173	174	175	176
177	178	179	180
181	182	183	184
185	186	187	188
189	190	191	192
193	194	195	196
197	198	199	200

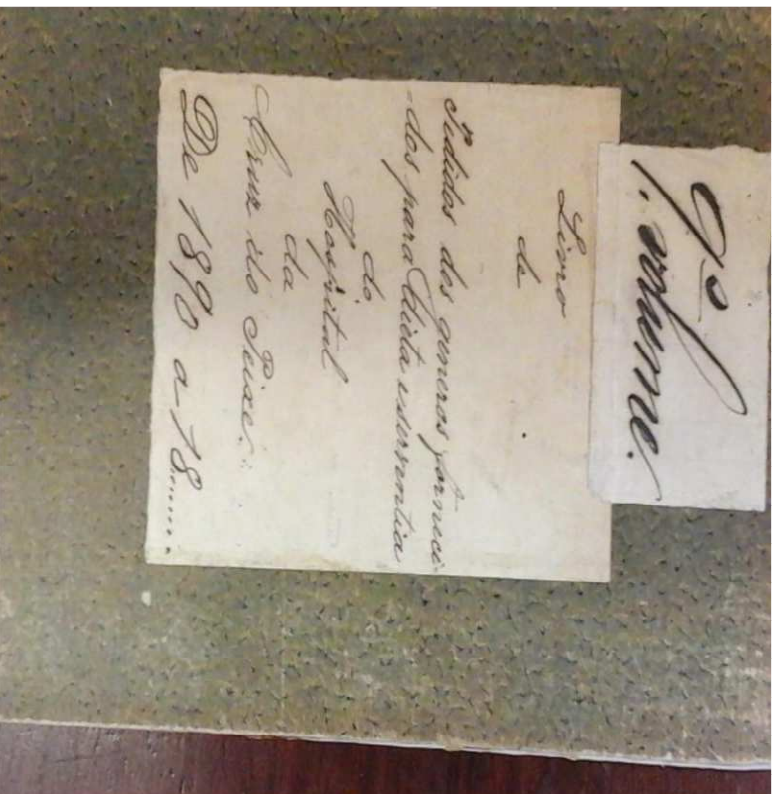
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 13 - 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...).</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL Termo de abertura: Livro para transcrição de pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do hospital da Cruz do Peixe e aberto no dia 15 de Julho de 1890. Drº Lima Filho</p> <p>Corpo do texto: O corpo do texto do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe possui 200 páginas, mas apenas 82 foram utilizadas, segue uma estrutura uniforme, onde são listados um número de generos e materiais diversificados adquiridos pelo hospital.</p> <p>PROTOCOLO FINAL O livro não possui termo de encerramento.</p>	<p>Suporte: papel em bom estado. Formato: códice Tradição Documental: original Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em bom estado de conservação; sem manchas, rasgos ou furos; a escrita é legível.</p>	<p>O Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe, revela a preocupação da mordomia do Hospital Sant'Anna em executar as responsabilidades com as quais o Mordomo do hospital estava imbuído. Conforme Relatório dos Provedores, o Mordomo do Hospital Sant'Anna e do Asylo de Loucos, era um dos poucos a enviar relatórios regulares ao Provedor, conforme a exigência do Compromisso ao qual estavam subordinados. O nome dos fornecedores consta em uma das colunas que formam o documento deste livro.</p>

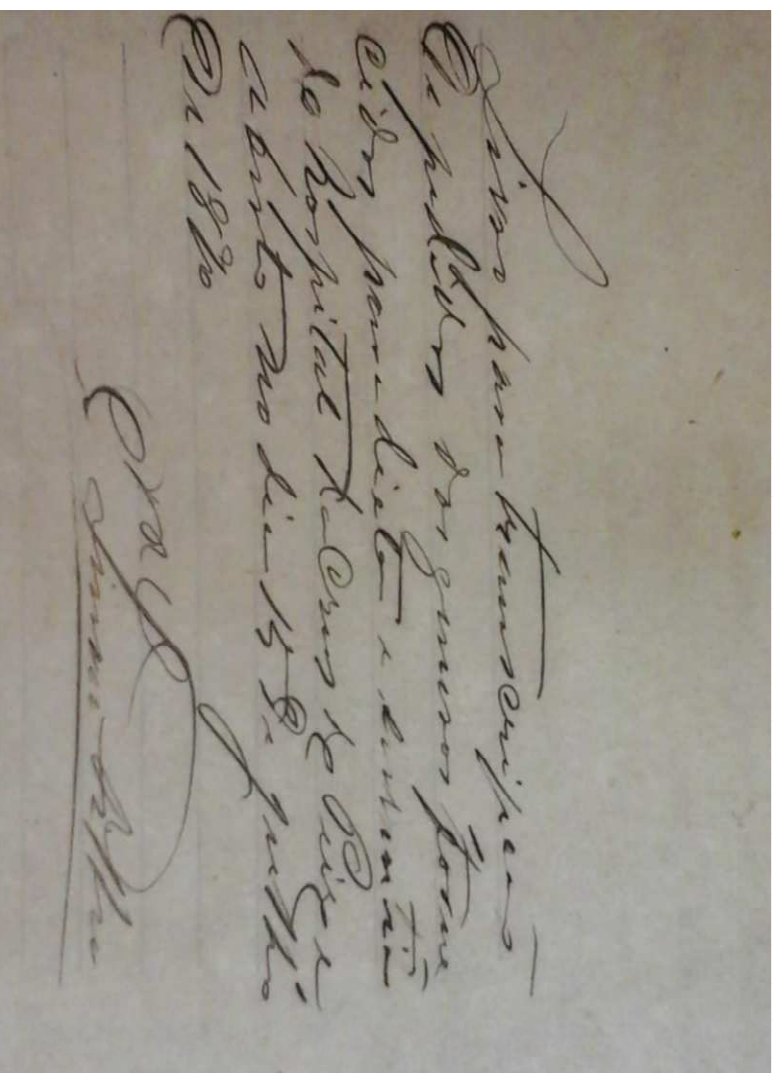
Fonte: A autora (2017).

Figura 23: 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 24: Termo de abertura do 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe.



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 14 – Documento do 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>Transcrição de pedidos dos gêneros fornecidos para dieta e serventia, que formam o</p> <p>9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...).</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de abertura</p> <p>O documento não tem termo de abertura. No alto da página do mesmo, consta apenas o nome do Dr.º Lima Filho.</p> <p>O corpo do texto</p> <p>O corpo do texto é formado por tabela, distribuída em cinco colunas da seguinte forma: mês, qualidade, quantidade, peso e fornecedores.</p> <p>PROTOCOLO FINAL</p> <p>O documento não possui termo de encerramento.</p>	<p>Suporte: papel em bom estado</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições de conservação; manchas de tinta no anverso da folha; no geral a escrita é legível.</p>	<p>Os documentos que formam o livro mencionado, mostram que a SCM-PB mantinha relações comerciais, com os diversos estabelecimentos existentes no comércio local. Verificamos mais uma vez, que a administração tinha o cuidado de fazer o registro da organização interna desse trabalho, e consideramos a possibilidade de haver pessoas com competências e habilidades variadas, empenhando esforços conjuntos, para produzirem essa documentação.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 25: Documento do 9º volume do Livro de Pedidos dos generos fornecidos para dieta e serventia do Hospital da Cruz do Peixe (de 1890 a 18...)

Luz, 1890 12

Quantidade	Quantidade	Fornecedor
Dois	Quincoenta	N.º Joo' Baptista de Vasconcellos
Dois	Quincoenta	do
Carne de vaca	Dois e meio	do
Leite	Quatro	do
Três	Meio	N.º Joo' Duarte de S.º
Três	Dois	do
Arroz branco	Dois e meio	N.º Figueiredo
Manteiga franz.	Um e meio	do
Cafe moido	Dois	do
Arroz	Quatro	do
Alcapurra	Dois	do
Sabao	Dois	do
Banha	Meio	do
Cha preto	Dozentas e ramos	do
Marmelada	Uma libra	do
Vinho de Porto	Quatro garrafas	do
Paõ	Uma lata	do
Vinagre	Uma garrafa	do
Pimenta de reino	Meio	do
Sabao	Dois	do

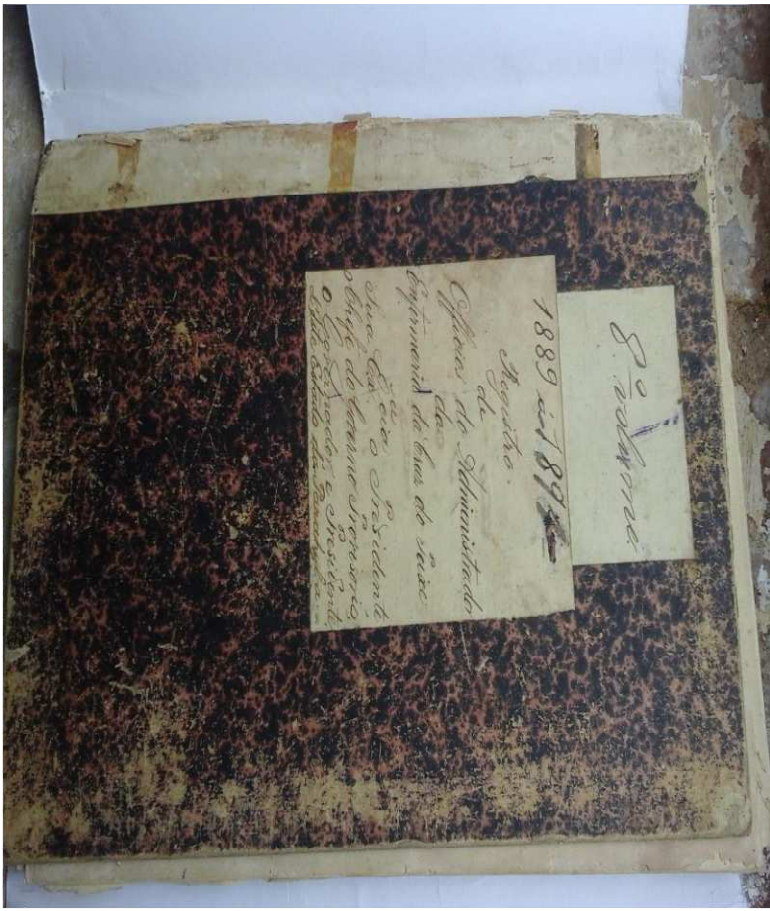
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 15 – 8º volume de Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} O Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>8º volume de Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} O Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL Termo de abertura: Tem de servir este livro para registrar-se a correspondência oficial a diversas autoridades. E, para constar, faço o presente termo de abertura. Enfermaria da Cruz do Peixe em 1º de Junho de 1889. O Administrador Francisco de Sá Pereira.</p> <p>Corpo do Texto O corpo do texto deste livro, contém 98 páginas, mas apenas 94 foram utilizadas para a produção de ofícios.</p> <p>PROTOCOLO FINAL O Administrador Francisco de Sá Pereira</p>	<p>Suporte: papel em bom estado</p> <p>Formato: códice</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em um estado regular de conservação; algumas páginas têm manchas e a lombada está solta. A escrita dos ofícios é de difícil compreensão, pois a tinta está muito clara. Todos os documentos que formam este livro, apresentam a mesma condição.</p>	<p>Ao analisarmos este livro, constatamos que o Mordomo do Hospital da Cruz do Peixe, tinha liberdade administrativa de resolver problemas relativos ao cargo que ocupava, sem a necessidade da intervenção do Provedor, mesmo que hierarquicamente os Mordomos fossem subordinados a estes.</p> <p>Depreendemos ainda, que apesar do Provedor ocupar o cargo mais alto na hierarquia da entidade, havia a permissão para que o Mordomo do hospital mencionado agisse com certa autonomia. Não sabemos se o mesmo acontecia em outras mordomias, porém os ofícios que formam este livro, demonstram esse fato, e o Ofício nº 34, que encontra-se na página 82, comprova essa afirmação.</p>

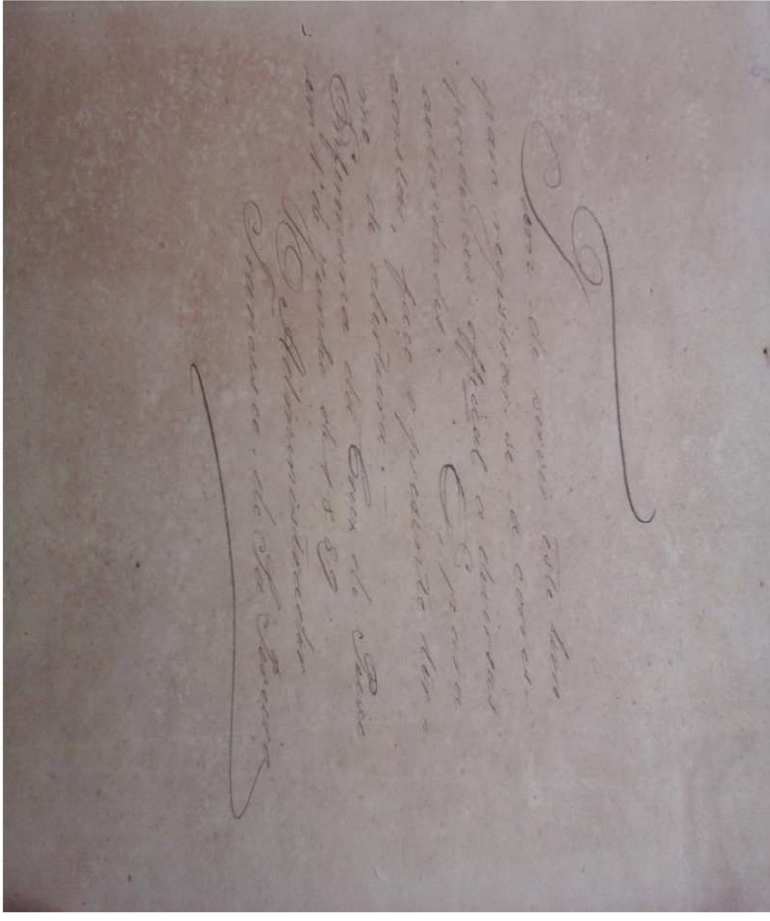
Fonte: A autora (2017)

Figura 26: 8º volume de Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 27: Termo de abertura do 8º volume de Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

O 8º volume de Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba de 1889 a 1891, é formado por 94 offícios. Sendo assim, escolhemos os Offícios n° 8 e n° 34 para a análise diplomática, por não termos o tempo necessário para analisarmos todos os offícios que compõem o volume citado. Ressaltamos que a análise diplomática dos documentos mencionados, comprovam uma certa autonomia do Mordomo dos Hospitais da Cruz do Peixe, em dirigir-se diretamente às autoridades a quem são destinados os offícios, sem intermediação do Provedor. Estes offícios são apresentados a seguir.

Quadro 16 – Offício n° 8 do Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba”

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>Offício n° 8 que consta do 8º volume de Registro de Offícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisorio, o Governador e Presidente deste Estado Parahyba(de 1889 a 1891)</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL Termo de abertura: Enfermaria da Cruz do Peixe. Parahyba, 10 de Junho de 1889. Ilh^{mo} e Ex^{mo} Sen^{or}.</p> <p>O corpo do texto</p> <p>O ofício foi produzido pelo Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe, e foi destinado ao Vice-Presidente da Província, o Barão do Abiahy. Neste documento, o administrador pede a liberação de alimentos provenientes do Armazém de Socorros Públicos da capital. Esse fato revela que a SCM-PB recorria ao auxílio do Governo em vigência, para exercer suas atividades hospitalares, já que o armazém citado no ofício, é um armazém de “Socorros Públicos”.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: O Administrador Francisco de Sá Pereira.</p>	<p>Supporte: papel em bom estado Formato: folha Tradição Documental: original Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em estado regular, e encontramos alguma dificuldade na leitura, porque a tinta está muito clara.</p>	<p>O ofício apresentado demonstra que havia troca de correspondência entre o Administrador (ou Mordomo) do Hospital da Cruz do Peixe e as autoridades já citadas, sem a necessidade da intermediação do Provedor da SCM-PB, embora este cargo estivesse acima do de Mordomo.</p> <p>O documento trata de um pedido de viveres para a Enfermaria da Cruz do Peixe, o que demonstra a preocupação da administração com a dieta dos pacientes, e o empenho da mordomia em suprir as necessidades daquele nosocômio.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 28: Offício nº 8

Carayba, 8 de Junho de 1887 -
 Il. Ex. Sr. Com. - Tendo se encaminhado
 de V. Ex. a que l. de 18 de Junho de 1887
 e assim se dá execução de quanto
 da Encomenda Sebastião Maria da
 Conceição Clara Maria de Conceição
 que, por Portaria desta Presidência de
 6 de corrente n.º 377 - 378, fo-
 ram annuados para exercer aquelle
 cargo neste estabelecimento. Des. f.º V. Ex.
 Il. Ex. Sr. Com. - Barão do Obidicuty
 M. P. Vice-Presidente da Província.
 Designado Administrador Francisco de Sá Coruja.

N.º 8. Encomenda da Casa do Peixe. -
 Carayba, 10 de Junho de 1887 -
 Il. Ex. Sr. Com. - Pelo Sr. V. Ex. se
 dignou dar as suas ordens no sentido
 de serem fornecidos pelo arrendam-
 to de soccorros publicos desta Capital, tres
 saccos com farinha de mandioca,
 um sacca com feijão e um arro-
 zo de Parau de Largo precisos pa-
 ra o consumo desta encomenda. -
 Des. f.º V. Ex. Sr. Com. - Barão do Obidicuty
 M. P. Vice-Presidente da Província.
 Designado Administrador Francisco de Sá Coruja.

N.º 9. Encomenda da Casa do Peixe. -
 Carayba, 10 de Junho de 1887 -

Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 17 – Ofício nº 34 do 8º volume de Registro de Ofícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex.^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisório, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891)

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANALISE
Ofício nº 34, que consta do 8º volume de Registro de Ofícios do Administrador da Enfermaria da Cruz do Peixe a Sua Ex. ^{cia} o Presidente Chefe do Governo Provisório, o Governador e Presidente deste Estado da Parahyba (de 1889 a 1891).	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Termo de Abertura Enfermaria da Cruz, do Peixe - Parahyba, em 12 de Julho de 1889. Ill^{mo} e Ex^{mo} Sen^{or}.</p> <p>O corpo do texto</p> <p>O ofício foi produzido pelo Administrador Francisco de Sá Pereira da Enfermaria da Cruz do Peixe, e foi destinado ao Presidente da Província Dr^o Francisco Luis da Gama Roza. Neste documento o mordomo pede a remoção de pacientes alienadas, do Hospital Sant' Anna, para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, ou para a cadeia pública da capital. Ele faz o pedido, alegando que a Enfermaria precisava dos três quartos que essas pacientes ocupavam.</p> <p>PROTOCOLO FINAL</p> <p>O Administrador Francisco de Sá Pereira.</p>	<p>Suporte: papel em bom estado.</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em estado regular, porém encontramos alguma dificuldade na leitura, porque a tinta está muito clara.</p>	<p>O Ofício apresentado demonstra que havia troca de correspondência entre o Administrador (ou Mordomo) do Hospital da Cruz do Peixe e as autoridades já citadas, sem a necessidade de intermediação do Provedor.</p> <p>Cuidar dos doentes, era uma das sete obras corporais do Estatuto (Compromisso) da Santa Casa; ao fundar os hospitais e realizarem o tratamento dos doentes pobres, as Santas Casas passaram também a abrigar em seus espaços os doentes mentais que chegavam a sua porta, porém não havia local e tratamento adequados para estes doentes.</p> <p>Nos Relatórios dos Provedores da entidade, observamos haver um anseio de que a responsabilidade de cuidar desses doentes passasse exclusivamente para o Estado, deixando de ser função da SCM-PB, cuidar dos mesmos. Quando fizemos a análise da estrutura administrativa dessa entidade, fizemos observações acerca desse tema.</p> <p>Destacamos que quando não havia vaga no Azylo dos Loucos, os pacientes alienados eram transferidos do Hospital da Misericórdia para uma cela da cadeia local.</p>

Fonte: A autora (2017)

Quadro 18 – Caderno para Registro de Ofícios.

LIVRO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANALISE
<p>Caderno para Registro de Ofícios.</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL Termo de abertura: Servirá este caderno para nelle se registrar officios, portarias e circulares da Mordomia do hospital de Santa Isabel da Santa Casa de Misericordia e para constar faço o presente termo de abertura. Hospital de Santa Isabel 6 de Julho de 1902. Eulalio de Aragão Mello Mordomo do Ex^{mo} hospital. Corpo do texto: O corpo do texto deste livro, contém 98 páginas, mas apenas 20 foram utilizadas. É composto por 10 documentos: 1 Portaria, 2 Circulares e 7 Ofícios. PROTOCOLO FINAL O Mordomo Eulalio de Aragão Mello.</p>	<p>Suporte: papel Formato: código Tradição Documental: original Gênero: textual Encontra-se muito desgastado, com páginas rasgadas, com furos e manchas (aparentemente causadas por água). Devido a esses fatores, a leitura de alguns documentos torna-se difícil, mas não impossível.</p>	<p>Ao analisarmos este livro, constatamos que o Mordomo do Hospital Santa Isabel, maninha correspondência com as diversas autoridades da cidade. O Caderno para Registro de Ofícios, apesar do nome que consta na capa, é formado, além dos Ofícios, por Circulares e Portarias (conforme Termo de abertura), através dos quais, comunicados e decisões eram relatados aos destinatários(Provedor, Mordomo do Hospital Sant'Anna, entre outros).</p>

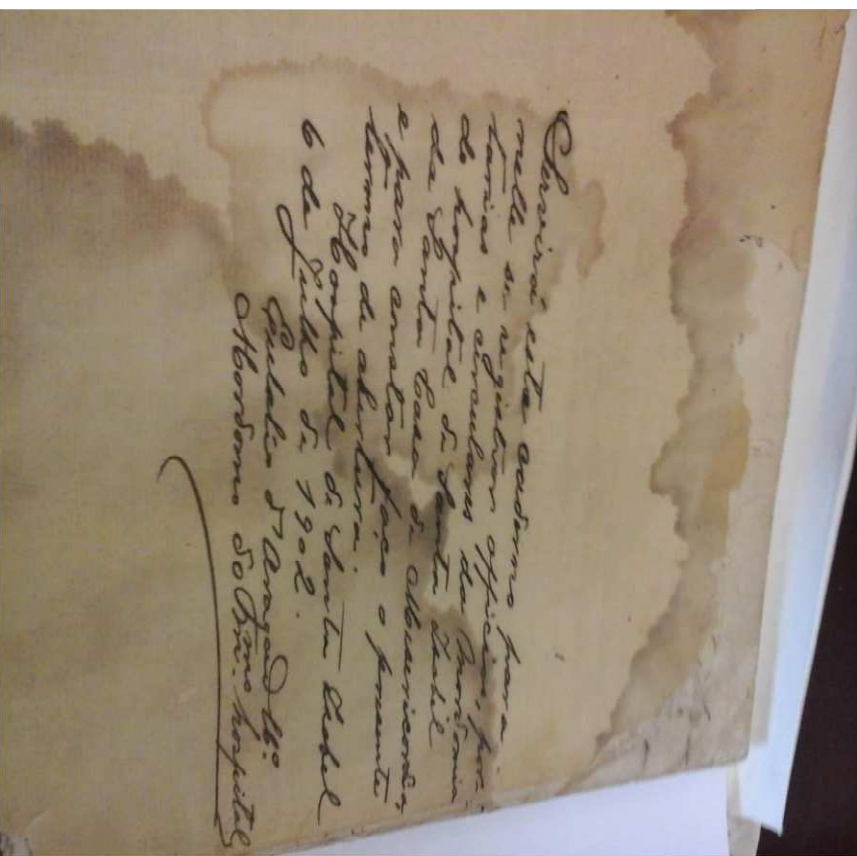
Fonte: A autora (2017)

Figura 30: Caderno para Registro de Officios



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Figura 31: Termo de abertura do Caderno para Registro de Officios



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Todos os documentos analisados a seguir formam o Caderno para Registro de Offícios, e seguem a ordem em que se encontram no mesmo.

Quadro 19: Circular nº 1 do Caderno para Registro de Offícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Circular nº1	<p>PROTOCOLO INICIAL Hospital de Santa Isabel 3 de julho de 1902 Il^{lmo} Sen^{or} "Coronel" Antonio dos Santos Carvalho , M. D. 1º. Delegado de Policia desta Capital -</p> <p>O corpo do texto Nesta Circular, o Sr. Eulalio de Aragão Mello, comunica ao 1º Delegado de Policia da capital, que por ato do Presidente do Estado e por proposta do Provedor da Santa Casa, foi empossado como Mordomo do Hospital Santa Isabel, deixando suas antigas funções como Mordomo de Prédios e Terras, e coloca os serviços do hospital à disposição do mesmo.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello Mordomo do Ex^{mo} hospital.</p>	<p>Supporte: papel em mau estado</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradigão Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se muito desgastado, com páginas rasgadas, com furos e manchas (aparentemente causadas por água). Devido a esses fatores, a leitura do documento torna-se um pouco difícil.</p>	<p>Na análise deste documento, verificamos que a natureza do ato que lhe deu origem foi o de comunicar a nomeação de Eulalio de Aragão Mello, como o novo Mordomo do Hospital Santa Isabel. O trâmite da Circular não ficou restrito apenas a uma autoridade, pois como esse documento tem função de divulgar informações entre vários destinatários, ele também foi enviado para:</p> <p>O D^o Inspector da Saude do Porto, O D^o Inspector de Hygiene Publica; O Coronel Agente do Lloyd Brasileiro, O D^o Gerente da Fabrica de Tecidos- Tybiri , O Commandante do Batalhão de Segurança, O Superintendente da Estrada de Ferro Conde d' Eu, O Administrador da Imprensa Official, A Redação da União, A Redação do Commercio, Ao Gerente da Usina São João, Ao Delegado do Cabedelo, Ao Vigario de Santa Rita, Ao Delegado de Santa Rita. Como o Hospital Santa Isabel era uma referência na assistência hospitalar da época, comunicar quem era o Mordomo responsável pelo mesmo, era assunto de interesse geral.</p>

Fonte: A autora (2017)

Quadro 20: Portaria nº 1 do Caderno para Registro de Offícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Portaria nº1	<p>PROTOCOLO INICIAL: Mordomia do Hospital Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, em 15 de Julho de 1902 -</p> <p>O corpo do texto Na Portaria, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, comunica a dispensa do servente Antonio Miguel dos Santos e das serventes Rosalina e Bemvinda, e informa a contratação de Antonio Bezerra para o cargo de servente, e de Eulalia para desempenhar as funções de enfermaria.</p> <p>O Mordomo explica que as decisões foram tomadas de acordo as atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 58 do regulamento dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia. Esclarece que está atendendo as orientações do Provedor, Coronel Antônio Sores Pinho, de metodificar o serviço interno do hospital, e informa que por ordem do mesmo, estava proibida a estadia ou permanência de qualquer pessoa no hospital, com exceção dos empregados e serventes remunerados pela Santa Casa de Misericórdia.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Os sobrenomes das funcionárias demitidas e admitidas, não consta na Portaria.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do Hospital de Santa Isabel.</p>	<p>Suporte: papel em mau estado</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se muito desgastado, com páginas rasgadas, com furos e muitas manchas (aparentemente causadas por água). Devido a esses fatores, a leitura do documento torna-se um pouco difícil.</p>	<p>A Portaria é um documento que contém ordens/instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, realizados internamente em órgãos públicos, tal como nomeações, demissões, medidas de ordem disciplinar, etc. O documento examinado mostra que o Mordomo do Hospital Santa Isabel tinha autonomia para tomar decisões como as apresentadas na citada Portaria, porém, entendemos que essa autonomia era parcial, já que o Mordomo esclarece, que algumas mudanças implementadas na organização interna do hospital, foram feitas sob orientações e ordens do Provedor. Para nós fica claro que a Provedoria dividia responsabilidades e decisões com a Mordomia hospitalar, buscando soluções em conjunto para o melhor desempenho das funções hospitalares exercidas pela SCM-PB.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 33: Portaria nº 1

Portaria do Hospital de Santa Isabel, em nome do Sr. Dr. ...
 de 15 de Julho de 1792 -

O Hospital de Hospital de Santa Isabel, em nome do Sr. Dr. ...
 que se acha no artigo 58 do Regulamento
 dos Hospitais da Santa Casa
 de Alentejo, e tendo em
 consideração o estado precario
 do Cafe do mesmo Santa Casa
 e as recommendações rei-
 teradas do Sr. Dr. Provedor
 do Colateralimento, no sen-
 tido de methodificar o servi-
 co interno do mesmo, resolve
 dispensar o servente Antonio
 Riquena, digo, Antonio Albi-
 quel hem como as duas ser-
 ventes Roxalina e Beovini-
 da do servico das respecti-
 vas enfermarias, admitte-
 do para o lugar de servente
 Antonio Riquena e para sub-
 stituir as duas serventes a
 Serv. Culalia, que sempre
 nhará as funcões de enfer-

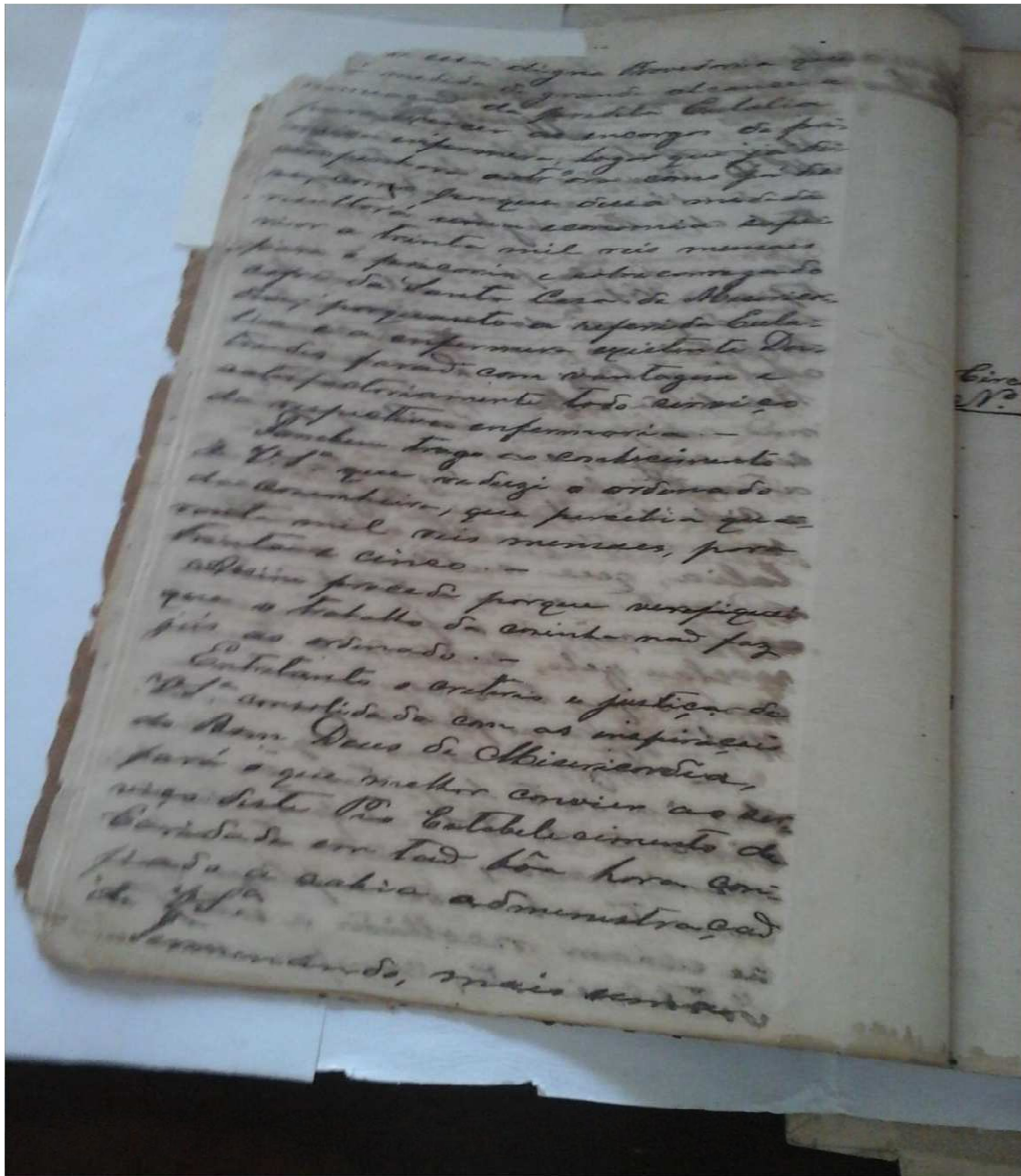
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 21: Ofício nº 1 do Caderno para Registro de Ofícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Ofício nº1	<p>Protocolo Inicial: Mordomia do Hospital Santa Isabel em 16 de Julho de 1902. Ill^{mo} Ex^{mo} Sen^{or} Major Antonio Soares Pinho. M.D. Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta Capital da Parahyba. O corpo do texto Neste Ofício o Mordomo do Hospital Santa Isabel, informa ao Provedor, a admissão e demissão de funcionários, e da execução das ordens e orientações que lhe foram determinadas pelo próprio Provedor.</p> <p>OBSERVAÇÃO: As admissões e demissões de funcionários mencionadas pelo Mordomo, assim como as ordens e orientações dadas pelo Provedor, são as mencionadas na Portaria nº1.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do Hospital de Santa Isabel.</p>	<p>Supporte: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se muito desgastado, com a folha rasgada em várias partes e muitas manchas (aparentemente causadas por água). Devido a esses fatores, a leitura do documento torna-se difícil, pois algumas informações não podem ser identificadas.</p>	<p>O Ofício foi produzido com a finalidade de informar ao Provedor, a decisão tomada pela Mordomia do Hospital Santa Isabel, de admitir e demitir funcionários, além de comunicar que as orientações e ordens dadas foram seguidas. O Mordomo tinha autonomia de tomar decisões, mas fica claro que as mesmas deveriam ser do conhecimento do Provedor, logo, inferimos que esta autonomia era parcial e sujeita à interferência da Provedoria.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 34: Officio nº 1



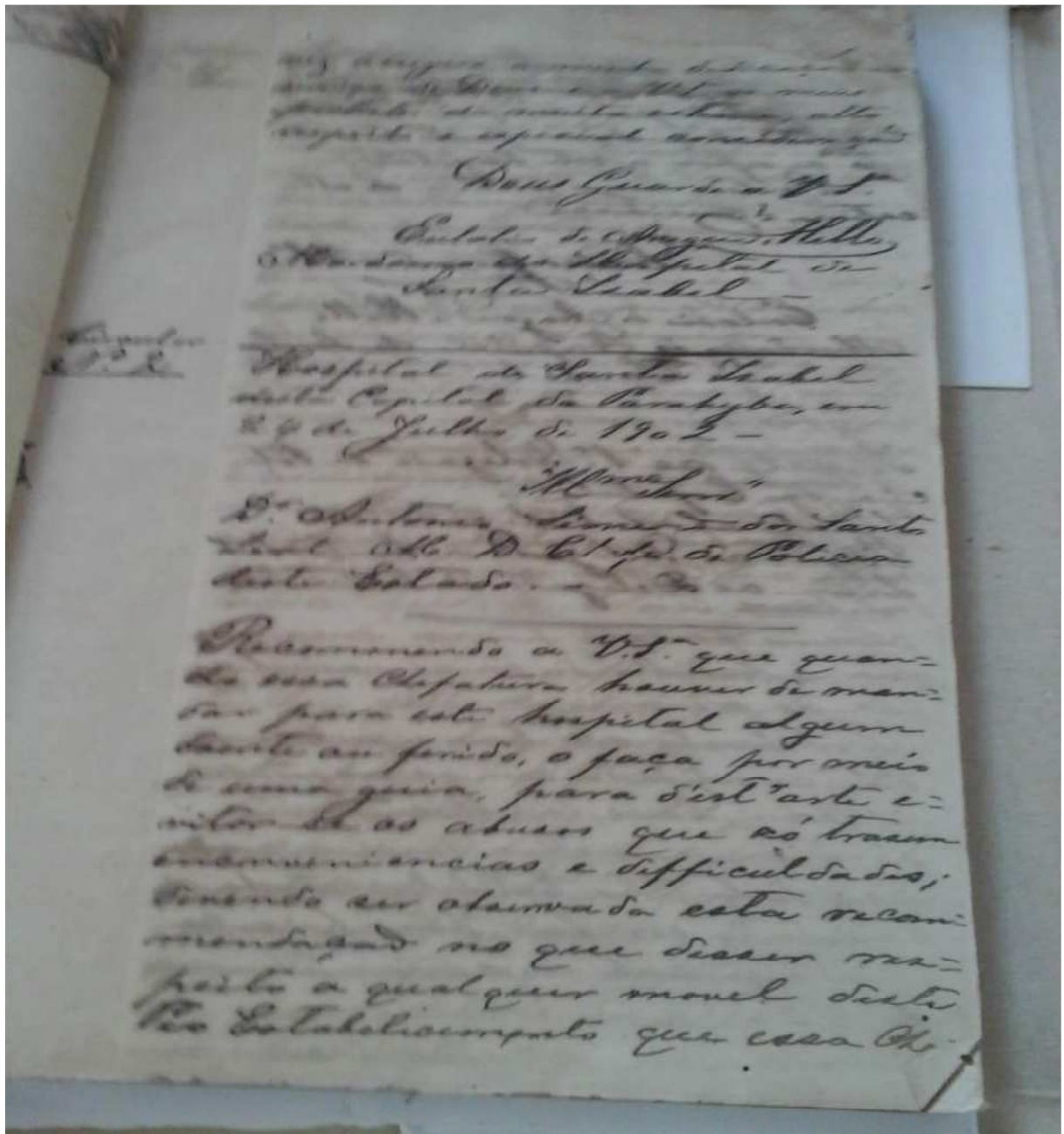
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 22: Circular nº 2 do Caderno para Registro de Offícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Circular nº2	<p>PROTOCOLO INICIAL: Hospital de Santa Isabel desta Capital da Parahyba, em 24 de Julho de 1902 - Ilmo Senor "D^or. Antonio [ilegível] dos Santos Leal M. D. Chefe de Polícia deste Estado. -</p> <p>O corpo do texto Nesta Circular, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, recomenda ao Chefe de Polícia, que ao enviar soldados feridos ou doentes para o hospital, o fizesse por meio de guia para evitar abusos, os quais estavam causando dificuldades e inconveniências na execução dos serviços do enfermeiro, além de causar prejuízo material à Santa Casa.</p> <p>OBSERVAÇÃO: Os "abusos" referidos pelo mordomo, diz respeito ao péssimo comportamento dos soldados internados no hospital. Alguns Relatórios dos Proveedores citam esse fato, porém não encontramos nos documentos e livros analisados, no que consistia a "guia", mencionada na circular. Talvez fosse um documento ou declaração de um superior, indicando e/ou autorizando o encaminhamento do paciente, evitando assim, que os soldados fizessem uso "abusivo" dos serviços da Santa Casa.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do Hospital de Santa Isabel.</p>	<p>Suporte: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se muito desgastado, com páginas rasgadas, com furos e manchas (aparentemente causadas por água). Devido a esses fatores, a leitura do documentos torna-se difícil</p>	<p>No final da Circular enviada ao Chefe de Polícia, encontramos a informação de que a mesma foi enviada para as seguintes autoridades, as quais também enviavam soldados feridos e doentes para o referido hospital: Ao 1º Delegado de Polícia da Capital, Ao Sub-Delegado, Ao Delegado de Santa Rita, Ao Delegado de Cabedelo.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 35: Circular nº 2



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 23: Ofício nº 2 do Caderno para Registro de Ofícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Ofício nº2	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Mordomia do Hospital de Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, em 26 de Julho de 1902.</p> <p>Il^{mo} Sen^{or} 'Alferes</p> <p>Antonio Innocencio de Carvalho Costa, M. D. Comandante dos Asylados do 27 Batalhão de Infantaria no Forte do Cabedelo deste Estado.</p> <p>O corpo do texto</p> <p>Neste Ofício, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, comunica ao Comandante do 27º Batalhão de Infantaria de Cabedelo, o falecimento de um soldado desse regimento, denominado Ildefonso Francisco de Oliveira. Informa ainda, que o mesmo seria sepultado no cemitério público da capital, em cova comum e como indigente. O soldado, segundo o mordomo, deixou 46 mil reis sob a guarda da mordomia hospitalar os quais seriam restituídos a quem tivesse direito, conforme recomendações verbais do próprio Comandante.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do mesmo hospital.</p>	<p>SupORTE: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições, apresentando mancha talvez de água) na parte superior da folha, com páginas rasgadas. A escrita está legível.</p>	<p>A Circular nº2 e o Ofício nº2, constatam que o Hospital Santa Isabel prestava serviços de assistência médica à vários setores da sociedade, e não apenas aos indigentes e pobres sem recursos.</p> <p>O Ofício ainda esclarece, que a instituição também era responsável pelo sepultamento de alguns pacientes que ali faleciam, e revela a relação social, política e administrativa entre os hospitais da Santa Casa e o Estado, o qual fazia uso de seus serviços. Essa relação era responsável pela produção de documentos como os Ofícios e Circulares analisados. Sendo assim, percebemos que existiu um trâmite considerável de documentos entre a instituição hospitalar e o Estado, com a Santa Casa desenvolvendo duas atividades fins, fundamentais para a entidade: o cuidado com os enfermos e o sepultamento dos mortos. Nesse Ofício também constatamos que o Hospital Santa Isabel, se responsabilizava pela guarda dos bens financeiros de seus pacientes.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura nº36: Officio nº 2

Officio do Hospitall de Santa Casa de Misericórdia de
 São Paulo, em 27 de Junho de 1902.

Ill. Sr. Affonso
 Antonio de Oliveira de Barros
 Cônego, Al. de Comendante do
 Hospital de S. Sebastião de São
 Paulo no Terre do Cabedelo desta
 Cidade.

Communico a V. S.ª que hoje as
 2 horas da tarde falleceu neste ho-
 spital a proca de nome D.ª Francisca
 Francisca de Oliveira conhecida neste
 estabelecimento para ser convenienter-
 mente tratada, conforme solicitação
 V. S.ª em officio de 17 de corrente mes
 sob n.º 37, dirigido ao Sr. Sr. Alcaide
 Cordeiro de Santa Casa de Misericórdia.
 S.ª.

O cadáver foi sepultado no cemeterio
 publico desta Capital em cova
 commun e na qualidade de indigente.

Tambem faço sentir a V. S.ª que
 a mencionada proca deixou a
 quantia de quarenta e seis mil
 reis, a qual se acha aguada
 nesta Misericórdia, cuja importância
 será restituida a quem se direito
 sustamar, segundo as reconvenções

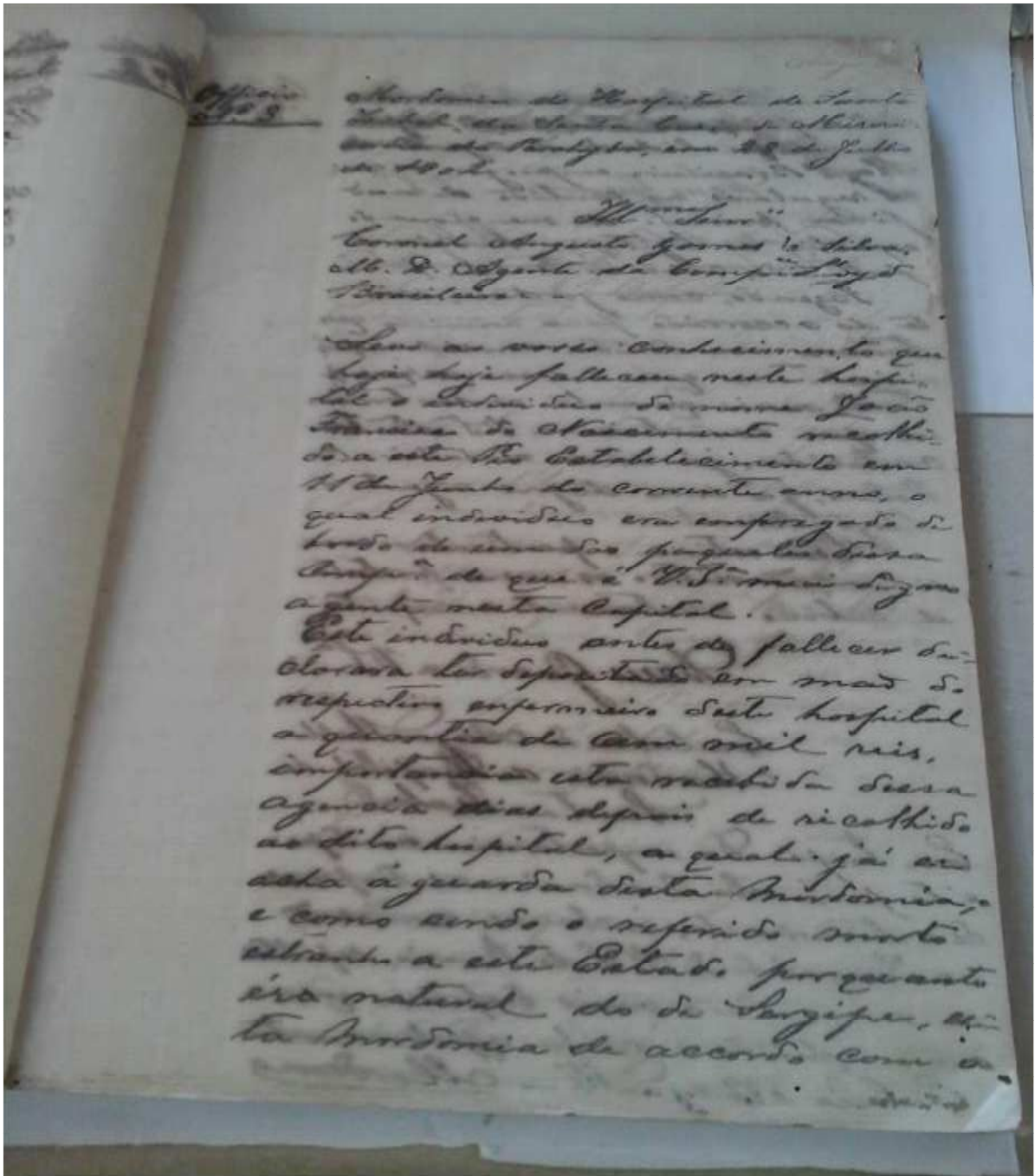
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 24: Ofício nº 3 do Caderno para Registro de Ofícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Ofício nº3	<p>PROTOCOLO INICIAL:</p> <p>Mordomia do Hospital de Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba, em 28 de Julho de 1902. Ilmo Senor “Coronel Augusto Gomes da Silva, M.D. Agente da Compª Lloyd Brasileiro.</p> <p>O corpo do texto</p> <p>Neste Ofício, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, comunica ao Agente da Companhia Lloyd Brasileiro, o falecimento de João Francisco do Nascimento, empregado de bordo de um dos paquetes (navios) dessa empresa, e natural de Sergipe. O Mordomo ainda informa, que o falecido deixou 100 mil reis sob a guarda da mordomia hospitalar, que seriam devolvidos aos legítimos herdeiros, caso os tivesse. Esclarece também, que as despesas com o sepultamento seriam deduzidas do valor deixado.</p> <p>PROTOCOLO FINAL:</p> <p>Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do Hospital de Santa Isabel.</p>	<p>Suporte: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p>	<p>A análise do Ofício nº3, reforça o que já constatamos em outros documentos, a relação dos Hospitais da Santa Casa com o Estado, já que a Companhia Lloyd Brasileiro, era uma Companhia de Navegação Estatal. Percebemos mais uma vez, que existiu um trâmite considerável de documentos entre a instituição hospitalar e o Estado, com a Santa Casa desenvolvendo duas atividades fins fundamentais à entidade: o cuidado com os enfermos e o sepultamento dos mortos. Nesse Ofício também constatamos que o Hospital Santa Isabel fazia a guarda dos bens financeiros de pacientes internados naquele hospital.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 37: Officio nº 3



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 25: Ofício nº 4 do Caderno para Registro de Ofícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Ofício nº4	<p>PROTOCOLO INICIAL: Hospital de Santa Isabel em 7 de Agosto de 1902.</p> <p>Ill^{mo} Sen^{or} "Professor João Antonio Marques M. D. Mordomo do Hospital de Sant'Anna. --</p> <p>Corpo do Texto</p> <p>Nesse Ofício o Mordomo do Hospital Santa Isabel, comunica ao Mordomo do Hospital Sant'Anna, a necessidade de transferência do paciente Francisco José dos Anjos, indigente e diagnosticado pelo Dr^o Flavio Maroja como tuberculoso, para o Hospital Sant'Anna, onde o mesmo receberia tratamento adequado, já que o Hospital Santa Isabel não tinha condições convenientes de tratar um paciente com tal enfermidade.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do H. de Santa Isabel.</p>	<p>Suporte: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se em boas condições, apresentando manchas (provavelmente de água) na parte superior da folha. A escrita é legível.</p>	<p>O Ofício nº4 demonstra que as Mordomias Hospitalares da SCM-PB mantinham uma interligação, a qual facilitava a execução das atividades hospitalares. Dessa forma, a produção de documentos surge como o resultado da necessidade de se prestar contas das atividades atribuídas a cada mordomo. O trâmite de documentos semelhantes ao analisado, era constante entre os mordomos, visto que o Hospital Santa Isabel tinha a responsabilidade de internar pacientes "curáveis", enquanto que o Hospital Sant'Anna admitia em suas dependências os loucos e os pacientes com moléstias infecto contagiosas.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura nº 38: Officio nº 4

Hospital de Santa Catalina em
 7 de Agosto de 1804

Illmo Sr.
 Professor Juan Antonio Alvarado
 M. D. Abordado do Hospital
 de Santa Anna

Com satisfação as determinações
 do Sr. D. Flavio Alvarado
 facultativo d'este hospital apre-
 sente com este a V.ª a indigen-
 ta de nome Francisca José dos
 Anjos que estava recolhida no
 este do Estabelecimento, a fim de
 ser recolhida a casa, visto como fo-
 ra pelo mesmo D.º classifica-
 do de tuberculoso e por isso in-
 compatível de ser convenientemente
 tratado neste hospital

Apresento os meus respe-
 itos pessoais de consideração

Deus Guarde a V.ª

Catalina de Oroya Ubalde
 Abordado do H. de Santa Catalina

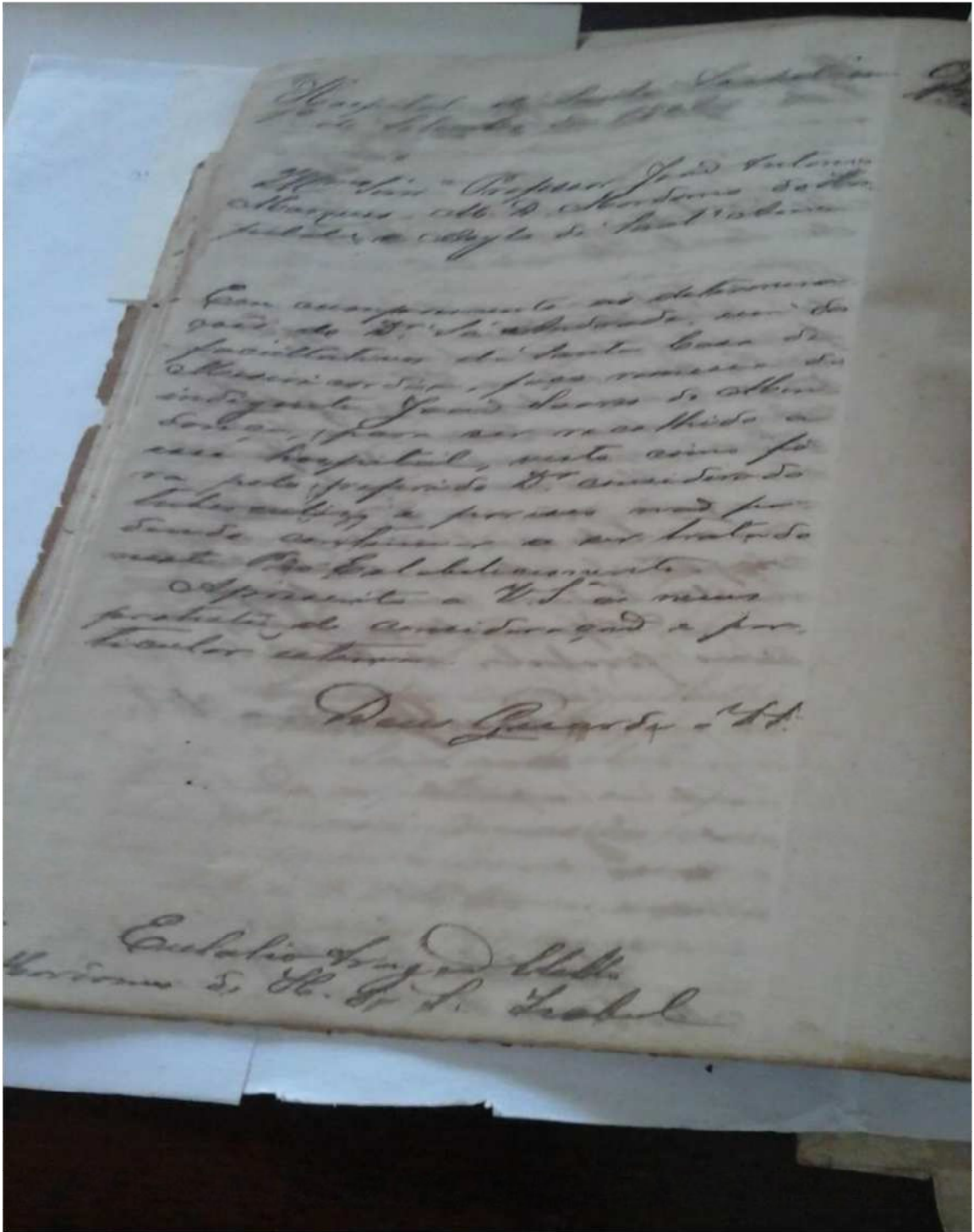
Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 26: Ofício nº 5 do Caderno para Registro de Ofícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANALISE
Ofício nº5	<p>PROTOCOLO INICIAL: Hospital de Santa Isabel em 1º de Setembro de 1902.</p> <p>Il^{lmo} Sen^{or} "Professor João Antonio Marques ---- M. D. Mordomo do Hospital e Asylo de Sant'Anna.</p> <p>Corpo do Texto Nesse Ofício, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, reitera o comunicado do Ofício nº 4 ao Mordomo do Hospital Sant'Anna, e a necessidade da transferência do paciente Francisco José dos Anjos, diagnosticado como tuberculoso, para o citado hospital, onde receberia tratamento adequado.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do H. de S. Isabel.</p>	<p>Supporte: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição original Documental:</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se desgastado e manchado na parte superior da folha, o que dificulta a leitura. O restante do documento está em melhores condições de conservação.</p>	<p>Neste Ofício, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, reforça o pedido de transferência do paciente tuberculoso que ainda permanece em suas dependências. Analisando as datas da produção dos Ofícios nº4 e nº5, observamos que cerca de um mês depois, o Mordomo do Hospital Sant'Anna não havia realizado a transferência do paciente citado.</p>

Fonte: A autora (2017)

Figura 39: Officio nº 5



Fonte: Arquivo da SCM-PB (2017)

Quadro 27: Ofício nº 6 do Caderno para Registro de Ofícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Ofício nº6	<p>PROTÓCOLO INICIAL: Hospital de Santa Isabel em 15 de Setembro de 1902.</p> <p>Il^{mo} Sen^{or} Professor João Antonio Marques, M. D. Mordomo do Hospital e Asylo de Sant'Anna.</p> <p>Corpo do Texto</p> <p>Nesse Ofício, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, comunica ao Mordomo do Hospital Sant'Anna, a necessidade da transferência do paciente Francisco M^{re} da Conceição, diagnosticado como alienado, para o citado hospital, onde receberá tratamento adequado.</p> <p>PROTÓCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do Hospital. do S. Isabel.</p>	<p>Supporte: papel</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se um pouco desgastado na parte superior. Apresenta várias manchas (provavelmente de água e algo mais, pois a coloração é avermelhada). Esses fatores, no entanto, não dificultam a leitura do documento.</p>	<p>O Ofício trata de uma situação semelhante ao Ofício nº4, a transferência, desta vez, de um paciente alienado/louco, do Hospital Santa Isabel, para o Asylo dos Alienados.</p> <p>Após a leitura de vários Relatórios dos Provedores e de ofícios semelhantes ao analisado, inferimos que administrativamente havia uma resistência constante da Mordomia do Hospital Santa Isabel em aceitar pacientes loucos e portadores de doenças infecciosas em suas dependências, mesmo sendo do conhecimento do mordomo, a situação precária na qual o Hospital Sant'Anna funcionava. Nos Relatórios dos Provedores, estes se queixam constantemente, de serem coagidos pelo Estado a prestar assistência médica aos loucos. Apesar de um dos Compromissos Corporais da Santa Casa fosse cuidar dos doentes, parece que os loucos não se enquadravam neste grupo.</p>

Fonte: A autora (2017)

Quadro 28: Ofício n° 7 do Caderno para Registro de Ofícios

DOCUMENTO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
Ofício n°7	<p>PROTOCOLO INICIAL: Hospital de Santa Isabel em 18 de Setembro de 1902.</p> <p>Il^{mo} Sen^{or} Professor João Antonio Marques, M. D. Mordomo do Hospital e Asylo de Sant'Anna.</p> <p>Corpo do Texto</p> <p>Nesse Ofício, o Mordomo do Hospital Santa Isabel, comunica ao Mordomo do Hospital Sant'Anna, a necessidade de transferência do paciente Antonio Emiliano, indigente e diagnosticado como tuberculoso, para o citado hospital, onde receberia tratamento adequado.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: Eulalio de Aragão Mello. Mordomo do Ex^{mo} hospital.</p>	<p>Supporte: papel em mau estado</p> <p>Formato: folha</p> <p>Tradição Documental: original</p> <p>Gênero: textual</p> <p>Encontra-se manchado na parte superior, o que causou o desbotamento da tinta, dificultando a leitura inicial do documento, o restante da folha apresenta melhores condições de conservação. A leitura não é prejudicada por tais fatores.</p>	<p>O Ofício n° 7 trata do mesmo assunto dos demais Ofícios: a transferência de paciente com doença infecto contagiosa, no caso, tuberculose, do Hospital Santa Isabel, para o Hospital Sant'Anna. Essas transferências eram rotineiras, e a razão da produção de vários ofícios entre os mordomos dos hospitais citados.</p>

Fonte: A autora (2017)

Quadro 29: Lista conferida dos aparelhos cirurgicos

DOCUMENTO AVULSO	ELEMENTOS INTERNOS	ELEMENTOS EXTERNOS	ANÁLISE
<p>Lista conferida dos aparelhos cirurgicos entregues no Hospital da Santa Casa.</p>	<p>PROTOCOLO INICIAL</p> <p>Autor: Secretário Antonio Alexandrino da Silva Termo de abertura:</p> <p>Lista conferida dos aparelhos cirurgicos entregues no dia 12 de Janeiro do corrente anno no Hospital da Santa Casa.</p> <p>O corpo do texto Trata-se de uma lista de aparelhos cirurgicos entregues ao Hospital da Santa Casa. Esse documento foi encontrado, dentro de um dos livros de Receituários Médicos da Cruz do Peixe.</p> <p>PROTOCOLO FINAL: O Ex. Secretário Antonio Alexandrino da Silva. Conferi Lopes de Medeiros.</p>	<p>Supporte: papel em mau estado Formato: folha avulsa Tradução Documental: original Gênero: textual</p> <p>O documento está rasgado nas laterais e um pouco amassado, no entanto a escrita está bem legível. Não tem manchas.</p>	<p>A Lista que foi encontrada dentro de um Livro de Receituários Médicos da Cruz do Peixe, fornece informações acerca de alguns tipos de instrumentos cirurgicos usados na época. Em tempos onde a medicina era rudimentar, cirurgias já eram executadas no Hospital da Caridade. Os diversos Relatórios dos Proveedores, revelam a existência de gabinetes cirurgicos, mas o Relatório de 1906 (p.17-18) relata que “o Gabinete Cirúrgico passa a ser aparelhado com instrumentos e aparelhos de maior urgencia e de moveis adequados, sendo possível a realização de cirurgias sem a necessidade de se recorrer aos empréstimos, como era de costume. O texto não revela a quais “empréstimos” o Provedor faz menção, e não encontramos no Arquivo da SCM-PB nenhum documento que esclarecesse essa declaração.</p>

Fonte: A autora (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas pelo levantamento de dados extraídos, em especial, dos Relatórios dos Provedores que administraram a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, entre 1858 a 1928, tornou-se executável a identificação da estrutura administrativa da entidade inserida no recorte temporal proposto, utilizando-se da construção de organogramas produzidos, baseando-se na análise da documentação citada, encontrada no acervo do Arquivo da SCM-PB.

A análise diplomática das espécies/tipologias hospitalares encontradas, possibilitou a identificação dos vínculos de proveniência e organicidade que os documentos apresentavam com sua origem, base de sustentação e perspectiva crítica para a Arquivística. A análise também mostra os documentos dentro do seu conjunto, em seu contexto de produção e aponta o inter-relacionamento entre as tipologias das unidades arquivísticas e as atividades desenvolvidas, obtendo assim uma compreensão de como se configurava a ordem interna administrativa da instituição, em relação à assistência hospitalar.

O uso do método paradigma indiciário, provou ser uma base adequada para uma investigação minuciosa da nossa pesquisa, pois este processo possibilitou-nos vivenciar e interpretar novos procedimentos na pesquisa metodológica, compreendendo e atribuindo múltiplos sentidos na interação da produção do saber, através do uso de inúmeras maneiras de investigação, pautadas nas pistas, nos rastros, sintonias e indícios entre o observador e o objeto a ser analisado, sendo relevante o exame destes elementos para a pesquisa arquivística, por estes fornecerem sustentação a conclusões mais amplas da realidade do objeto de estudo.

A pesquisa também revelou a importância e a influência dessa instituição nos vários setores da sociedade paraibana, atuando conjuntamente com o Estado na administração da saúde pública, atendendo a sociedade local e interiorana, além de tratar das crianças abandonadas e dos doentes mentais, muitas vezes, enjeitados pelos próprios parentes. Ademais, essa entidade administrou o cemitério da Boa Sentença, primeiro sepulcrário público da capital, e na medida em que o Estado foi assumindo as atividades de assistência médica, as misericórdias centraram sua atenção na manutenção do Hospital Santa Isabel e do cemitério, já que abrigar e curar enfermos pobres, cujas doenças fossem tratáveis, era o principal fim alegado para a organização destas irmandades.

Ressaltamos que essa pesquisa representou um registro valoroso da memória social e institucional de uma instituição que, atualmente exerce atividades de cunho apenas religioso, embora seu acervo, custodiado pelo Arquivo da SCM-PB, revele um passado administrativo que atingiu e influenciou de forma direta, grande parte das questões sociais e econômicas da Paraíba.

Em nossa percepção essa pesquisa foi além dos objetivos estabelecidos, apresentando informações que possibilitarão outros tipos de estudos, seja de natureza histórica, social ou hospitalar. O estudo consolida a análise diplomática como instrumento substancial na compreensão da ordem interna e da gestão documental das instituições, acreditando que a visão sistêmica se apresenta como uma alternativa para orientar a atuação dos arquivos, diante das necessidades e demandas exigidas pela sociedade da informação, fato confirmado nessa pesquisa, onde a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, foi estudada como um sistema, e suas mordomias, divisões dos setores por atividades, como subsistemas inter-relacionados, cujo objetivo comum era auxiliar e cuidar da população carente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. **O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português**. Évora: Editora Universidade de Évora, 2001.

ACKOOFF, Russel L. Systems, Organization, and Interdisciplinary Research (1960). In: Emery, F.E. (ed). Systems Thinking. Pequim Books Ltda, 1974.

AGUIAR, Francisco Lopes. **O controle de vocabulário como dispositivo metodológico para a organização, tratamento e recuperação da informação arquivística**. Campinas, São Paulo, 2008. 267f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Ciência da Informação.

ALVAREZ, Maria Esmeralda Ballester. **Organização, sistemas e métodos**. v.1., São Paulo: McGraw-Hill, 1990.

ALVES, Naiara Ferraz B. **Entre a caridade e a administração pública: as diversas atividades desempenhadas pela Santa Casa de Misericórdia na Parahyba imperial**. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Naiara%20Ferraz%20Bandeira%20Alves%20%20TC.PDF> Acesso em: 20 set. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O espaço da diplomática no ensaio da arquivologia. In: IV CONGRESSO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR. 2001, p. 25-26.

_____. **Diplomática e Tipologia documental em arquivos**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977, 351p.

BUCKLEY, W. (ed). **Modern System Research for the Behavior Scientist**. Aldine, Chicago, 1968.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Editora Campus, 2000.

CHURCHMAN, Charles West. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972. 309 p.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11453>>. Acesso em: 10 out. 2016.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: nuevos usos para una antigua ciencia**. Carmona, Sevilla: S&V. Ediciones, 1995.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome->

instant&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=FONSECA%2C+J.J.S.+Metodolo>. Acesso em: 28 set.2016.

FORESTER, Jay W. **Industrial Dynamics**. New York, London. The MIT Press and Jonh Willey & Sons, 1961.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário**. In: Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JUNQUEIRA, Helmara Gicelli Formiga Wanderley. **Doidos(as) e Doutores: a medicalização da Loucura na Província /Estado da Paraíba do Norte (1830-1930)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Pernambuco, 2016.

KASPER, Humberto. **O processo de pensamento sistêmico: Um Estudo das Principais Abordagens a partir de um Quadro de Referência Proposto**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), 2000, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KAST, Fremont E.; ROSENZWEIG, James E. **Organização e Administração: Um enfoque sistêmico**. Nova York, 1970.

MARIOTTI, Humberto. **Pensamento Complexo**. São Paulo: Atlas, 2007. 203p.

MASSON, Sílvia Mendes. A Arquivística sobre o prisma de uma ciência da informação. **Arquivística.net**, Paraná, v. 2, n. 1, p. 85-103, out, 2006. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/7395>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amauri. **Teoria Geral da Administração**. 4.ed. São Paulo, Atlas, 2004.

MELO, J.H. **Política do Silêncio: o sistema de arquivo do Estado de Pernambuco**. 1999. 302 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação),1999, Universidade Federal da Paraíba.

MENEZES, José Luiz Mota. **Algumas Notas a Respeito da Evolução Urbana de João Pessoa**. Recife: Pool, 1985.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.6, n.3, p. 47-71, dez 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/6164>>. Acesso em 11 nov.2016.

MORESI, Eduardo. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília – DF. Mar 2003. Universidade Católica de Brasília.

MORETTI, N. et al. **Manual de Metodologia Científica**: como elaborar trabalhos acadêmicos. ÚNICA, Cafelândia, 2008. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/19441613/7/Pesquisa-quanto-aos-objetivos>>. Acesso em: 26 ago.2016.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. A Santa Casa da Misericórdia da Paraíba: o passado no presente. In: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. (Org.). **A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa**. Portugal: Cepese, 2011, p. 441-458.

RAPOPORT, Anatol & HOVARTH William J. Foreword. IN: BUCKLEY, W. (ed). **Modern System Research for the Behavior Scientist**. Aldine, Chicago, 1968.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1865.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1868.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1890.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1891.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1893.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1894.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1901.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1902

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1903.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1906.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1913.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1915.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1916.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1918.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1922.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1925.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1926.

RELATÓRIO DA PROVIDORIA da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba de 1928.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista de Letras, Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto, I Série vol. I, pp. 97 -110, 2002. Disponível em: <<https://repositorioaberto.up.pt/handle/10216/8459>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ROCKEMBACH, Moisés. Evidência da informação no contexto dos arquivos digitais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 9, n. 2, p.50-64, ago. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/12258/9840>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivo**. 2008, 258 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da. **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico**. Rio de Janeiro: CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos e ALA - Associação Latinoamericana de Archivos, 2000.

_____. da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento. 2002

SILVA, Nereida Soares Martins da. **Santa Casa dos mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista**. In: 2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES XV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES ABHR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA, 2., 2016, Florianópolis. Disponível em <http://www.simpósio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473987883_ARQUIVO_TrabalhoCompletoFormatadoABHR2016.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

SENGE, Peter et al. **A Quinta Disciplina – Caderno de Campo**. São Paulo, Qualitymark, 1995.

SILVA, Armando Malheiro da. **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico**. Rio de Janeiro: CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos e ALA - Associação Latinoamericana de Archivos, 2000.

_____. da et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento. 2002

SILVA, Nereida Soares Martins da. **Santa Casa dos mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista**. In: 2º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES XV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES ABHR DA UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA, 2., 2016, Florianópolis. Disponível em

<http://www.simposio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473987883_ARQUIVO_Trabalho_completo_formatado_ABHR2016.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

TOGNOLI, NATÁLIA B. **Tipologia e Diplomática Contemporânea**: aspectos forenses e de gerenciamento. Curso de curta duração. 2016. Disponível em: http://www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/02/07_AULA_GIP_NATALIA_TIPOLOGIA.pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2016.